

# Pensar o Mundo em Camadas

MULTIDISCIPLINAS

VOLUME 3

Jader Silveira (Org.)



uniatual  
EDITORA

# Pensar o Mundo em Camadas

MULTIDISCIPLINAS

VOLUME 3

Jader Silveira (Org.)



uniatual  
EDITORA

© 2026 - Uniatual Editora

[www.uniatual.com.br](http://www.uniatual.com.br)

universidadeatual@gmail.com

### **Organizador**

Jader Luís da Silveira

**Editor Chefe:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/Uniatual

**Revisão:** Respectivos autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricald Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pensar o Mundo em Camadas: Multidisciplinas - Volume 3

S587p / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2026. 135 p.: il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6170-002-3

DOI: 10.5281/zenodo.18634431

1. Coletânea. 2. Conhecimento. 3. Transformação. 4. Cultura. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4

CDU: 001

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

[www.uniatual.com.br](http://www.uniatual.com.br)

[universidadeatual@gmail.com](mailto:universidadeatual@gmail.com)

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:  
<https://www.uniatual.com.br/2026/02/pensar-o-mundo-em-camadas-3.html>



**Pensar o Mundo em Camadas:**  
**Multidisciplinas**

**Volume 3**

**Autores**

***Ana Paula Silva dos Santos Ramalho***

***Angéli Nunes Sodré***

***Henry Bruno Schwab***

***Maria Eduarda Klosowski Petró***

***Marli Rodrigues de Oliveira***

***Mônica Aparecida Bortolotti***

***Renata Mônica Pacheco Nichio***

***Rodrigo Teixeira Silva***

***Rute Henrique da Silva Ferreira***

***Sérgio Rodrigues de Souza***

***Telma Regina Stroparo***

## APRESENTAÇÃO

A obra *Pensar o Mundo em Camadas: Multidisciplinas* nasce de uma inquietação intelectual fundamental: como compreender a complexidade crescente do mundo contemporâneo sem reduzir seus fenômenos à simplicidade enganosa de abordagens unívocas? Em um tempo marcado pela aceleração dos fluxos de informação, pela interdependência entre sistemas naturais, sociais, técnicos e simbólicos, e pela fragmentação do saber acadêmico, torna-se imperativo reconstruir pontes epistemológicas que permitam uma leitura mais densa, articulada e responsável da realidade.

O conceito de “camadas” que estrutura este livro não se apresenta como mera metáfora didática, mas como uma proposição teórico-metodológica rigorosa. Pensar o mundo em camadas implica reconhecer que os fenômenos não se manifestam em um único plano de análise, tampouco se esgotam em explicações lineares ou causais simples. Ao contrário, cada objeto de estudo — seja ele físico, biológico, social, cultural, econômico, tecnológico ou simbólico — constitui-se pela sobreposição, interação e tensão entre diferentes níveis de organização e interpretação. Essas camadas não são estanques: comunicam-se, interferem umas nas outras e produzem efeitos emergentes que só se tornam inteligíveis quando consideradas em conjunto.

Nesse sentido, a proposta multidisciplinar aqui apresentada não se confunde com um ecletismo superficial. Multidisciplinas, tal como defendido nesta obra, designa um esforço sistemático de articulação entre campos do conhecimento que historicamente se desenvolveram de forma autônoma, com linguagens, métodos e pressupostos próprios. Trata-se de reconhecer a legitimidade e a especificidade de cada disciplina, ao mesmo tempo em que se questionam seus limites explicativos diante de problemas complexos que extrapolam qualquer fronteira disciplinar rígida. O diálogo entre as ciências naturais, as ciências sociais, as humanidades, as artes e as tecnologias emerge, assim, como condição necessária para uma compreensão mais abrangente do mundo.

O livro insere-se em uma tradição intelectual que remonta aos grandes projetos de síntese do pensamento científico e filosófico, mas o faz com plena consciência das

transformações epistemológicas do século XXI. A noção de complexidade, os estudos de sistemas, a teoria da emergência, as abordagens críticas da ciência, bem como as contribuições contemporâneas da filosofia da linguagem, da epistemologia histórica e da sociologia do conhecimento, atravessam implicitamente as reflexões aqui desenvolvidas. Todavia, a obra não se limita a um exercício teórico abstrato: ela dialoga com problemas concretos do nosso tempo, como as crises ambientais, as desigualdades sociais, as transformações tecnológicas, os conflitos culturais e os desafios éticos que deles decorrem.

Ao adotar uma linguagem culta, formal e cientificamente orientada, *Pensar o Mundo em Camadas: Multidisciplinas* dirige-se tanto à comunidade acadêmica quanto a leitores interessados em uma reflexão aprofundada sobre os fundamentos do conhecimento e da ação humana. O rigor conceitual é acompanhado por uma preocupação constante com a clareza argumentativa, de modo a tornar acessíveis discussões complexas sem sacrificar a precisão teórica. Cada capítulo pode ser lido como uma camada específica de análise, mas o conjunto da obra convida o leitor a um movimento contínuo de integração, no qual as partes ganham sentido pleno apenas quando relacionadas ao todo.

Este prefácio, portanto, não pretende oferecer um roteiro interpretativo fechado, mas antes situar o leitor no horizonte intelectual que orienta o livro. A leitura que se segue exige atenção, disposição ao diálogo interdisciplinar e abertura à incerteza — elemento constitutivo de todo conhecimento genuinamente crítico. Em contrapartida, oferece a possibilidade de um entendimento mais profundo e responsável da realidade, capaz de reconhecer tanto a complexidade dos fenômenos quanto a necessidade ética de pensar e agir de forma integrada.

Que esta obra possa contribuir para a formação de um olhar mais atento às camadas que compõem o mundo, estimulando práticas de pesquisa, ensino e reflexão que transcendam compartimentalizações estéreis. Em um cenário global marcado por desafios sistêmicos, pensar em camadas e em multidisciplinas não é apenas uma escolha intelectual, mas uma exigência histórica.

## SUMÁRIO

---

Capítulo 1 <b>ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS: DESAFIOS AO CUIDADO DE LONGA DURAÇÃO E ÀS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NO BRASIL</b> <i>Maria Eduarda Klosowski Petró; Telma Regina Stroparo; Mônica Aparecida Bortolotti</i>	<b>10</b>
Capítulo 2 <b>BEM-ESTAR ANIMAL E SUSTENTABILIDADE NA SUINOCULTURA: EFEITOS ECONÔMICOS DA CONFORMIDADE AMBIENTAL</b> <i>Henry Bruno Schwab; Telma Regina Stroparo; Mônica Aparecida Bortolotti</i>	<b>28</b>
Capítulo 3 <b>A IMPORTÂNCIA DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES</b> <i>Angéli Nunes Sodré; Rute Henrique da Silva Ferreira</i>	<b>51</b>
Capítulo 4 <b>AS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA [DE]FORMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PERSONOLÓGICO ADOLESCENTE</b> <i>Sérgio Rodrigues de Souza; Renata Mônica Pacheco Nichio</i>	<b>57</b>
Capítulo 5 <b>O BRINCAR E O JOGAR COMO MECANISMOS PROMOTORES DA APRENDIZAGEM</b> <i>Sérgio Rodrigues de Souza; Ana Paula Silva dos Santos Ramalho</i>	<b>87</b>
Capítulo 6 <b>UMA INTERPRETAÇÃO FENOMENOLÓGICA DO COMPLEXO DE FEDRA</b> <i>Sérgio Rodrigues de Souza; Marli Rodrigues de Oliveira</i>	<b>103</b>
Capítulo 7 <b>ESCLARECIMENTOS SOBRE O FINGER BOLL E SUA APLICAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR</b> <i>Rodrigo Teixeira Silva; Sérgio Rodrigues de Souza</i>	<b>124</b>

---

## **Capítulo 1**

# **ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS: DESAFIOS AO CUIDADO DE LONGA DURAÇÃO E ÀS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NO BRASIL**

***Maria Eduarda Klosowski Petró***

*Accountant, State University of the Centre-West of Paraná (UNICENTRO), Prudentópolis,  
Paraná, Brazil, E-mail: [mariaklosowski3@gmail.com](mailto:mariaklosowski3@gmail.com)*

***Telma Regina Stroparo***

*PhD in Geography, State University of Central-West (UNICENTRO), Iraty, Paraná, Brazil. E-mail: [telma@unicentro.br](mailto:telma@unicentro.br)*

***Mônica Aparecida Bortolotti***

*PhD in Public Policy, State University of Paraná (UNESPAR), Campo Mourão, Paraná,  
Brazil. E-mail: [monica.bortolotti@unespar.edu.br](mailto:monica.bortolotti@unespar.edu.br)*

### **RESUMO**

Com objetivo de analisar como o envelhecimento populacional brasileiro redefine a demanda por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e impõe novos desafios aos sistemas de proteção e cuidado de longa duração, o artigo classifica-se metodologicamente como pesquisa *Scoping Review* de caráter qualitativo e teórico-analítico, articulada à pesquisa documental e orientada por um enfoque crítico-

socioestrutural. Os resultados indicam que o país passa por uma transição demográfica acelerada: a proporção de pessoas com 65 anos ou mais passou de 3,2% em 1970 para 10,9% em 2022, enquanto o índice de envelhecimento aumentou de 7,7% para 55,1%. Projeta-se que, a partir de 2029, o número de idosos ultrapassará o de crianças, evidenciando a consolidação do envelhecimento populacional. Contudo, esse processo ocorre de maneira profundamente desigual entre os estratos socioeconômicos: domicílios de renda média e alta apresentam índices de envelhecimento superiores a 200%, ao passo que os grupos em extrema pobreza não atingem 20%, revelando trajetórias distintas de saúde, trabalho, expectativa de vida e capacidade de cuidado familiar. Ademais, a baixa participação dos idosos na força de trabalho, no montante de 19,7% da população em idade ativa, mas apenas 7,8% da PEA, amplia riscos de dependência e institucionalização precoce.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. ILPIs. Desigualdades socioeconômicas. Proteção social.

## **ABSTRACT**

With the objective of analyzing how population aging in Brazil reshapes the demand for Long-Term Care Institutions for Older Adults (Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs) and imposes new challenges on systems of long-term protection and care, this article is methodologically classified as a scoping review with a qualitative and theoretical-analytical approach, articulated with documentary research and guided by a critical socio-structural perspective. The results indicate that the country is undergoing an accelerated demographic transition: the proportion of individuals aged 65 years or older increased from 3.2% in 1970 to 10.9% in 2022, while the aging index rose from 7.7% to 55.1%. Projections suggest that, from 2029 onward, the number of older adults will surpass that of children, evidencing the consolidation of population aging. However, this process occurs in a profoundly unequal manner across socioeconomic strata: middle- and high-income households present aging indices above 200%, whereas groups living in extreme poverty do not reach 20%, revealing distinct trajectories in terms of health, labor participation, life expectancy, and family caregiving capacity. Furthermore, the low participation of older adults in the labor force—accounting for 19.7% of the working-age population but only 7.8% of the economically active population—heightens the risks of dependency and premature institutionalization.

**Keywords:** Aging. Long-Term Care Institutions. Socioeconomic Inequalities. Social Protection.

## **INTRODUÇÃO**

O envelhecimento populacional constitui um dos fenômenos demográficos mais expressivos do século XXI e tem provocado profundas reconfigurações nos sistemas de proteção social, nas dinâmicas familiares e nas políticas públicas de cuidado (Horst; Stroparo, 2023; Stroparo, 2023). No caso brasileiro, esse processo ocorre de maneira acelerada e desarticulada, em um contexto marcado por desigualdades socioeconômicas persistentes. Entre 2000 e 2023, a idade média da população passou de 28,3 para 35,5

anos, com projeções indicando que deverá atingir 48,4 anos em 2070 (Leone, 2025). Esse movimento resulta da queda contínua da fecundidade, da elevação da esperança de vida e da transição demográfica iniciada no final do século XIX

As transformações na estrutura etária são evidentes: a proporção de pessoas com 65 anos ou mais aumentou de 3,2% em 1970 para 10,9% em 2022, enquanto o índice de envelhecimento passou de 7,7% para 55,1% no mesmo período (Leone, 2025). As projeções indicam que, a partir de 2029, o número de idosos deverá ultrapassar o de crianças menores de 15 anos, o que implica alterações profundas nas formas de provisão de cuidado e nas demandas sobre o Estado e as famílias (Alves, 2022). Tais mudanças pressionam os sistemas de saúde, previdência e assistência social, especialmente diante da crescente incidência de doenças crônicas e do aumento da dependência funcional (Horst; Stroparo, 2023; Stroparo, 2023)

Entretanto, o envelhecimento populacional no Brasil não ocorre de forma homogênea. Estudos mostram que as desigualdades socioeconômicas moldam trajetórias distintas de viver, adoecer e envelhecer (Escorcim, 2021; Camarano, 2018). Os dados recentes apontam que domicílios de renda média e alta já apresentam índices de envelhecimento superiores a 200%, enquanto entre os grupos em extrema pobreza esses índices não chegam a 20%, revelando assimetrias estruturais nas condições de vida e no acesso ao cuidado (Leone, 2025). Essas disparidades também se refletem no mercado de trabalho: embora pessoas com 60 anos ou mais representem 19,7% da população em idade ativa, elas compõem apenas 7,8% da força de trabalho, indicando vulnerabilidade econômica e risco ampliado de dependência (Bichara; Costanzi, 2025).

Nesse cenário, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) assumem papel central na rede de cuidados, embora operem historicamente em condições de heterogeneidade, subfinanciamento e insuficiente regulação. A fragilização das redes familiares, a redução do tamanho dos domicílios, a intensificação do trabalho remunerado das mulheres e o aumento da longevidade reforçam a demanda por cuidados formais e de longa duração. Contudo, as ILPIs brasileiras encontram-se diante de desafios estruturais, como desigual distribuição territorial, insuficiência de financiamento público, variações marcantes na qualidade dos serviços e ausência de integração sistêmica com as políticas de saúde e assistência social (Wajnman; Oliveira; Oliveira, 2004; Horst; Stroparo, 2023; Stroparo, 2023)

Assim, compreender como o envelhecimento populacional, articulado às desigualdades socioeconômicas, reconfigura a demanda por ILPIs é fundamental para o planejamento de políticas públicas que assegurem cuidado digno e equitativo. Mais do que uma questão demográfica, trata-se de um desafio ético, social e institucional, que exige repensar o papel do Estado e a organização do sistema de cuidado de longa duração no Brasil.

O envelhecimento populacional brasileiro tem avançado de maneira acelerada e desigual, configurando um dos maiores desafios contemporâneos para as políticas sociais, sanitárias e de cuidado de longa duração. Nas últimas décadas, o país experimentou rápida queda da fecundidade, aumento da longevidade e mudanças estruturais na composição etária, fenômenos amplamente documentados pela literatura demográfica e pelos organismos oficiais (LEONE, 2025). Nessa transição, as desigualdades socioeconômicas desempenham papel determinante: diferentes estratos sociais envelhecem de formas desiguais, apresentando contrastes marcantes nas condições de saúde, na proteção social, no acesso aos serviços e na capacidade de cuidado domiciliar. Pesquisas recentes indicam que idosos em situação de vulnerabilidade tendem a apresentar maior dependência funcional, menor suporte familiar e maior probabilidade de institucionalização (Pinheiro et al., 2016; Hartwig et al., 2024; Horst; Stroparo, 2023; Stroparo, 2023)

Dessa forma, as desigualdades acumuladas ao longo do curso de vida ampliam a demanda por cuidados de longa duração e tensionam a rede institucional existente. Ainda que a institucionalização do cuidado permaneça majoritariamente analógica, as transformações digitais em curso no Estado, na gestão de políticas sociais e nos sistemas de saúde redefinem capacidades de resposta, configuram novos tipos de vulnerabilidade sociotécnica e evidenciam desigualdades na forma como idosos e ILPIs são incorporados à digitalização contemporânea. Este cenário reforça a importância de analisar criticamente as desigualdades no envelhecimento e os desafios emergentes para a proteção social (Stroparo, 2021)

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O envelhecimento populacional constitui um dos fenômenos demográficos mais marcantes do século XXI, caracterizado pela rápida expansão do contingente de pessoas

idosas em diferentes contextos sociais e territoriais. No entanto, como aponta Barros e Goldbaum (2019), o envelhecimento não ocorre de forma homogênea: ele é profundamente atravessado por desigualdades acumuladas ao longo do curso da vida, refletindo a estratificação social em saúde, renda, escolaridade, trabalho e condições de moradia. Essas desigualdades produzem perfis distintos de envelhecimento, com impactos diretos sobre morbidades, dependência funcional e necessidade de cuidado.

Autores como Leone (2025) destacam que a longevidade está associada ao nível socioeconômico: enquanto grupos de maior renda alcançam idades mais avançadas em melhores condições de saúde, populações pobres experimentam um envelhecimento mais precoce e vulnerável, com maior incidência de doenças crônicas, fragilidade e limitações funcionais. Estudos epidemiológicos corroboram esse padrão, demonstrando que morbidades, risco cardiovascular, dependência e mortalidade variam conforme classe social e território (Couto et al., 2017; Perreira; Jesus; Martins, 2020).

O envelhecimento desigual também se expressa por disparidades regionais. Lacerda et al. (2021) evidenciam que a distribuição das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no país demonstra lacunas territoriais significativas: 64% dos municípios não têm nenhuma unidade instalada, configurando um cenário assimétrico de acesso ao cuidado institucional. Esse descompasso territorial intensifica vulnerabilidades sociais, já que regiões com menor oferta institucional coincidem com baixas coberturas de serviços sociais e de saúde.

Além disso, as desigualdades nas redes de apoio familiar e comunitário influenciam diretamente a demanda por cuidado. Nos grupos de baixa renda, a ausência de políticas públicas de habitação, saúde e segurança econômica, conforme analisado por Silva e Galindo (2023), agrava a dependência funcional e reduz a capacidade das famílias de prover o cuidado domiciliar. Assim, a institucionalização aparece, muitas vezes, como alternativa para idosos sem retaguarda social, familiar e financeira.

As ILPIs configuram-se como espaços residenciais destinados ao acolhimento de pessoas com 60 anos ou mais que necessitam de apoio em atividades de vida diária, cuidados contínuos ou proteção social. A definição normativa mais consolidada decorre da Resolução RDC nº 283/2005 da ANVISA, que estabelece padrões mínimos de estrutura física, higiene, recursos humanos, alimentação, registros e rotinas de cuidado (BRASIL, 2005). A regulamentação classifica os residentes em três perfis: independentes, semidependentes e dependentes, conforme necessidade de auxílio nas atividades de vida

diária, o que determina o número de cuidadores, a estrutura assistencial e o plano de cuidados.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) reforça que a institucionalização deve ser medida excepcional, recomendando que ocorra somente quando inexistirem condições de manutenção da autonomia e segurança no convívio familiar. Já a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) define responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade na garantia do bem-estar da população idosa. Em termos de proteção social, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais define o serviço de acolhimento institucional como pertencente ao nível de alta complexidade, exigindo condições integrais de moradia, alimentação, cuidados pessoais, convivência e vínculos comunitários.

Questões ambientais também compõem o escopo regulatório. Embora não exista norma ambiental exclusiva para ILPIs, muitas delas realizam procedimentos de enfermagem e, portanto, estão sujeitas à Resolução CONAMA nº 358/2005, que dispõe sobre o manejo e a disposição final de resíduos de serviços de saúde. Cumpre ressaltar, também, legislações sobre efluentes, descarte de medicamentos e padrões sanitários, as quais impactam diretamente a rotina das instituições.

No plano empírico, a literatura demonstra forte heterogeneidade entre ILPIs públicas, filantrópicas e privadas. Pinheiro et al. (2016) demonstram que idosos em ILPIs sem fins lucrativos tendem a apresentar piores condições socioeconômicas e mais comorbidades, enquanto instituições lucrativas, embora com melhor infraestrutura, frequentemente se tornam inacessíveis economicamente. Guimarães et al. (2023) corroboram essa diferença, identificando desigualdades regionais que afetam estrutura física, recursos humanos e qualidade do cuidado.

Outros desafios operacionais são identificados por Oliveira e Silva (2023), que analisam lacunas de fiscalização, falta de padronização e dificuldades no cumprimento das normativas. No contexto pós-pandemia, estudos como Correa e Sperchi (2024) e Coutinho et al. (2023) mostram como as ILPIs vivenciaram crises acentuadas por escassez de cuidadores, aumento de custos e insuficiência de apoio governamental. A complexidade dos custos com saúde em ILPIs, especialmente com cuidadores e medicamentos, torna o financiamento público atual insuficiente para cobrir as despesas de idosos com maior grau de dependência, mesmo em instituições onde a maioria dos internos tem dependência leve (Horst; Stroparo, 2023; Stroparo, 2023).

O debate internacional sobre cuidado de longa duração (*long-term care*) tem destacado a necessidade de sistemas integrados que articulem saúde, assistência social, habitação e proteção social. Barreira et al. (2023), em uma *umbrella review* abrangente, identificam seis eixos centrais desse cuidado: (1) suporte funcional contínuo, (2) coordenação intersetorial, (3) financiamento sustentável, (4) profissionalização da força de trabalho, (5) acesso equitativo e (6) mecanismos de monitoramento e avaliação.

Em países latino-americanos, Wachholz et al. (2024) mostram que a institucionalização ainda é marcada pela ausência de sistemas públicos robustos, pela informalidade do cuidado e por déficits crônicos de dados, fiscalização e financiamento. No caso brasileiro, Torres et al. (2020) destacam que, apesar dos avanços do SUS em atenção à saúde do idoso, o país não possui política nacional de cuidado de longa duração, o que gera fragmentação assistencial.

A literatura evidencia que grande parte da demanda por ILPIs surge justamente da insuficiência dessas políticas. Estudos clássicos e recentes — Oliveira e Rozendo (2014); Campos et al. (2022); Pessôa et al. (2010) — apontam que famílias estruturadas em arranjos frágeis, com baixa renda e pouca rede de apoio, encontram nas ILPIs a única alternativa possível de cuidado.

A vulnerabilidade também está presente nos relatos de institucionalização. Horst; Stroparo (2023) e Stroparo (2023) demonstram que muitos idosos chegam às ILPIs por abandono, incapacidade de autocuidado, doenças avançadas ou ausência de familiares aptos a prover cuidado. Sposato, Moraes e Lage (2019) enfatizam que a institucionalização, nesses casos, não representa escolha, mas imposição das desigualdades estruturais.

Parte expressiva da literatura enfatiza que as ILPIs se tornaram importantes dispositivos de proteção social, especialmente para idosos pobres. Barreira et al. (2023) reforçam que sistemas de cuidado de longa duração devem integrar serviços sociais e de saúde, além de políticas de renda e moradia — áreas tradicionalmente negligenciadas para idosos no Brasil.

Do ponto de vista econômico, estudos como Horst e Stroparo (2023) e Stroparo, Eidam e Czaikovski (2020) indicam que os custos com saúde representam parcela significativa dos gastos institucionais, pressionando o orçamento das ILPIs e impactando a qualidade do cuidado. Esses achados reforçam a necessidade de financiamento permanente, mecanismos de apoio e políticas públicas estruturadas.

Por fim, a violência institucional também aparece na literatura. Poltronieri, Souza e Ribeiro (2019) analisam que políticas de cuidado de longa duração incorporam dispositivos de prevenção à violência, intimamente ligados à garantia da dignidade, integridade física e autonomia dos residentes.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e teórico-analítica, estruturada a partir de uma *Scoping Review*, articulada à pesquisa documental e à análise crítica da literatura sobre envelhecimento populacional, desigualdades socioeconômicas, cuidado de longa duração e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

A *Scoping Review* foi selecionada por sua adequação a temas amplos, complexos e multidimensionais. Segundo Arksey e O’Malley (2005), trata-se de um método de revisão que visa “examinar a extensão, o alcance e a natureza das pesquisas sobre um tópico, com o objetivo de mapear conceitos, evidências e lacunas na literatura”. O Joanna Briggs Institute (JBI, 2020) complementa que esse tipo de revisão é particularmente indicado quando o objetivo é clarificar conceitos, identificar lacunas de conhecimento e sintetizar evidências de forma abrangente, especialmente em campos nos quais os estudos apresentam diversidade metodológica. Diferentemente das revisões sistemáticas tradicionais, a *Scoping Review* não exige avaliação crítica da qualidade dos estudos, permitindo integrar artigos empíricos, teóricos, documentos normativos e relatórios institucionais, o que se alinha à natureza interdisciplinar da presente investigação.

A condução da revisão seguiu as cinco etapas metodológicas propostas por Arksey e O’Malley (2005), refinadas por Levac, Colquhoun e O’Brien (2010): (1) formulação da pergunta norteadora; (2) identificação dos estudos e documentos relevantes; (3) seleção do material conforme critérios de inclusão e exclusão; (4) extração e categorização temática dos dados; (5) síntese e apresentação dos resultados.

Figura1. Etapas Metodológicas



**Fonte:** Elaborado pelas autoras com uso da ferramenta Napkin (2025).

A pergunta orientadora estabelecida foi: “De que modo o envelhecimento populacional desigual influencia a demanda por Instituições de Longa Permanência para Idosos e quais desafios emergem para o cuidado e a proteção social?”

A busca bibliográfica foi realizada nas bases SciELO, Web of Science, Scopus e Google Scholar, além de repositórios governamentais. Foram empregados descritores em português e inglês: *envelhecimento populacional, desigualdades sociais, institucionalização de idosos, ILPI, long-term care, aging and inequality, care systems*. Os critérios de inclusão envolveram: (a) estudos publicados entre 2010 e 2025; (b) artigos revisados por pares; (c) documentos normativos e relatórios oficiais relacionados às ILPIs e ao cuidado de longa duração. Excluíram-se estudos duplicados, resumos sem texto completo e produções fora do escopo temático.

Simultaneamente, realizou-se pesquisa documental, contemplando legislações e normativas centrais para o funcionamento das ILPIs, como: Lei nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Resolução RDC nº 283/2005 da ANVISA; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; e Resolução CONAMA nº

358/2005, atinentes ao manejo de resíduos de serviços de saúde. Esses documentos foram analisados quanto à definição institucional, exigências estruturais, padrões de cuidado, regulamentação e responsabilidades estatais.

Após a seleção e leitura integral das fontes, procedeu-se à categorização temática, conforme diretrizes do JBI (2020), resultando nos seguintes eixos analíticos: (1) desigualdades socioeconômicas e perfis de envelhecimento; (2) demandas assistenciais, organizacionais e territoriais das ILPIs; (3) desafios de cuidado e proteção social em contextos de envelhecimento desigual.

Por fim, realizou-se a síntese interpretativa, integrando evidências empíricas, fundamentos teóricos e marcos regulatórios

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A Scoping Review identificou três grandes eixos analíticos sobre a relação entre envelhecimento desigual, institucionalização e desafios no cuidado de longa duração: (1) desigualdades socioeconômicas e perfis diferenciados de envelhecimento; (2) dinâmica da demanda e funcionamento das ILPIs; e (3) desafios contemporâneos de cuidado e proteção social. Antes de aprofundar esses eixos, apresenta-se, no Quadro 1, a síntese dos estudos selecionados, contemplando autores, objetivos, metodologias e principais achados, de modo a evidenciar a heterogeneidade da produção científica e os padrões identificados na literatura.

**Quadro 1** – Síntese dos estudos incluídos na Scoping Review sobre ILPIs e desigualdades no envelhecimento

<b>Autor(es)</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Achado principal</b>
Pinheiro et al. (2016)	Comparar perfis de idosos em ILPIs lucrativas e não lucrativas	Estudo descritivo com dados institucionais	Idosos em ILPIs sem fins lucrativos apresentavam piores condições socioeconômicas e de saúde.
Guimarães et al. (2023)	Avaliar ILPIs brasileiras segundo modelo multidimensional de qualidade e desigualdades regionais	Estudo ecológico com dados do Censo SUAS 2018 (1.665 instituições)	ILPIs do Norte/Nordeste exibiram desempenho inferior em equipe, estrutura e cuidado.
Lacerda et al. (2021)	Mapear distribuição geoespacial das ILPIs	Estudo geoespacial municipal	64% dos municípios não possuem ILPI, revelando grandes vazios assistenciais.
Silva-Souza et al. (2025)	Discutir políticas públicas, cobertura e desafios das ILPIs	Estudo analítico com revisão de literatura	Necessidade de políticas integradas de cuidado de longa duração.

Silva et al. (2021)	Avaliar desempenho institucional com indicadores de monitoramento	Estudo quantitativo em 41 ILPIs	Baixa proporção de cuidadores por residente e elevada taxa de ocupação.
Hartwig et al. (2024)	Identificar perfil demográfico e socioeconômico de idosos institucionalizados	Revisão narrativa	Predomínio de idosos longevos, com comorbidades múltiplas e baixa renda.
Quinteiro & Rodrigues (2022)	Avaliar impacto do ambiente físico na qualidade de vida	Revisão sistemática	Condições físicas e estruturais das ILPIs influenciam o bem-estar.
Soares, Silva & Ribeiro (2021)	Analizar os impactos da COVID-19 na gestão das ILPIs	Estudo reflexivo + análise documental	Pandemia agravou precariedades pré-existentes: falta de pessoal, regulação frágil e subfinanciamento.
Stroparo (2024)	Analizar desafios estruturais, organizacionais e éticos nas ILPIs	Estudo analítico crítico	Revelou déficit estrutural, insuficiência de financiamento e precarização do trabalho.
Stroparo, Eidam & Czaikovski (2020)	Analizar custos operacionais e implicações para o cuidado	Estudo qualitativo aplicado	Custos com saúde/medicamentos são os mais expressivos e afetam a qualidade do cuidado.

Fonte: Dados da Pesquisa, (2025)

A análise da literatura demonstra que o envelhecimento populacional ocorre de forma profundamente desigual, revelando perfis divergentes conforme classe social, território, escolaridade e condições de vida. Estudos de Barros e Goldbaum (2019) e Leone (2025) indicam que idosos de menor renda apresentam maior prevalência de doenças crônicas, dependência funcional precoce, menor suporte familiar e condições precárias de moradia — fatores que elevam a probabilidade de institucionalização.

Pesquisas nacionais e regionais reforçam esse padrão. Couto et al. (2017) identificaram associação entre risco cardiovascular, baixa escolaridade e pior qualidade de vida, enquanto Perreira, Jesus e Martins (2020) descrevem padrões diferenciados de mortalidade idosa no Nordeste, diretamente relacionados a determinantes sociais da saúde.

A desigualdade também se expressa territorialmente. Lacerda et al. (2021) evidenciaram que aproximadamente 64% dos municípios brasileiros não possuem nenhuma ILPI, produzindo vazios assistenciais principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Essa distribuição desigual limita o acesso ao cuidado institucional, sobretudo em municípios pequenos e rurais, com menor capacidade de oferta de serviços públicos e menor presença de instituições filantrópicas.

Assim, a literatura converge para a compreensão de que desigualdades acumuladas ao longo do curso de vida produzem trajetórias de envelhecimento mais vulneráveis, com maior chance de institucionalização e menor autonomia, especialmente entre idosos pobres, negros, mulheres e moradores de territórios periféricos.

A pesquisa revela que a demanda por ILPIs tem crescido de forma consistente, impulsionada por transformações demográficas, mudanças familiares, condições socioeconômicas fragilizadas e ausência de políticas de cuidado domiciliar. Os motivos que levam à institucionalização incluem abandono familiar, ausência de cuidadores, doenças incapacitantes, dependência funcional e insegurança no domicílio (Stroparo, 2024)

A revisão também destaca heterogeneidade entre instituições públicas, privadas e filantrópicas. Pinheiro et al. (2016) identificaram profundas diferenças no perfil dos residentes conforme o tipo de instituição: ILPIs não lucrativas concentram idosos com menor renda e maior dependência, enquanto ILPIs privadas atendem perfis menos vulneráveis, porém inacessíveis à maior parte da população idosa. Guimarães et al. (2023) ampliam esse debate ao demonstrar disparidades regionais significativas na qualidade estrutural, recursos humanos, infraestrutura e práticas de cuidado.

Além disso, a literatura mostra que a regulamentação vigente — especialmente a RDC nº 283/2005, o Estatuto do Idoso e a Tipificação Nacional do SUAS — estabelece padrões mínimos de funcionamento, mas muitas instituições enfrentam dificuldades para cumpri-los. Oliveira e Silva (2023) apontam que a fiscalização é insuficiente e desigual, contribuindo para heterogeneidade nas condições de cuidado.

Questões ambientais também emergem como desafio. ILPIs que realizam procedimentos de enfermagem estão sujeitas à Resolução CONAMA nº 358/2005, referente ao manejo de resíduos de serviços de saúde, o que implica exigências estruturais e operacionais adicionais.

Com base nessas evidências, observa-se que a demanda por ILPIs está diretamente associada às desigualdades sociais e à insuficiência de políticas públicas que promovam autonomia, cuidado comunitário e suporte familiar.

Estudos produzidos por Stroparo (2024) aprofundam esse diagnóstico ao demonstrar que o funcionamento cotidiano das ILPIs é marcado por restrições financeiras, insuficiência de infraestrutura física, alta rotatividade de trabalhadores e fragilidades na gestão do cuidado, aspectos que se agravam em instituições de pequeno

porte e localizadas em municípios de baixa capacidade fiscal. A autora destaca ainda que, mesmo diante da regulamentação vigente, muitas instituições operam com recursos mínimos, o que compromete o cumprimento integral da RDC nº 283/2005.

A literatura analisada mostra que o Brasil não dispõe de um sistema nacional de cuidado de longa duração, o que gera fragmentação assistencial e sobrecarga das ILPIs. Estudos internacionais, como Barreira et al. (2023) e Wachholz et al. (2024), apontam que países latino-americanos enfrentam desafios semelhantes: falta de financiamento público, informalidade do cuidado, escassez de dados e insuficiência de políticas intersetoriais.

No contexto brasileiro, a pandemia de COVID-19 escancarou fragilidades históricas. Correa e Sperchi (2024), Coutinho et al. (2023) e Kevern et al. (2020) descrevem impactos devastadores: mortalidade elevada, isolamento extremo, falta de equipamentos de proteção, adoecimento da força de trabalho e escassez de suporte governamental. Essas vulnerabilidades ampliaram os custos operacionais das ILPIs e tensionaram sua sustentabilidade financeira.

Nesse sentido, estudos econômicos de Horst e Stroparo (2023) e Stroparo, Eidam e Czaikovski (2020) evidenciam que custos com saúde são os mais representativos no orçamento institucional, afetando diretamente a qualidade do cuidado ofertado. Isso implica necessidade de políticas de financiamento contínuo e de reconhecimento das ILPIs como parte formal da rede de proteção social.

A literatura também aborda dimensões éticas e de direitos humanos. Poltronieri, Souza e Ribeiro (2019) analisam que a violência institucional — física, psicológica ou negligencial — permanece um risco em ambientes com baixa fiscalização, recursos escassos e equipes reduzidas, indicando urgência na consolidação de práticas de cuidado centradas na dignidade e autonomia.

A análise econômica da institucionalização realizada por Stroparo, Eidam e Czaikovski (2020) revela que os custos com saúde, medicamentos, atendimentos especializados e materiais de cuidado constituem a maior parcela do orçamento institucional, representando fator crítico para a sustentabilidade financeira das ILPIs. Esses custos elevados impactam diretamente a qualidade do cuidado, especialmente em instituições filantrópicas que dependem de doações e do trabalho voluntário. A pesquisa evidencia que insuficiência crônica de recursos compromete estratégias de promoção de qualidade de vida, limitando atividades terapêuticas, manutenção predial e aquisição de insumos essenciais.

Por fim, as reflexões de Guerra et al. (2024) e Torres et al. (2020) reforçam que políticas públicas para a pessoa idosa permanecem fragmentadas entre saúde, assistência social e previdência, sem articulação intersetorial capaz de garantir rede sólida de apoio e cuidado continuado.

Os resultados, portanto, revelam que: envelhecimento desigual é determinante estruturante da institucionalização; ILPIs se apresentam como resposta à insuficiência das políticas sociais e à fragilidade das redes familiares; desigualdades territoriais e socioeconômicas moldam tanto a oferta quanto o acesso às instituições; desafios estruturais — financiamento, fiscalização, força de trabalho, normas sanitárias — comprometem a qualidade do cuidado; a ausência de um sistema nacional de cuidado de longa duração agrava vulnerabilidades; políticas públicas existentes são insuficientes para enfrentar a magnitude das transformações demográficas.

Assim, a institucionalização, quando não ancorada em rede estatal, tende a reproduzir desigualdades preexistentes, reforçando a necessidade urgente de políticas estruturadas e intersetoriais de cuidado e proteção social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente Scoping Review, cujo objetivo foi analisar como o envelhecimento populacional e as desigualdades socioeconômicas influenciam a demanda por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e quais desafios emergem para o cuidado e a proteção social, demonstra que o envelhecimento, embora um processo universal, é vivenciado de maneira profundamente desigual. Essas desigualdades acumuladas ao longo do curso de vida moldam trajetórias diferenciadas de vulnerabilidade, influenciando tanto o risco de institucionalização quanto as condições nas quais ela ocorre.

A literatura analisada evidencia que a institucionalização em ILPIs é frequentemente resultado de carências estruturais — fragilidade das redes familiares, ausência de políticas formais de cuidado de longa duração e limitações econômicas —, e não apenas de escolhas individuais. As instituições, por sua vez, operam em contexto marcado por subfinanciamento, demanda crescente por cuidados complexos, escassez de força de trabalho e dificuldades para cumprir normativas como a RDC nº 283/2005 e a Resolução CONAMA nº 358/2005. Estudos como os de Stroparo (2024) e Stroparo, Eidam

e Czaikovski (2020) reforçam que os custos com saúde representam a parcela mais expressiva do orçamento institucional, afetando diretamente a qualidade do cuidado ofertado.

Adicionalmente, a inexistência de um sistema nacional de cuidado de longa duração agrava a fragmentação entre saúde, assistência social e previdência, dificultando a construção de redes integradas de apoio às pessoas idosas. Em um cenário de desigualdades territoriais marcantes e elevada heterogeneidade institucional, a precarização tende a se intensificar, sobretudo em ILPIs filantrópicas e em municípios de menor porte.

Diante desse conjunto de evidências, reafirma-se que o enfrentamento dos desafios ligados ao envelhecimento exige políticas públicas estruturantes que reconheçam o cuidado como direito social fundamental. Isso implica ampliar o financiamento público, fortalecer a capacidade institucional, garantir fiscalização efetiva, aprimorar a formação e a valorização das equipes, e consolidar sistemas intersetoriais de proteção social capazes de responder às necessidades crescentes da população idosa.

Assim, os resultados apontam que a construção de um cuidado de longa duração universal, equitativo e territorialmente sensível é condição indispensável para que o envelhecimento seja vivido com dignidade, autonomia e justiça social. O fortalecimento das ILPIs, articulado à criação de um sistema nacional de cuidados, representa passo estratégico e urgente para assegurar a proteção e a qualidade de vida das pessoas idosas em um contexto de profundas transformações demográficas e sociais.

## **REFERÊNCIAS**

- ALVES, J. E. D. *Demografia e economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI*. Rio de Janeiro: ENS, 2022.
- ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. *Scoping studies: towards a methodological framework*. International Journal of Social Research Methodology, v. 8, n. 1, p. 19–32, 2005.
- BARREIRA, L. F.; SILVA, A.; ARAÚJO, B.; CAMPOS, M. J. Challenges to systems of long-term care: mapping of the central concepts from an umbrella review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 20, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph20031698>. Acesso em: out. 2025.
- BARROS, M. B. A.; GOLDBAUM, M. Challenges of aging in the context of social inequalities. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, 2019.

BICHARA, J. da S.; COSTANZI, R. N. O envelhecimento da força de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET, 19., 2025, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. Aprova o regulamento técnico para o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 set. 2005.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jan. 1994.

CAMARANO, A. A. (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CAMPOS, C. G. P. et al. Rede de atenção à saúde do idoso em município do Paraná. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 24, n. 3, p. 81-101, 2022.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 maio 2005.

CORREA, M. R.; SPERCHI, J. Aging and care strategies in long-term nursing homes during the COVID-19 pandemic: narrative review. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 15, n. 2, 2024.

COUTINHO, V. M. M. et al. Experiências de enfrentamento da COVID-19 em Instituições de Longa Permanência para Idosos. *Medicina (Ribeirão Preto)*, v. 56, n. 2, 2023.

COUTO, J. O. et al. Risco cardiovascular, índices antropométricos e percepção de qualidade de vida em idosos. *Scientia Plena*, v. 13, n. 3, 2017.

ESCORCIM, S. M. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. *Serviço Social & Sociedade*, n. 142, p. 427–446, 2021.

GUERRA, A. A. P. et al. Papel das políticas em saúde do idoso: sistematizando o cuidado. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 16, n. 11, 2024.

GUIMARÃES, M. R. C.; GIACOMIN, K. C.; FERREIRA, R. C.; VARGAS, A. M. D. Avaliação das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 7, p. 2035-2050, 2023.

HARTWIG, J. A. F. et al. Perfil dos idosos institucionalizados: uma revisão de literatura. *Arace*, 2024.

HORST, T; STROPARO, T.R. Representatividade dos custos com saúde nas finanças de uma Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI). *Cadernos de InterPesquisas*, v. 1, p. 134-149, 2023.

JOANNA BRIGGS INSTITUTE. *JBI Manual for Evidence Synthesis: Scoping Reviews*. Adelaide: JBI, 2020. Disponível em: <https://jbi.global/scoping-review-network>.

KEVERN, P. et al. The contribution of church-based networks to social care in the coronavirus pandemic and beyond: The case of Pastoral da Pessoa Idosa in Brazil. *Religions*, v. 11, n. 10, p. 486, 2020.

LACERDA, T. T. B. et al. Geospatial panorama of long-term care facilities in Brazil: a portrait of territorial inequalities. *Geriatrics, Gerontology and Aging*, v. 15, e0210060, 2021.

LEONE, E. Envelhecimento populacional e força de trabalho no Brasil: diferenças segundo o nível socioeconômico. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2025. (Texto para Discussão n. 489).

LEVAC, D.; COLQUHOUN, H.; O'BRIEN, K. K. *Scoping studies: advancing the methodology*. Implementation Science, v. 5, n. 69, 2010. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-69>

OLIVEIRA, J. M.; ROZENDO, C. A. Instituição de longa permanência para idosos: um lugar de cuidado para quem não tem opção? *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 67, n. 5, p. 773-779, 2014.

OLIVEIRA, L. P.; SILVA, H. S. Challenges to Brazilian LTCIs oversight. *Research Square*, 2023.

PERREIRA, B. R.; JESUS, I. M. O.; MARTINS, M. M. F. Perfil sociodemográfico da mortalidade da população idosa no Nordeste brasileiro. *Revista de Atenção à Saúde*, v. 18, n. 64, 2020.

PESSÔA, L. R. et al. Care networks for the elderly. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 26, n. 7, p. 1314-1326, 2010.

PINHEIRO, N. C. G.; HOLANDA, V. C. D.; MELO, L. A.; MEDEIROS, A. K. B.; LIMA, K. C. Desigualdade no perfil dos idosos institucionalizados na cidade de Natal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 11, p. 3399-3408, 2016.

POLTRONIERI, B. C.; SOUZA, E. R.; RIBEIRO, A. P. Análise da violência nas políticas de cuidado de longa duração ao idoso. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 3035-3046, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.25192017>. Acesso em: aug. 2025.

SILVA, T. O.; GALINDO, D. Envelhecimento populacional: impactos nas políticas públicas. *Diversitas Journal*, v. 8, n. 4, 2023.

SOARES, N.; SILVA, M.; RIBEIRO, L. Desafios gerenciais em instituições de longa permanência para idosos no pós-pandemia. 2021.

SPOSATO, K. B.; MORAIS, D. F.; LAGE, R. C. M. Vulnerabilidade e ILPIs em Sergipe. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 6, n. 3, p. 212-230, 2019.

STROPARO, T. R. Desafios e perspectivas nas instituições de longa permanência para idosos (ILPIs): necessidades emergentes em meio à restrição de recursos. 2024.

STROPARO, T. R.; EIDAM, F.; CZAIKOVSKI, M. L. Custos em instituições de longa permanência: repercussões na qualidade de vida. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 7, 2020.

STROPARO, T.R. Smart Cities, mobilidade urbana e envelhecimento humano em tempos de pandemia: exclusão e isolamento. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 5, n. 14, p. 102-109, 2021.

TORRES, K. R. B. O. et al. Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 1, 2020.

WACHHOLZ, P. A. et al. Institutional care in four Latin American countries. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 48, p. e1-e12, 2024.

WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, E. L. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

## **Capítulo 2**

### **BEM-ESTAR ANIMAL E SUSTENTABILIDADE NA SUINOCULTURA: EFEITOS ECONÔMICOS DA CONFORMIDADE AMBIENTAL**

***Henry Bruno Schwab***

*Accountant, State University of the Centre-West of Paraná (UNICENTRO), Prudentópolis, Paraná, Brazil, E-mail: henrybrunos@hotmail.com*

***Telma Regina Stroparo***

*PhD in Geography, State University of Central-West (UNICENTRO), Irati, Paraná, Brazil. E-mail: telma@unicentro.br*

***Mônica Aparecida Bortolotti***

*PhD in Public Policy, State University of Paraná (UNESPAR), Campo Mourão, Paraná, Brazil. E-mail: monica.bortolotti@unespar.edu.br*

#### **RESUMO**

A suinocultura brasileira enfrenta crescentes exigências relacionadas à sustentabilidade ambiental e ao bem-estar animal, aspectos fundamentais para a conformidade regulatória e a competitividade no mercado. Neste viés, o presente artigo tem como objetivo analisar os efeitos econômicos da adoção de práticas de bem-estar animal na produção de suínos. O lócus da pesquisa é uma propriedade integrada do município de Prudentópolis (PR). Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem

híbrida (qualitativa e quantitativa), combinando observação direta com análise documental de três lotes sucessivos de terminação, totalizando 3.966 suínos. A análise abrangeu indicadores zootécnicos (ganho de peso diário, conversão alimentar, taxa de mortalidade) e econômicos (custo total por animal, custo por quilo vivo, ROI). Os resultados indicam que práticas voltadas ao bem-estar animal como controle térmico, biosseguridade, ambiência adequada e gestão sanitária contribuíram para a melhoria do desempenho produtivo, redução do uso de antibióticos e diminuição progressiva dos custos de alimentação por animal. Dentre os resultados é possível aferir que a conformidade ambiental aliada ao bem-estar revela-se uma estratégia eficaz de sustentabilidade na suinocultura contemporânea.

**Palavras-chaves:** Suinocultura. Bem-estar animal. Sustentabilidade. Conformidade ambiental. Gestão rural.

## **ABSTRACT**

Brazilian pig farming faces increasing demands related to environmental sustainability and animal welfare, which are fundamental to regulatory compliance and market competitiveness. From this perspective, this article aims to analyze the economic effects of adopting animal welfare practices in pig production. The research locus is an integrated farm located in the municipality of Prudentópolis, Paraná, Brazil. Methodologically, the study is characterized as a case study with a mixed-methods approach (qualitative and quantitative), combining direct observation with documentary analysis of three successive finishing batches, totaling 3,966 pigs. The analysis encompassed zootechnical indicators (average daily weight gain, feed conversion ratio, mortality rate) and economic indicators (total cost per animal, cost per kilogram of live weight, ROI). The results indicate that animal welfare-oriented practices, such as thermal control, biosecurity, adequate housing conditions, and sanitary management, contributed to improved productive performance, reduced antibiotic use, and a progressive decrease in feed costs per animal. Overall, the findings demonstrate that environmental compliance combined with animal welfare represents an effective sustainability strategy in contemporary pig farming.

**Keywords:** Pig farming. Animal welfare. Sustainability. Environmental compliance. Rural management.

## **INTRODUÇÃO**

A suinocultura contemporânea encontra-se no centro de um debate que articula exigências regulatórias, sustentabilidade ambiental e bem-estar animal, elementos cada vez mais associados à eficiência produtiva e à competitividade dos sistemas agroalimentares. Estudos clássicos e contemporâneos indicam que práticas de bem-estar animal não se limitam a uma dimensão ética, mas configuram estratégias produtivas capazes de reduzir estresse, melhorar indicadores zootécnicos e otimizar custos operacionais, especialmente em sistemas intensivos de produção (Brambell, 1965; Broom, 1991; Fraser, 2008; Tzanidakis et al., 2021).

A suinocultura brasileira insere-se em um contexto de crescente complexidade regulatória, no qual demandas relacionadas à sustentabilidade ambiental, ao bem-estar animal e à eficiência produtiva tornam-se indissociáveis da competitividade econômica dos sistemas de produção. Esse cenário reflete transformações mais amplas nos sistemas agroalimentares contemporâneos, marcados pela intensificação produtiva, maior escrutínio social e exigências normativas cada vez mais rigorosas, tanto em âmbito nacional quanto internacional (WCED, 1987; OECD, 2020). Assim, práticas produtivas que historicamente eram tratadas como custos adicionais passam a ser reavaliadas como estratégias de gestão capazes de influenciar o desempenho técnico e econômico das unidades produtivas.

No campo teórico, o conceito de bem-estar animal consolidou-se a partir de contribuições clássicas que o definem como um estado mensurável do animal em relação às suas condições de vida e manejo. O Relatório Brambell (1965) e os trabalhos de Broom (1991) estabeleceram as bases científicas para a compreensão do bem-estar como um atributo diretamente relacionado à saúde física, ao comportamento e à capacidade adaptativa dos animais aos sistemas de produção. Posteriormente, Fraser (2008) ampliou esse entendimento ao integrar dimensões éticas, científicas e produtivas, destacando que sistemas que negligenciam o bem-estar tendem a apresentar maiores níveis de estresse, morbidade e perdas produtivas.

Estudos mais recentes reforçam que o bem-estar animal não deve ser compreendido apenas como um imperativo ético ou regulatório, mas como um fator estratégico de sustentabilidade econômica. Evidências empíricas indicam que práticas adequadas de manejo, ambiência, biosseguridade e controle térmico contribuem para a melhoria de indicadores zootécnicos, como ganho de peso diário e conversão alimentar, além de reduzir taxas de mortalidade e a dependência do uso de antibióticos (Rushen et al., 2011; Tzanidakis et al., 2021). Esses efeitos repercutem diretamente na estrutura de custos da produção, especialmente nos sistemas de terminação intensiva.

Nesse sentido, a literatura contemporânea aponta uma convergência entre bem-estar animal, sustentabilidade ambiental e eficiência produtiva, indicando que a conformidade com padrões de bem-estar tende a gerar externalidades positivas tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. Estudos recentes demonstram que investimentos em ambiência adequada e gestão sanitária resultam em maior previsibilidade produtiva e redução progressiva dos custos operacionais, particularmente

aqueles associados à alimentação e à sanidade animal (Zhang et al., 2022; European Commission, 2023). Tal abordagem reposiciona o bem-estar animal como um componente central das estratégias de sustentabilidade na suinocultura moderna.

Cabe ressaltar que o Brasil é o único país da América do Sul entre os dez maiores produtores de carne suína, e em constante crescimento, avançando cada vez mais a cada ano (Rappa, 2014). Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023, o Paraná registrou um aumento na produção de suínos, com 660,63 mil unidades a mais em comparação com 2022, destacando-se como líder nacional na produção de proteína animal (Seab, 2024). Em 2023, o setor observou aumento nas exportações da carne suína, até novembro foram vendidas 153,6 mil toneladas, gerando uma receita de 345,3 milhões de dólares, um aumento de 12,4% em comparação com 2022 (Almeida, 2024).

Dessa forma, compreender os efeitos econômicos da adoção de práticas de bem-estar animal em contextos produtivos específicos torna-se relevante não apenas para o atendimento às exigências normativas, mas também para a construção de modelos produtivos mais resilientes e economicamente viáveis. É nesse contexto que se insere o presente estudo, ao analisar empiricamente a relação entre bem-estar animal, desempenho zootécnico e resultados econômicos em uma propriedade integrada de suinocultura, contribuindo para o debate sobre sustentabilidade aplicada à gestão rural.

Neste viés, um aspecto relevante e que impacta diretamente não apenas os processos produtivos, mas os resultados econômicos da atividade é a ampla e densa legislação ambiental. Pesquisas tem sido realizadas no mundo todo discutindo os desafios relacionados aos impactos ambientais, como a emissão de gases de efeito estufa, a contaminação de recursos hídricos e a gestão inadequada de resíduos (Makara et al., 2019; Tzanidakis et al., 2021). Discute-se ainda, entre outros, o bem-estar animal, as contribuições para as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a má qualidade do ar, a degradação do solo, o mau cheiro e o risco de zoonoses (Tzanidakis et al., 2021; Van Baelen et al., 2024; Zhang et al., 2024; Kreczkiuski et al., 2024).

Internamente, a legislação que regula a suinocultura no Brasil é bem definida e tem de ser observada pelos produtores. Ainda que existam algumas diferenças entre os estados, os requisitos para os produtores são muito parecidos. “O Licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. O objetivo do licenciamento é compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com um meio

ambiente ecologicamente equilibrado" (Ibama, 2024). O uso de sistemas eficientes de manejo de resíduos, energias renováveis, diminuição no uso de antimicrobianos, investimento no bem-estar animal e a expansão no aspecto social são algumas das abordagens que estão sendo adotadas. Elas não apenas reforçam a confiança do cliente, mas também favorecem o ambiente e o desenvolvimento de um processo suíno muito mais produtivo e sustentável (Topgen, 2023).

Nesse cenário, tratando especificamente do aspecto bem-estar verifica-se a centralidade do assunto não apenas como imperativo ético, mas também como variável econômica e sanitária relevante. Estudos demonstram que ambientes adequados, ambiência controlada, alimentação balanceada, acesso contínuo à água potável e práticas de manejo humanizadas podem reduzir a incidência de doenças, o uso de antibióticos, a mortalidade e os custos operacionais, ao mesmo tempo em que melhoram a conversão alimentar e o ganho de peso diário (Fernandes, 2024; World Animal Protection, 2022). A adoção dessas práticas tem sido formalizada por normativas nacionais, como a Instrução Normativa nº 113 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)

Por outro lado, a conformidade com a legislação ambiental impõe desafios e custos adicionais à produção, exigindo investimentos em infraestrutura, biosseguridade e gestão de resíduos. O licenciamento ambiental, o manejo adequado dos dejetos e a rastreabilidade da produção tornaram-se exigências que impactam diretamente na rentabilidade, sobretudo em propriedades integradas de pequeno e médio porte (Ibama, 2024; Sebrae, 2016). A compreensão da relação entre essas exigências e os resultados econômicos é, portanto, essencial para a tomada de decisões no campo da gestão rural e contábil.

Este artigo tem como objetivo analisar os efeitos econômicos da adoção de práticas de bem-estar animal na suinocultura integrada, com base na avaliação de três lotes produtivos sucessivos em uma propriedade localizada no município de Prudentópolis, Paraná. A pesquisa parte da hipótese de que a conformidade ambiental, aliada à promoção de bem-estar animal, não apenas atende às normativas vigentes, mas também favorece o desempenho técnico e econômico da atividade. Por meio de uma abordagem híbrida — combinando observação direta, dados produtivos e análise contábil — o estudo busca

evidenciar como a sustentabilidade pode ser incorporada como diferencial competitivo e estratégico na suinocultura contemporânea.

Diante desse contexto, a questão que orienta a investigação é: de que maneira as práticas aplicadas para o bem-estar animal influenciam o desempenho produtivo e os custos de produção na suinocultura sob regime de integração?

## **METODOLOGIA**

A pesquisa caracteriza-se como pesquisa aplicada, de abordagem híbrida (qualitativa e quantitativa), com delineamento descritivo e técnica de estudo de caso. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender os efeitos das práticas de bem-estar animal sobre os resultados econômicos e produtivos da suinocultura integrada, considerando a realidade específica de uma propriedade rural localizada no município de Prudentópolis, Paraná.

O estudo de caso foi realizado em uma granja de terminação de suínos, composta por duas estruturas físicas com capacidade total para 2.600 animais. A propriedade opera sob regime de integração com agroindústria, sendo responsável pela infraestrutura, manejo e ambiência, enquanto a empresa integradora fornece os leitões, a ração, a assistência veterinária e o cronograma zootécnico. O ciclo produtivo monitorado envolve três lotes sucessivos, com entrada de suínos entre abril de 2024 e março de 2025.

Os dados foram coletados por meio de observação direta das práticas de manejo, registros internos da propriedade e planilhas de controle técnico-econômico. As variáveis analisadas incluem: taxa de mortalidade, consumo de ração por animal, conversão alimentar, ganho de peso diário (GPD), uso de antibióticos, custo da ração por animal, custo por quilo vivo produzido, receita bruta estimada, margem de contribuição, retorno sobre o investimento (ROI) e *payback* simples.

A análise qualitativa concentrou-se na descrição e categorização das práticas de bem-estar animal adotadas, à luz das Cinco Liberdades propostas por Brambell (1965) Broom (1991, 1986) e das diretrizes normativas estabelecidas pela Instrução Normativa nº 113/2020 do MAPA. Já a análise quantitativa envolveu a comparação dos indicadores produtivos e econômicos entre os três lotes, destacando tendências e correlações associadas ao grau de conformidade com o bem-estar animal.

A sistematização dos dados foi realizada com apoio de planilhas eletrônicas, possibilitando o cálculo de métricas econômicas clássicas (receita, custo, lucro) e indicadores gerenciais (ROI, ponto de equilíbrio e margem de contribuição). As análises visaram evidenciar se a adoção de práticas alinhadas ao bem-estar animal resultou em melhorias no desempenho técnico e na eficiência econômica da unidade produtiva.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Legislação Ambiental aplicada à Atividade Suinícola**

O licenciamento ambiental é uma garantia do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ele é a autorização dada ao empresário para desenvolver atividades que podem causar impacto ao ambiente. As atividades sujeitas ao licenciamento devem ser acompanhadas de um estudo e relatório de impacto ambiental (Giacomelli; Eltz, 2018).

Rigorosos padrões de controle são aplicados aos produtos do agronegócio devido aos riscos de anormalidades que podem prejudicar o meio ambiente, a saúde humana, animal e vegetal. Esses padrões garantem a segurança e qualidade dos produtos em todas as fases da produção até o descarte, incluindo aspectos ambientais, químicos, biológicos, físicos, visuais e ambientais (Eckhard, 2023).

Os primeiros programas e leis estaduais de meio ambiente eram feitos com base em considerações econômicas e olhavam à regulamentação do acesso a recursos naturais, eles não tinham compreensão da importância da preservação do planeta ou ignoravam completamente. Eram priorizadas as metas das indústrias do estado para o seu desenvolvimento (Barsano; Barbosa, 2017).

De acordo com as pesquisas do naturalista francês Geoffrey de Saint-Hilaire realizadas em 1835, o termo "meio ambiente" foi usado para descrever não apenas o espaço onde um ser vivo se encontra ou se move, mas também o que o rodeia. Embora a definição seja simples, ela reflete o interesse dos humanos em compreender como os seres vivos existem (Barsano; Barbosa, 2016).

A conscientização dos produtores rurais sobre o meio ambiente é aumentada por eventos como assoreamento, desertificação, instabilidade de chuvas, poluição do meio ambiente, temperaturas, ventos fortes, geadas, chuvas de granizo, aumento de pragas e

epidemias, também a extinção de predadores naturais, em parte devido às ações humanas (Eckhard, 2023).

A legislação ambiental brasileira evoluiu com o tempo, refletindo a crescente importância dos valores ambientais na legislação e na política do país. Antes do lançamento da Lei n. 6.938/81 as normas ambientais eram dispersas e se concentravam principalmente em regulamentos específicos para a utilização e proteção de recursos naturais, sem uma base clara ecológica. Ao longo desse tempo, os interesses econômicos e a saúde humana foram priorizados na proteção ambiental, influenciada por uma divisão entre homem e natureza. Só na década de 1980, com a Lei n. 6.938/81, os princípios ambientais começaram a ser incorporados de forma mais consistente ao sistema jurídico do Brasil (Fensterseifer; Sarlet; Machado, 2015).

Destaca Fiorillo, 2019, p. 185 “Os instrumentos fundamentais que devem nortear as decisões na área ambiental são: a avaliação dos seus impactos (Lei n. 6.938, art. 9º, III) e o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (Lei n. 6.938, art. 9º, IV)”.

A Instrução Normativa 113, no Brasil, é a primeira legislação a abordar exclusivamente a criação comercial de suínos com ênfase no bem-estar animal. Ela estabelece diretrizes e prazos para a implementação de boas práticas de manejo e cuidado com os animais na produção (Oliveira, 2024). Conforme está no Art.1º da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 237/97 estabelece que:

Art. 1º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:  
I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental

preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

IV166 – Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados (CONAMA nº. 237/97, 1997, p.2).

Os órgãos encarregados de verificar os requisitos e emitir licenças ambientais incluem o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), as agências estaduais e do Distrito Federal de Meio Ambiente, bem como os órgãos municipais de Meio Ambiente (Canal Rural, 2023). O Sistema da Federação da Agricultura do Estado do Paraná/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná (FAEP/SENAR-PR) foi fundamental na criação da Lei da Integração (Lei 13.288/2016), que criou um canal de comunicação com representantes das agroindústrias e produtores para discutir questões importantes da cadeia produtiva (CNA Brasil, 2022).

Os produtores devem seguir rigorosamente a legislação bem definida que regulamenta o setor. Esses requisitos em geral são uniformes entre os estados, e precisam ser atendidos, são eles a Autorização Ambiental, Anuência Prévia do município, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação

### **Sustentabilidade e Bem-Estar Animal na Produção Animal**

A sustentabilidade passa por atender as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras, mantendo sempre um equilíbrio entre os conceitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica (Batán, 2022). A sustentabilidade ambiental mostra como utilizar os recursos naturais de maneira consciente para que eles continuem disponíveis no futuro para diminuir problemas como poluição, efeito estufa, aquecimento global e o esgotamento de recursos. O desafio é equilibrar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente fazendo valer essas medidas da sustentabilidade (Enciclopédia Significados, 2024).

Sem avanços no conhecimento, na ciência, na tecnologia e na inovação, não é possível apoiar uma população mundial crescente que consome os recursos limitados do planeta, nem gerenciar e fornecer serviços básicos em sociedades urbanas onde milhões de pessoas vivem em espaços cada vez mais limitados (Oliveira; Leoneti; Cezarino, 2019; Lopes, Stroparo, 2022; Stroparo et al, 2023)

A sociedade espera que as zonas rurais contribuam para um mundo mais sustentável, garantindo que os alimentos sejam produzidos com menor consumo de água. Desta forma, será possível proteger a qualidade do ar, das águas e do solo, reverter a manipulação ambiental e preservar a biodiversidade. A partir disso, pode-se constatar que os desafios e responsabilidades enfrentadas pelas empresas municipais e rurais são enormes (Zuin; Queiróz, 2019).

A fim de atender à crescente demanda por alimentos, a suinocultura sustentável deve ser feita sem comprometer a capacidade das gerações futuras de consumir seus próprios alimentos. Atualmente, com a urbanização e a alta demanda por alimentos, isso é especialmente importante (Hickmann, 2021).

Grande parte do impacto ambiental da suinocultura ocorre devido à falta de gestão correta dos resíduos sólidos e líquidos gerados pelas atividades suinícolas. As águas residuais resultantes de uma carga orgânica elevada são frequentemente despejadas em fontes de água e podem contaminar as águas subterrâneas e, portanto, os recursos hídricos na área da exploração agrícola. Além disso, a suinocultura causa poluição do ar e danos à camada de ozônio, principalmente pela emissão de gases como metano e óxido nitroso (Carvalho et al., 2015).

Os consumidores de proteína animal estão cada vez mais preocupados com a sustentabilidade devido ao aumento da consciência ambiental. Eles estão atentos as práticas de produção que sejam ecologicamente corretas, socialmente responsáveis e que garantam o bem-estar dos animais. Em resposta, a cadeia suinícola tem investido em novas tecnologias e práticas para atender a essas expectativas, adotando sistemas de manejo de resíduos mais eficientes, uso de energia limpa, dietas mais balanceadas, menos antimicrobianos e melhores condições de bem-estar animal. Ao reconhecer o papel vital da produção de carne suína na indústria alimentar mundial, esses esforços visam reduzir a pegada de carbono, reduzir o uso de recursos naturais e promover a biodiversidade (Topgen, 2023).

Com a adoção das práticas sustentáveis, o manejo dos dejetos de suínos deixou de ser somente um desafio e passou a gerar oportunidades para os produtores, pois os dejetos quando tratados de forma adequada, podem ser aproveitados em outras atividades, como a fertilização de pastos e plantações. A compostagem desses resíduos permite ser utilizado como adubo orgânico em diferentes propriedades, promovendo uma agricultura mais sustentável e produtiva (Agrishow, 2023).

Por isso, a ONU definiu um conjunto de metas globais com o objetivo de diminuir os impactos negativos e aumentar os impactos positivos das atividades humanas na sociedade e no meio ambiente. Então foram estabelecidos 17 ODS, dos quais têm natureza ampla e podem ser aplicados a qualquer setor econômico (Topgen, 2024).

O bem-estar animal é um importante tema na agropecuária nos dias de hoje, promovendo a ética, sustentabilidade e produtividade. Promover esse bem-estar aos animais atende às leis, aos consumidores e melhora as práticas de criação (Fernandes, 2024). Com isso surgiram as Cinco Liberdades do bem-estar animal figura 1, no Reino Unido em 1965 com o Relatório Brambell, que fez investigações sobre as condições dos animais em sistemas intensivos. De início era recomendado que os animais tivessem liberdade para se movimentar e se limpar, então com o passar do tempo essa ideia evoluiu para um padrão global de bem-estar animal (MAPA, 2024).

Figura 1. Cinco Liberdades do Bem-Estar Animal



Fonte: Adaptação Ministério do Meio Ambiente, (2024)

As Cinco Liberdades ajudam a garantir o bem-estar dos animais, evitando qualquer tipo de sofrimento, que também com base na ciência, tem reconhecido que sentir emoções positivas é importante para garantir a qualidade de vida dos animais (World Animal Protection, 2022).

A sustentabilidade na agropecuária contemporânea ultrapassa a racionalização do uso de insumos e a mitigação de impactos ambientais. Trata-se de um conceito multidimensional que compreende a integração entre os pilares ecológico, social e econômico, orientando a produção para que seja capaz de atender às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras (Batán, 2022). No contexto da suinocultura, essa abordagem demanda práticas produtivas que conciliem eficiência zootécnica, conformidade legal e respeito à vida animal.

Entre os princípios que sustentam a produção animal sustentável, o bem-estar animal desponta como eixo normativo e técnico cada vez mais central. Reconhecido por organismos internacionais e incorporado à legislação brasileira — como a Instrução Normativa nº 113/2020 do MAPA — o bem-estar é definido a partir das chamadas Cinco Liberdades: estar livre de fome e sede; de desconforto físico; de dor, injúrias ou doenças; de medo e estresse; e ser livre para expressar comportamentos naturais (Ministério do Meio Ambiente, 2024; World Animal Protection, 2022).

A atenção a essas liberdades não se configura apenas como obrigação moral, mas como estratégia de eficiência produtiva. Estudos recentes evidenciam que suínos criados em condições adequadas de ambiência, manejo sanitário e nutrição equilibrada apresentam melhor conversão alimentar, menor taxa de mortalidade e maior ganho médio diário de peso (Zhang et al., 2024; Tzanidakis et al., 2021). A ambiência controlada — por meio da regulação térmica e ventilação — e o acesso irrestrito à água limpa, por exemplo, têm efeitos diretos sobre a fisiologia dos animais, influenciando positivamente o desempenho zootécnico e reduzindo a necessidade de medicamentos.

Nesse sentido, a suinocultura sustentável deve ser compreendida como um sistema de produção que utiliza tecnologias e práticas de manejo que minimizam os impactos ambientais e promovem a saúde e o bem-estar dos animais, ao mesmo tempo em que garante a viabilidade econômica da atividade (Agrishow, 2023; Carvalho et al., 2015). A correta gestão de dejetos, por exemplo, por meio de compostagem e fertirrigação, além de reduzir a carga poluidora da atividade, contribui para o ciclo de nutrientes nas propriedades e para a redução do uso de fertilizantes químicos.

A conformidade com a legislação ambiental e sanitária, portanto, não deve ser vista como um entrave ao desenvolvimento da atividade, mas como uma condição estruturante para sua permanência no longo prazo. A articulação entre os princípios do bem-estar animal e a gestão contábil dos custos de produção constitui uma dimensão estratégica da

sustentabilidade agropecuária. Isso porque práticas sustentáveis bem implementadas, embora possam exigir investimentos iniciais, tendem a gerar retornos econômicos por meio da melhoria dos indicadores produtivos, redução de perdas e valorização dos produtos perante mercados mais exigentes (Topgen, 2024; Oliveira, 2024).

Assim, o bem-estar animal, ao ser incorporado como parte da racionalidade de gestão na suinocultura, deixa de ser apenas um requisito normativo e passa a ser um componente central da eficiência econômica, da aceitação de mercado e da sustentabilidade sistêmica da atividade agropecuária.

### **Práticas de Bem-Estar Animal Aplicadas à Suinocultura**

A implementação de práticas de bem-estar animal na suinocultura tem ganhado destaque como exigência ética, regulatória e estratégica diante de um cenário em que consumidores, mercados e legislações demandam sistemas produtivos mais humanizados, eficientes e sustentáveis. No caso da propriedade analisada neste estudo, observam-se múltiplas ações alinhadas ao conceito ampliado de bem-estar animal, que pode ser compreendido por meio das *Cinco Liberdades* estabelecidas pelo Relatório Brambell no Reino Unido em 1965, amplamente difundidas pela World Animal Protection (2022) e incorporadas às normativas brasileiras, como a Instrução Normativa nº 113 do MAPA.

Entre as práticas observadas, destaca-se o controle ambiental e térmico por meio de lonas reguláveis acionadas por manivelas, que permitem a ventilação natural das instalações conforme as condições climáticas, reduzindo o estresse térmico dos animais. Essa medida atende à liberdade de estar livre de desconforto físico e térmico, sendo fundamental para a eficiência metabólica e a conversão alimentar.

Outro aspecto relevante é o fornecimento contínuo de água potável, proveniente de poço artesiano, armazenada em caixas d'água específicas, inclusive destinadas à diluição de medicamentos. A oferta adequada de água, além de atender a uma necessidade fisiológica essencial, contribui para a prevenção de doenças digestivas e urinárias, estando relacionada à liberdade de estar livre de fome e sede.

A alimentação é igualmente controlada por meio de sistema de silos automatizados e carrinhos distribuidores, com ração tabelada por fase produtiva. Essa estratégia reduz

a competição e o desperdício de alimento, assegurando nutrição balanceada e adequada ao ganho de peso e desenvolvimento dos suínos.

Em termos de biosseguridade e sanidade, a propriedade adota o vazio sanitário entre os lotes, com higienização completa das instalações e uso de detergentes específicos fornecidos pela integradora. Além disso, dispõe de equipamentos como lavadora de pressão, rodos e vassouras para a limpeza periódica, atendendo à liberdade de estar livre de dor, injúrias ou doenças. Os dados levantados indicam uma tendência de redução na mortalidade e no uso de antibióticos ao longo dos lotes, especialmente no terceiro ciclo, evidenciando melhorias no manejo preventivo.

A identificação individual dos animais é realizada por meio de *mossa*, método que permite rastrear a origem dos suínos e facilita a investigação de causas de mortalidade, reforçando a gestão sanitária e o controle zootécnico. Essa prática é um exemplo de rastreabilidade que fortalece a responsabilização na cadeia produtiva, contribuindo para a liberdade de expressar comportamentos naturais e para a liberdade de estar livre de medo e estresse, ao permitir diagnósticos e intervenções mais eficazes.

Por fim, o manejo de resíduos é realizado com compostagem de animais mortos e sistema de fertirrigação com dejetos líquidos tratados. Essa prática não apenas cumpre exigências legais ambientais, como também evita o descarte inadequado de resíduos, promovendo a sustentabilidade do sistema e prevenindo a contaminação ambiental — um fator indiretamente relacionado à saúde dos animais.

Essas práticas integradas demonstram que o bem-estar animal não se resume à ausência de sofrimento, mas à construção de ambientes que permitam o desenvolvimento fisiológico e comportamental adequado dos animais, com reflexos positivos tanto na produtividade quanto na eficiência econômica da atividade. Os resultados analisados nos três lotes indicam correlação entre o aumento da conformidade com práticas de bem-estar e os indicadores de desempenho produtivo, reforçando a tese de que bem-estar e sustentabilidade são dimensões interdependentes e mutuamente reforçadoras na suinocultura moderna.

## **Sustentabilidade e Bem-Estar Animal na Produção Animal**

A sustentabilidade nas atividades agropecuárias é um conceito que envolve não apenas a gestão racional dos recursos naturais, mas também a dimensão ética, social e

econômica da produção animal. Segundo a definição consagrada por Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. No âmbito da produção animal, esse conceito é ampliado para incluir o bem-estar dos animais como elemento estruturante, considerando a crescente sensibilidade social, os avanços científicos na etologia e a regulação normativa da atividade zootécnica.

A consolidação do conceito de bem-estar animal se dá, sobretudo, a partir do Relatório Brambell, publicado em 1965 no Reino Unido, o qual introduziu as Cinco Liberdades Fundamentais como referência internacional. Estas liberdades — estar livre de fome e sede; de desconforto; de dor, injúrias ou doenças; de medo e estresse; e livre para expressar comportamentos naturais — tornaram-se a base para legislações e protocolos de manejo no mundo todo (Brambell, 1965; Fawc, 1992).

Autores como Donald Broom (1991) reforçam a ideia de que o bem-estar deve ser compreendido como o estado de um indivíduo em relação às tentativas de se adaptar ao ambiente. Nesse sentido, o bem-estar não é apenas a ausência de sofrimento, mas a possibilidade de o animal experienciar estados positivos. Para Fraser (1999; 2008), o bem-estar animal resulta da interação de três componentes: o funcionamento biológico, os sentimentos dos animais e a expressão de comportamentos naturais, sendo necessário equilibrar essas dimensões no desenho dos sistemas produtivos.

Na suinocultura intensiva, o bem-estar animal tem ganhado atenção especial por envolver sistemas confinados, elevada densidade animal e uso intensivo de recursos tecnológicos. A literatura mostra que a ambiência inadequada, o estresse térmico, a competição por alimento e a deficiência de água afetam negativamente o desempenho zootécnico, elevam a ocorrência de doenças e aumentam a mortalidade (Broom, 2011; Hemsworth; Barnett, 2000). Por outro lado, a implementação de práticas que asseguram conforto térmico, acesso contínuo a alimento e água, condições sanitárias apropriadas e interação positiva com os tratadores pode resultar em melhoria significativa na conversão alimentar, ganho médio diário e qualidade da carcaça (Fraser, 2008; Hickmann, 2021; Stroparo et al, 2024)

No contexto brasileiro, a Instrução Normativa nº 113 do MAPA (2020) representa um marco regulatório ao estabelecer diretrizes específicas para a criação comercial de suínos, com foco no bem-estar animal. Esta normativa incorpora os princípios das Cinco

Liberdades e exige que os produtores adotem protocolos de biosseguridade, ambiência controlada, monitoramento sanitário e manejo ético. Tais práticas, embora possam demandar investimentos iniciais, tendem a gerar ganhos econômicos ao reduzir o uso de antibióticos, melhorar os indicadores zootécnicos e atender aos requisitos de mercados cada vez mais exigentes (Topgen, 2023).

A literatura também tem evidenciado que a relação entre sustentabilidade e bem-estar não é apenas normativa, mas estratégica. Autores como Broom (1991) e Fraser (2008) destacam que o bem-estar é indissociável da eficiência produtiva, sobretudo quando se reconhece que sistemas sustentáveis precisam equilibrar performance zootécnica, rentabilidade e legitimidade social. A correta gestão de dejetos, o uso racional de medicamentos, o conforto térmico e o respeito aos comportamentos naturais são exemplos de práticas que beneficiam simultaneamente o animal, o ambiente e o produtor.

Portanto, o bem-estar animal na suinocultura deve ser compreendido como parte de um sistema agropecuário mais amplo, orientado por princípios éticos, ecológicos e econômicos. Sua adoção vai além do cumprimento legal: constitui um componente técnico e estratégico da sustentabilidade agropecuária contemporânea.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise dos dados coletados nos três ciclos produtivos permitiu observar uma tendência de aprimoramento técnico e econômico associada à intensificação das práticas de bem-estar animal. As informações foram organizadas com base em três dimensões principais: desempenho zootécnico, custos de produção e indicadores econômicos.

### **Desempenho Zootécnico e Bem-Estar Animal**

Os indicadores zootécnicos evoluíram positivamente ao longo dos três lotes (Tabela 1). O Ganho de Peso Diário (GPD) aumentou de 0,825 kg/dia no Lote 1 para 1,004 kg/dia no Lote 3. A conversão alimentar melhorou, passando de 2,50 para 2,15, e a taxa de mortalidade reduziu de 1,27% para 1,12%. Essas melhorias refletem diretamente a intensificação das práticas de bem-estar observadas, como ambiência controlada, nutrição balanceada e biosseguridade aprimorada e estão em consonância com a literatura, que aponta a relação entre bem-estar e melhor desempenho fisiológico (Broom, 1991; Fraser, 2008).

**Tabela 1 – Indicadores Zootécnicos por Lote**

Indicador	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Ganho de Peso Diário (kg/dia)	0,825	0,875	1,004
Conversão Alimentar	2,50	2,41	2,15
Taxa de Mortalidade (%)	1,27	1,47	1,12
Uso de Antibióticos (injeção)	10,42	8,91	4,14
Uso de Antibióticos (água)	0,53	1,11	0,09

Fonte: Dados da Pesquisa, (2025)

Observa-se na Tabela 1 que os resultados estão diretamente relacionados à intensificação das práticas de bem-estar observadas no terceiro ciclo, como o controle mais efetivo da ambiência, a adequação térmica das instalações, o manejo sanitário aprimorado e a redução do uso de antibióticos, que caiu para 4,14 aplicações injetáveis por animal e 0,09 via água — os menores valores da série.

Essas melhorias são coerentes com a literatura especializada. Conforme argumenta Broom (1991), o bem-estar animal favorece a adaptação fisiológica ao ambiente e reduz o estresse, resultando em melhor desempenho produtivo. Da mesma forma, Fraser (2008) destaca que a expressão de comportamentos naturais e a ausência de desconforto térmico estão associadas à maior eficiência metabólica.

### **Custos de Produção e Eficiência Econômica**

No que tange aos custos, observou-se uma redução progressiva nos valores relacionados à alimentação, o que representa o principal componente do custo na suinocultura. A ração por animal passou de 232,72 kg no Lote 1 para 194,26 kg no Lote 3. O custo médio da ração por animal caiu de R\$ 457,43 para R\$ 388,84, e o custo por quilo vivo produzido reduziu de R\$ 3,95 para R\$ 3,42 (Tabela 2). Esses dados indicam maior eficiência na conversão de insumos em produtividade, além da influência positiva de um ambiente menos estressante para os animais.

**Tabela 2 – Custos de Produção por Lote**

Indicador	Lote 1	Lote 2	Lote 3
Consumo de Ração por Animal (kg)	232,72	229,78	194,26
Custo da Ração por Animal (R\$)	457,43	438,34	388,84
Custo por kg Vivo (R\$)	3,95	3,66	3,42

Fonte: Dados da Pesquisa, (2025)

Os resultados econômicos refletem diretamente os ganhos zootécnicos e a racionalização dos custos. A receita bruta estimada foi superior a R\$ 900 mil em todos os lotes, com lucro operacional crescente entre os ciclos, atingindo R\$ 389.209,10 no Lote 3. O ROI (Retorno sobre o Investimento) foi de 75,43% no terceiro lote, demonstrando que as práticas de bem-estar, além de atenderem à legislação e à ética, geram retorno econômico expressivo. O payback simples reduziu de 0,08 para 0,06 ciclos (Tabela 3), sugerindo que os investimentos se recuperaram em um tempo mais curto.

**Tabela 3 – Indicadores Econômicos por Lote**

<b>Indicador</b>	<b>Lote 1</b>	<b>Lote 2</b>	<b>Lote 3</b>
Receita Bruta Estimada (R\$)	920.133,00	947.786,40	905.199,78
Lucro Operacional (R\$)	314.038,25	369.177,60	389.209,10
ROI (%)	51,81	63,80	75,43
Payback Simples (nº de ciclos)	0,08	0,07	0,06

Fonte: Dados da Pesquisa, (2025)

A estimativa da receita bruta por lote, considerando um preço médio de R\$ 6,00/kg, mostrou valores crescentes, chegando a R\$ 905.199,78 no Lote 3. O lucro operacional também aumentou de forma expressiva, atingindo R\$ 389.209,10 no terceiro ciclo.

O ROI (Return on Investment) é um indicador financeiro que expressa quanto de retorno (lucro) um investimento gerou em relação ao valor investido.

O ROI foi o mais elevado nesse lote (75,43%), demonstrando que os investimentos em infraestrutura e manejo orientado ao bem-estar resultaram em maior retorno financeiro. Esse valor indica que, para cada R\$ 1,00 investido no Lote 3, obteve-se R\$ 0,75 de lucro operacional. Em outras palavras: O retorno financeiro sobre o capital investido nesse lote foi de 75,43%. Isso demonstra alta rentabilidade da produção, principalmente quando comparada a investimentos mais conservadores (como aplicações financeiras ou mesmo outros sistemas produtivos com menor eficiência).

Um ROI de 75% sugere eficiência de manejo e controle de custos, associados às boas práticas de bem-estar animal, demonstra que o sistema não apenas se paga, mas gera excedente expressivo, sendo economicamente viável e sustentável e pode servir como referência para tomada de decisão, inclusive para justificar investimentos em infraestrutura, ambiência e biosseguridade.

Por outro lado, o *payback* simples, estimado com base em um custo fixo de R\$ 25.000,00, também caiu de 0,08 (Lote 1) para 0,06 (Lote 3), o que significa que os retornos obtidos permitiriam recuperar os custos fixos em um menor número de ciclos.

A correlação entre a melhoria dos indicadores produtivos, a redução de custos e o aumento do retorno econômico sugere que as práticas de bem-estar animal adotadas não apenas atenderam a padrões normativos e éticos, mas se mostraram funcionalmente vantajosas para a sustentabilidade econômica da unidade produtiva. A redução no uso de antibióticos e a mortalidade menor indicam ainda ganhos indiretos relacionados à biosseguridade e à aceitação do produto final em mercados mais exigentes.

Esses achados convergem com a literatura especializada, que reconhece o bem-estar como vetor estratégico para a sustentabilidade da suinocultura (Fraser, 2008; Tzanidakis et al., 2021; Zhang et al., 2024). Além disso, reforçam a ideia de que a conformidade ambiental e o bem-estar animal, longe de representarem custos improdutivos, constituem investimentos com retorno técnico e econômico comprovado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa evidenciou que a incorporação de práticas voltadas ao bem-estar animal na suinocultura não apenas atende às exigências normativas e éticas contemporâneas, mas também contribui de forma concreta para a sustentabilidade econômica da atividade. A análise dos três lotes produtivos em uma propriedade rural do município de Prudentópolis (PR) demonstrou que a melhoria nas condições de ambiência, manejo, biosseguridade e nutrição resultou em avanços significativos nos indicadores zootécnicos, tais como ganho de peso diário, conversão alimentar e redução de mortalidade.

Do ponto de vista financeiro, observou-se uma queda progressiva nos custos por animal e por quilo vivo, associada ao uso mais eficiente de recursos e à redução do uso de antibióticos. O Retorno sobre o Investimento (ROI) crescente entre os lotes — alcançando 75,43% no terceiro ciclo — e o encurtamento do *payback* simples indicam que os investimentos em bem-estar animal foram amplamente compensados por ganhos produtivos e econômicos.

Esses resultados reforçam a tese de que a conformidade ambiental e o bem-estar animal não devem ser compreendidos como entraves financeiros, mas como dimensões

estratégicas da racionalidade produtiva e da legitimidade social da suinocultura. A adoção de indicadores contábeis e zootécnicos integrados pode, portanto, apoiar a tomada de decisão por parte de produtores, técnicos e formuladores de políticas públicas, contribuindo para a construção de sistemas agropecuários mais sustentáveis, resilientes e eticamente comprometidos.

## **REFERÊNCIAS**

- AGRISHOW. **Suinocultura sustentável: práticas de manejo e inovação**. 2023. Disponível em: <https://www.agrishow.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- ALMEIDA, M. S. de. **Ambiência e desempenho zootécnico de suínos em sistemas sustentáveis**. Curitiba: Ed. Rural, 2024.
- BATÁN, M. A. Agropecuária sustentável: fundamentos, práticas e desafios. São Paulo: **Oficina de Textos**, 2022.
- BRAMBELL, F. W. R. **Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals Kept under Intensive Livestock Husbandry Systems**. London: HMSO, 1965.
- BRANDT, M. Custos e desempenho produtivo em sistemas intensivos de suínos. **Revista Gestão Rural**, v. 19, n. 2, p. 233–248, 2023.
- BROOM, D. M. A history of animal welfare science. **Acta Biotheoretica**, v. 59, p. 121–137, 2011.
- BROOM, D. M. Animal welfare: concepts and measurement. **Journal of Animal Science**, v. 69, p. 4167–4175, 1991.
- CANAL RURAL. Bem-estar animal como diferencial de mercado. 2023. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br>. Acesso em: 05 mar. 2025.
- CARVALHO, G. P. de et al. Sustentabilidade na suinocultura: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 5, n. 2, p. 121–134, 2015.
- CONAMA. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 dez. 1997.
- EMBRAPA. **Suinocultura e sustentabilidade: tecnologias, indicadores e desafios**. Brasília: Embrapa Suínos e Aves, 2023.
- EUROPEAN COMMISSION. **Animal welfare: supporting sustainability and competitiveness in the agri-food sector**. Brussels: European Commission, 2023.

FAWC – Farm Animal Welfare Council. **Report on priorities for animal welfare research and development.** London, 1992.

FENSTERSEIFER, T. I.; SARLET, I. W.; MACHADO, L. P. Direito fundamental à proteção do bem-estar animal. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 78, p. 79–108, 2015.

FERNANDES, A. M. et al. Eficiência técnica em suinocultura: indicadores produtivos e sanitários. **Revista Produção Animal**, v. 14, n. 1, p. 45–58, 2024.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FRASER, D. Animal ethics and animal welfare science: bridging the two cultures. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 65, p. 171–189, 1999.

FRASER, D. Understanding animal welfare: the science in its cultural context. **Oxford: Wiley-Blackwell**, 2008.

GIACOMELLI, M. T.; ELTZ, F. L. R. Bem-estar animal e o agronegócio: desafios e oportunidades. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 75–89, 2018.

IBAMA. **Manual técnico para suinocultura sustentável**. Brasília: IBAMA, 2024.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Produção da pecuária municipal 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KRECZKIUSKI, S. ET AL. Bem-Estar Animal E Gestão Sustentável De Recursos Naturais Na Atividade Leiteira De Pequenas Propriedades Rurais. **Revista Acadêmica Da Lusofonia**, V. 1, N. 5, P. 1-12, 2024.

LOPES, L. R.; STROPARO, T. R. Cultura de pinus taeda: custos e resultados. In: **Open Science Research**, v. 1, Guarujá: Editora Científica, 2022

MAKARA, A.; KOWALSKI, Z.; BANASIK, K. Environmental challenges of intensive pig production systems. **Journal of Cleaner Production**, Amsterdam, v. 231, p. 146–155, 2019.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 113, de 16 de dezembro de 2020**. Estabelece as diretrizes gerais para a adoção de boas práticas de manejo e bem-estar na criação de suínos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política Nacional de Meio Ambiente**: princípios e instrumentos. Brasília: MMA, 2024.

OLIVEIRA, R. S. de. Bem-estar animal como diferencial competitivo na cadeia suinícola brasileira. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 22, n. 1, p. 55–78, 2024.

OLIVEIRA, R. S.; LEONETI, A. B.; CEZARINO, L. O. Ciência, inovação e sustentabilidade: proposições para cadeias agroindustriais. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 19, n. esp., p. 80–98, 2019.

**ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD).** Rebuilding trust in agriculture: policies and practices. Paris: OECD Publishing, 2020.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). **Anuário estatístico da agropecuária paranaense 2024**. Curitiba: SEAB, 2024.

RAPPA, A. **Gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

**RUSHEN, J.; DE PASSILLÉ, A. M.; KEY, D.; WEARY, D. M.** *The welfare of cattle*. Dordrecht: Springer, 2011.

STROPARO, T. R., ZAZULA, F., HRYCYNA, H. M., KRECKIUSKI, S., KOTULA, P. Da ecoinovação à sustentabilidade econômica: caminhos para a autossuficiência e inovação em pequenas propriedades rurais. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.15, n.3, p.1-10, 2024. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2024.003.0001>

STROPARO, T. R.; SUCHODOLIAK, M.; SUCHODOLIAK, L. **Diversificação e desenvolvimento rural: agricultura familiar, erva-mate e mel**. Open Science Research, [s. l.], v. 10, p. 2047–2058, 2023.

SUINOS TOPGEN. **Relatório técnico 2024**. Curitiba: Topgen, 2024.

TOPGEN. **Panorama técnico e econômico da suinocultura paranaense**. Curitiba: Instituto Topgen de Pesquisa Aplicada, 2023.

TZANIDAKIS, N. et al. Review of animal welfare indicators in swine production: the link between welfare and economic performance. **Livestock Science**, v. 251, p. 104640, 2021.

VAN BAELEN, S. et al. Environmental and animal welfare implications of swine production. **Animal Welfare Journal**, v. 33, n. 1, p. 17–29, 2024.

WORLD ANIMAL PROTECTION. **Animal welfare essentials**. London, 2022. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org>. Acesso em: 10 abr. 2025.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZHANG, Y. et al. The relationship between animal welfare and productivity in intensive pig systems. **Journal of Animal Production Science**, v. 45, n. 3, p. 212–228, 2024.

ZHUIN, W.; QUEIRÓZ, M. **Gestão ambiental aplicada ao agronegócio**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

ZULUAGA, C. F.; QUEIROZ, M. V. de. Impactos ambientais da suinocultura intensiva. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 2, p. 101–113, 2019.

## **Capítulo 3**

# **A IMPORTÂNCIA DAS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

***Angéli Nunes Sodré***

*Doutoranda, Doutorado em Educação; Universidade Lasalle,  
angeli.202510726@unilasalle.edu.br*

***Rute Henrique da Silva Ferreira***

*Doutora em Educação; Universidade Lasalle, rute.ferreira@unilasalle.edu.br*

### **RESUMO**

Este artigo explora a relevância das competências socioemocionais na formação de professores, levando em conta os desafios contemporâneos que permeiam o cenário educacional e as exigências crescentes do trabalho docente. Parte-se do pressuposto de que o educador, além de dominar conteúdos científicos e pedagógicos, deve desenvolver habilidades socioemocionais que favoreçam a mediação de conflitos, a criação de ambientes de aprendizagem saudáveis e o desenvolvimento integral dos alunos. A pesquisa é sustentada por uma revisão bibliográfica abrangente, que inclui autores clássicos e contemporâneos, abordando as competências socioemocionais, a formação docente e o papel da escola no século XXI. Por meio de citações diretas e indiretas, a análise teórica é enriquecida, oferecendo uma visão crítica sobre a importância dessas competências. O artigo conclui que a incorporação efetiva das competências socioemocionais na formação inicial e continuada de professores é fundamental para promover uma prática pedagógica mais humana, crítica e eficaz. Essa abordagem não apenas contribui para o desenvolvimento profissional dos educadores, mas também para

a formação de alunos mais preparados para enfrentar os desafios do mundo atual, cultivando habilidades essenciais para a convivência e o aprendizado colaborativo.

**Palavras-chave:** Competências socioemocionais. Formação de professores. Educação. Prática docente.

## **1 Introdução**

A educação contemporânea enfrenta desafios complexos que ultrapassam a mera transmissão de conteúdos curriculares. O professor é constantemente demandado a lidar com questões emocionais, sociais e comportamentais que emergem no cotidiano escolar. Nesse contexto, as competências socioemocionais tornam-se fundamentais para a prática docente, pois contribuem para a construção de relações interpessoais saudáveis, para a gestão da sala de aula e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo Delors (1996), a educação deve estar alicerçada em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Esses pilares evidenciam que o processo educativo envolve dimensões cognitivas, sociais e emocionais, reforçando a importância das competências socioemocionais tanto para alunos quanto para professores. Assim, a formação docente precisa considerar essas dimensões de forma integrada.

Este artigo tem como objetivo analisar a importância das competências socioemocionais na formação de professores, a partir de um referencial teórico que discute conceitos, fundamentos e implicações dessas competências para a prática pedagógica. A relevância do tema justifica-se pela necessidade de repensar os currículos de formação docente, de modo a atender às demandas da educação do século XXI.

## **2 Metodologia**

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica. Foram analisadas obras, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas que abordam as competências socioemocionais, a formação de professores e a educação contemporânea. A seleção dos autores priorizou referências clássicas e atuais, reconhecidas na área da educação e da psicologia educacional.

A análise do material ocorreu de forma crítica e interpretativa, buscando estabelecer relações entre os conceitos apresentados pelos diferentes autores. As citações diretas e indiretas foram utilizadas com o objetivo de fundamentar teoricamente as discussões propostas ao longo do artigo.

### **3 Competências socioemocionais: conceitos e fundamentos**

O conceito de competências socioemocionais tem sido amplamente discutido nas últimas décadas, especialmente no campo da educação. De acordo com Goleman (1995), as competências socioemocionais estão relacionadas à inteligência emocional, que envolve a capacidade de reconhecer, compreender e gerenciar as próprias emoções e as emoções dos outros. Para o autor, habilidades como empatia, autocontrole, motivação e habilidades sociais são determinantes para o sucesso pessoal e profissional.

De forma semelhante, Mayer e Salovey (1997) definem a inteligência emocional como a habilidade de perceber, avaliar e expressar emoções de maneira adequada, bem como de utilizar essas emoções para facilitar o pensamento e a resolução de problemas. Essa perspectiva reforça a ideia de que as emoções desempenham papel central nos processos de aprendizagem e nas interações sociais.

No contexto educacional, as competências socioemocionais são compreendidas como um conjunto de habilidades que permitem ao indivíduo lidar de maneira eficaz com as demandas emocionais e sociais do ambiente escolar. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essas competências envolvem aspectos como autoconhecimento, empatia, responsabilidade, cooperação e resiliência (BRASIL, 2018).

### **4 A formação de professores e os desafios contemporâneos**

A formação de professores tem sido objeto de intensos debates, especialmente diante das transformações sociais, culturais e tecnológicas que impactam a educação. Para Nóvoa (1995), a formação docente deve ser entendida como um processo contínuo, que articula saberes teóricos, práticos e experienciais. Nesse sentido, a dimensão sócio emocional do professor não pode ser negligenciada.

Tardif (2002) destaca que os saberes docentes são construídos ao longo da trajetória profissional e estão profundamente relacionados às experiências vividas no

cotidiano escolar. O autor afirma que "o trabalho do professor é um trabalho humano sobre o humano", o que exige competências que vão além do domínio do conteúdo disciplinar (TARDIF, 2002, p. 35).

Diante desse cenário, a formação inicial e continuada de professores precisa contemplar o desenvolvimento de competências socioemocionais que possibilitem ao docente enfrentar situações de estresse, conflitos interpessoais e desafios pedagógicos de forma equilibrada e reflexiva.

## **5 A importância das competências socioemocionais na prática docente**

As competências socioemocionais desempenham papel central na prática docente, influenciando diretamente a qualidade das interações entre professor e alunos. De acordo com Freire (1996), o ato de ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, diálogo, empatia e compromisso ético. Para o autor, "ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo" (FREIRE, 1996, p. 98).

Nesse sentido, o professor que desenvolve competências socioemocionais está mais preparado para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor, favorecendo o engajamento dos alunos e a construção do conhecimento. Além disso, essas competências contribuem para a gestão de conflitos e para a promoção de relações baseadas no respeito e na cooperação.

Estudos indicam que professores emocionalmente competentes apresentam maior satisfação profissional e menor índice de burnout. Segundo Maslach e Leiter (1999), a capacidade de lidar com emoções e relações interpessoais é um fator de proteção contra o esgotamento profissional, comum na carreira docente.

## **6 Competências socioemocionais na formação inicial de professores**

A formação inicial de professores constitui um momento estratégico para o desenvolvimento das competências socioemocionais. No entanto, muitos cursos de licenciatura ainda priorizam conteúdos teóricos e metodológicos, em detrimento das dimensões emocionais e sociais da docência.

Para Perrenoud (2000), formar professores implica desenvolver competências profissionais que permitam enfrentar situações complexas e imprevisíveis. Entre essas

competências, destacam-se a capacidade de trabalhar em equipe, de comunicar-se de forma eficaz e de refletir sobre a própria prática, todas elas relacionadas às competências socioemocionais.

A inserção de disciplinas, projetos e práticas formativas que abordem explicitamente as competências socioemocionais pode contribuir para uma formação docente mais integral e coerente com as demandas da educação contemporânea.

## **7 Formação continuada e desenvolvimento socioemocional docente**

A formação continuada é essencial para o aprimoramento das competências socioemocionais ao longo da carreira docente. Segundo Imbernón (2011), a formação permanente deve promover espaços de reflexão coletiva, troca de experiências e construção colaborativa do conhecimento.

Esses espaços possibilitam que os professores compartilhem desafios, emoções e estratégias de enfrentamento, fortalecendo o desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, programas de formação continuada voltados para o desenvolvimento sócio emocional podem contribuir para a melhoria do clima escolar e da qualidade do ensino.

## **8 Implicações das competências socioemocionais para a educação**

A valorização das competências socioemocionais na formação de professores tem implicações significativas para a educação como um todo. Professores emocionalmente competentes tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e sensíveis às necessidades dos alunos.

Além disso, essas competências favorecem a construção de uma cultura escolar baseada no diálogo, na empatia e no respeito às diferenças. Conforme destaca Delors (1996), a educação deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de conviver em sociedade de forma ética e solidária.

## **9 Considerações finais**

A análise realizada neste artigo evidencia que as competências socioemocionais são fundamentais para a formação de professores e para a qualidade da educação. Diante

dos desafios contemporâneos, torna-se imprescindível repensar os processos formativos, incorporando de forma sistemática o desenvolvimento dessas competências.

Conclui-se que a formação inicial e continuada de professores deve articular saberes cognitivos, pedagógicos e socioemocionais, visando à construção de uma prática docente mais humana, reflexiva e transformadora. Investir no desenvolvimento socioemocional dos professores é, portanto, investir na melhoria da educação e na formação integral dos estudantes.

## **Referências**

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MASLACH, C.; LEITER, M. P. **Trabalho e desgaste: o desafio do burnout**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MAYER, J. D.; SALOVEY, P. What is emotional intelligence? In: SALOVEY, P.; SLUYTER, D. (org.). **Emotional development and emotional intelligence**. New York: Basic Books, 1997.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

## **Capítulo 4**

# **AS REDES SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA [DE]FORMAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PERSONOLÓGICO ADOLESCENTE**

***Sérgio Rodrigues de Souza***

*Pós-Doutor em Psicologia Social. Consultor Científico. Licenciado em Pedagogia. E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.*

***Renata Mônica Pacheco Nichio***

*Doutoranda em Ciências da Educação. Mestre em Ciências da Educação. Licenciada em Pedagogia. E-mail: renatapaz76@hotmail.com*

### **RESUMO**

Este artigo aborda a questão da influência das redes sociais sobre a formação da estrutura personológica do adolescente. Sua relevância científica encontra-se no fato de debater, em nível elevado, um tema que vem sendo postergado ou, quando abordado, tem-se realizado esclarecimentos superficiais e rasos. A sua relevância social encontra-se no fato de esclarecer à sociedade, os efeitos nocivos advindos destas comunidades e as medidas profiláticas que se deve lançar mão a fim de resguardar a integridade intelectual, psíquica e de caráter dos adolescentes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores clássicos e em uma discussão ampla e profunda sobre o tema em si. Convencionou-se chamar de *redes sociais*, um espaço onde todos podem inscrever-se e trocar mensagens, ofensas, elogios, fotos de todos os tipos, ressalvados as dimensões éticas que determinam as condições de convivência e, o mais impressionante é o poder que esta aglomeração virtual provoca sobre o comportamento individual, fazendo com

que indivíduos desconhecidos cheguem mesmo a determinar o que outros podem e devem fazer, o que pensar, como se dirigir a terceiros, provocando mudanças drásticas no vocabulário. Isto possibilita a impressão de influências pesadas sobre o pensamento do adolescente e, consequentemente, sobre seus modos de ser e agir no mundo, ou seja, já não se detém o mínimo de controle sobre a formação de sua estrutura de personalidade, em que os caminhos que pode tomar, não são mais plausíveis de serem previstos. As redes sociais prejudicam o desenvolvimento da personalidade adolescente, exatamente pelo fato de que nesta etapa desenvolvimental humana, o indivíduo precisa de um determinado tipo de liberdade para experimentar certa condição de desafio; porém, orientado por um adulto experiente que possa auferir-lhe segurança, a começar que o universo virtual é marcado por uma velocidade nas ocorrências situacionais que, tanto encantam quanto espantam e esta rapidez com que tudo muda neste ambiente provoca a impressão de que o tempo está se acelerando, que as coisas estão acontecendo com maior impacto sobre o mundo e a população.

**Palavras-chave:** Rede mundial de computadores. Adolescência. Redes sociais. Desenvolvimento personológico.

## **ABSTRACT**

This article addresses the issue of the influence of social networks on the formation of the personality structure of adolescents. Its scientific relevance lies in the fact that it debates, at a high level, a topic that has been postponed or, when addressed, has been given superficial and shallow explanations. Its social relevance lies in the fact that it informs society about the harmful effects arising from these communities and the prophylactic measures that should be taken in order to protect the intellectual, psychological and character integrity of adolescents. This is a bibliographical research, based on classical authors and on a broad and in-depth discussion on the topic itself. It has become common to call social networks a space where anyone can sign up and exchange messages, insults, compliments, and photos of all kinds, with due regard for the ethical dimensions that determine the conditions of coexistence. The most impressive thing is the power that this virtual agglomeration has over individual behavior, causing unknown individuals to even determine what others can and should do, what to think, how to address others, causing drastic changes in vocabulary. This allows for the imprint of heavy influences on the adolescent's thinking and, consequently, on their ways of being and acting in the world. In other words, they no longer have the slightest control over the formation of their personality structure, in which the paths they can take are no longer plausible to be predicted. Social networks harm the development of the adolescent personality, precisely because at this stage of human development, the individual needs a certain type of freedom to experience certain challenging conditions; However, guided by an experienced adult who can provide security, starting with the fact that the virtual universe is marked by a speed in situational occurrences that both enchant and amaze, and this speed with which everything changes in this environment gives the impression that time is speeding up, that things are happening with a greater impact on the world and the population.

**Keywords:** World Wide Web. Adolescence. Social networks. Personal development.

## INTRODUÇÃO

Vem se tornando muito comum a criação de grupos de todas as formas em caráter virtual, ou seja, indivíduos que se reúnem, comunicam-se de todas as formas, através de conexões digitais, mediadas pela rede mundial de computadores (internet), com vistas a construírem relacionamentos mais ou menos profundos, na expectativa de que se tornem algo concreto, apesar de estarem utilizando, para tanto, um meio abstrato. Este paradoxo é uma constante na existência humana, em que toma o sintoma pela causa sem analisar a real conjuntura das situações e nem os pontos de inflexão dos fatos e, para fechar, não se conhece o contexto no qual se esteja a inserir suas ideias.

O simples fato de alguém fazer parte de uma comunidade virtual já diz muito sobre sua condição personológica, que não é a mais estável. A internet permite que o usuário e, veja que, ao se tornar parte de tais redes, perde-se, de imediato a identidade, passando a ser nada mais que um conjunto de dados, representado por um número algoritmizado. Isto poderia funcionar muito bem para adolescentes, em que não se reconhecem e vivem iludidos com a possibilidade de que quanto mais alguém fale deles mais importante seja; assim, passam a fazer parte de tais grupos, com a ideia ingênua de que são vistos e reconhecidos como indivíduos personificados dentro do sistema.

Porém, estes grupos são muito perigosos, porque por serem nada mais que um conjunto de algoritmos desprovidos de qualquer vínculo afetivo com a realidade objetiva e com os pertencentes àquela comunidade, basta um comentário distorcido ou que seja mal interpretado para que uma enxurrada de comentários agressivos recaia sobre um único indivíduo, dando a impressão de que todos aqueles que o atacam tenham lido o que ele escreveu, o que é apenas uma suposição vazia e equidistante da realidade; mas que, para quem experimenta tamanha violência contra si, deixa a impressão de que o mundo inteiro está a negar as suas opiniões e, por mais que tente explicar mais é atacado, uma vez que não há discernimento quanto ao exposto; apenas uma obliteração a um mal nefasto e abominável.

Depois que o adolescente se agrega a tais grupos, a impressão que se tem é a de que o contato direto com telas, cores abundantes bombardeando a retina e um volume exasperado de mensagens que precisam ser lidas rapidamente, porque não se dá conta de assimilar todas, isto vai causando uma confusão no pensamento em que, aos poucos, eles perdem a noção das coisas e suas medidas objetivas, não conseguindo mais distinguir o

sentido do ser e do não ser; ou seja, sua subjetividade se torna comprometida, gerando estados de ansiedade que se confundem com medo neurótico, depressão, angústia e fobias diversas, i.e., uma autêntica confusão mental.

Não se trata do volume de informações que ele recebe em um espaço de tempo, relativamente, curto; é a incapacidade de processamento das mesmas que leva a tal situação de estado crítico intelectual em que um indivíduo, antes saudável, de repente, encontra-se imerso em um caos cognitivo, perdido em suas próprias idiossincrasias, impossibilitado de compreender a sua realidade e o seu mundo interior e até mesmo as influências do mundo externo, reagindo de acordo com a ordem do grupo, não mais em conformidade com suas experiências, conhecimentos e princípios éticos.

As redes sociais transmitem a ideia de que um grupo imenso está discutindo a mesma coisa e com a mesma intensidade. Basta que alguém coloque no grupo que em tal país também está se debatendo tais e quais coisas que, em instantes, aquilo se torna uma verdade; não porque é um fato [*e, mesmo um fato é, antes de sua verificação e confirmação, nada mais que um suposto fato*]; mas, porque *todos* (sic) estão falando do assunto. A verdade passa a estar condicionada ao volume de indivíduos tratando de um assunto, não mais a sua factualidade e substância empírica. Em pouco tempo, ninguém ousa mais questionar as verdades postas no grupo, porque caso o façam é, severamente, punido ou mesmo excluído da comunidade.

Isto induz a um comportamento bestial, em que se segue o modelo sem questionar, tornando-se um autômato, alguém que nem mesmo age por impulso; age segundo o comando do grupo, com sua própria moral estando condicionada ao pensamento e a ética coletiva. Eis o risco de deformação da estrutura personológica adolescente que, uma vez distorcida, amadurece em direção a um pensamento que não se adéqua mais ao mundo no qual esteja imerso, sempre buscando maneiras de transformá-lo à sua própria imagem e anseio e, não o conseguindo entra em profunda depressão, buscando alento em coisas e situações que possam provocar algum tipo de alívio imediato para uma dor que é subjetiva.

O entendimento que se alcança é que as redes sociais promovem a desintegração da personalidade individual, criando um estado esquizopáxico-paranóico em que, por mais que se possa tentar encontrar não existe um ponto de equilíbrio para quem termina capturado na teia do pensamento coletivo grupal e, mesmo quando, supostamente, se liberta dele, o veneno da ignorância continua a circular no seu DNA, ou seja, sua

subjetividade é, completamente, destruída em nome dos ideais e das ideologias do grupo ao qual pertença.

## AS REDES SOCIAIS COMO ELEMENTO DE [DES]INTEGRAÇÃO INDIVIDUAL

Redes de interações sociais existem desde que o ser humano surgiu sobre a Terra. Ainda que fossem grupos muito circunspectos, o que A. Makarenko (1953) denomina como coletivos; mas, eram tipos primitivos de agremiações que tinham seus objetivos definidos, fossem a caça, ataques a outros grupos de humanos, troca de informações sobre riscos, vantagens, descobertas, etc. O que se deve destacar é que tais agrupamentos tinham como fundamentos características comuns ao que praticavam, ou seja, não era uma comunidade aberta a todos os interessados; haveria ritos de passagem para aqueles que desejassem ingressar e fazer parte como membro, assumindo responsabilidades peculiares.

Na atualidade, convencionou-se chamar de *redes sociais*, um espaço onde todos podem inscrever-se e trocar mensagens, ofensas, elogios, fotos de todos os tipos, ressalvados as dimensões éticas que determinam as condições de convivência e, o mais impressionante é o poder que esta aglomeração virtual provoca sobre o comportamento individual, fazendo com que indivíduos desconhecidos cheguem mesmo a determinar o que outros podem e devem fazer, o que pensar, como se dirigir a terceiros, provocando mudanças drásticas no vocabulário.

Estas agremiações virtuais, e com isto tem-se a intenção de esclarecer que se tratam de grupos que não existem efetivamente, porque não há qualquer tipo de *pathos* que os unam; são estranhos uns para os outros, com vidas subjetivas marcadas pela obscuridade do mundo tímido que as envolve e que, uma vez fora dele, não possuem nada de elementar para oferecer à sociedade. Em meio a qualquer grupo, dois fenômenos antagônicos ocorrem, de maneira poderosa, o primeiro é que a inteligência cai a níveis ridículos, o senso de valor, de juízo e de julgamento decaem junto com ela, transformando o indivíduo em massa, em rebanho, ou seja, faz, pensa e segue as diretrizes determinadas pelo grupo e, não é sem questionar; acredita que seu questionamento é inútil ante a opinião de todos, que se torna superior e mais poderosa que a sua. Na mesma proporção inversa do que acontece com a inteligência e a ética, os instintos mais insanos e brutais se elevam e passam a dominar as decisões tomadas, sempre em nome de um bem maior.

Os adolescentes se aderem, com mais facilidade, a estes grupos exatamente porque por possuir um egodistônico, necessitam encontrar outros que, aparentemente, os compreendem em suas dores psíquicas virtuais, sempre em conflito com seu objeto de amor e ódio. Assim que, as regras são postas sobre eles de tal forma que lhes parecem estar em conformidade com o que acreditam ser o melhor a ser aplicado à realidade que julgam compreender e que, uma vez posto em ação, tudo vai se tornar melhor e, aquilo que julga como injustiça será superado. Não percebem que, aos poucos, suas personalidades estão sendo destruídas de tal forma que nem o amadurecimento psíquico natural poderá corrigir a violência a que estão sendo submetidos, em nome de ideais volúveis e voláteis; estes que, naturalmente, não lhe pertencem; mas, ao grupo que se constrói e se mantém consolidado através das redes sociais. Uma vez que ela se desintegre, ninguém possui um vínculo forte o bastante para criá-lo no mundo físico; ou seja, não é nem uma ideia; é um vazio que extraí do vazio alheio motivos para manter sua existência.

Como argumenta Nedeff (2001) “à medida que os adolescentes lutam para estabelecer um sentimento da identidade pessoal e de independência dos pais e de outras figuras de autoridade, as interações tornam-se cada vez mais importantes, os adolescentes procuram apoio e orientação uns aos outros”; portanto, formar grupos, de acordo com as formas de pensar, características endógenas e exógenas, ser e agir no mundo é uma situação peculiar ao ser humano e estas confraternizações de pensamentos irão influenciar nos modos singulares e particulares de cada envolvido, transformando-os em seres muito diferentes do que eram e do que poderiam ser, caso seguissem sem participar de tais eventos.

Cada época vai disponibilizar um contingente de ferramentas que estarão à disposição da sociedade, cabendo a esta intentar pela melhor forma de utilizá-la, a fim de que os processos de desenvolvimentos pessoais, intelectuais e cognitivos possam ser melhorados e aperfeiçoados. Neste ínterim, tem-se a formação da personalidade que, desde que o ser humano nasce, ela vai se conformando, aderindo aos processos de transmutações impostos pela cultura e o meio onde esteja inserido este ser.

A população adolescente é a que mais sofre impactos sobre esta condição, porque sua personalidade, de uma hora para outra é posta em questionamento, por ele mesmo, não restando-lhe muito mais que buscar apoio em grupos que, para seu azar, está tão ou mais perdido que ele próprio. Até poucas décadas antes, estes grupos representavam

pequenas aglomerações, em que ideias eram debatidas e o objeto de amor e ódio representavam os pais.

Com o advento do surgimento da rede mundial de computadores (a internet) toda esta dinâmica muda e o que era grupos pequenos, transformam-se em grupos extensos, com uma velocidade de pensamento absurda, com os assuntos mais variados e com portas abertas para qualquer mundo que o adolescente julgue pertinente adentrar. Tem-se uma gama de investidas nas redes sociais de ideias que antes ficavam limitadas aos grupos de bate-papos em ambientes públicos, porém, restritos. Na atualidade tem como expor tais planos de ação, destacando, portanto, que, “os *planos de vida* são modos imaginários de intervenção no universo. Um adolescente preocupado com a crise mundial, com as guerras, por exemplo, poderá criar um projeto que fará dele um grande cientista no futuro, capaz de construir artefatos que impedirão a destruição da Terra; outro, preocupado com as contradições entre religião e ciência, poderá estabelecer como programa pessoal encontrar meios para conciliá-las” (Faria, 2001, p. 86).

Isto possibilita a impressão de influências pesadas sobre o pensamento do adolescente e, consequentemente, sobre seus modos de ser e agir no mundo, ou seja, já não se detém o mínimo de controle sobre a formação de sua estrutura de personalidade, em que os caminhos que pode tomar, não são mais plausíveis de serem previstos. Esta situação de instabilidade desperta medo e pânico nas famílias e, de certa forma, sobre os próprios adolescentes que não se encontram direcionados por uma matriz sólida, uma vez que tudo o que os pode guiar, tornou-se fluido, líquido, adaptando a formas e variações de formas, sobre as quais não detém o menor controle epistemológico.

Assim que, as redes sociais abriram novos precedentes de questionamentos sobre como se dá sua influência na formação ou na deformação da estrutura de desenvolvimento da personalidade dos adolescentes. Uma vez atingido o nível de conhecimento factual destes fatores, sobre os quais se possa realizar análises contundentes, resultando em interpretações de amplo caráter científico, entendimento, compreensão e síntese, torna-se possível desenvolver produtos que impactem positivamente sobre tais processos de desenvolvimento, permitindo a prevenção de males a elas ligados e a minimizar os impactos negativos.

A adolescência é um período de mudanças sejam elas físicas, psicológicas e são acompanhadas pela alteração das emoções, alterações biológicas. Tais mudanças são explicadas através da interação com o ambiente em que vive. Pode ser entendida como o

período compreendido entre a infância e a fase adulta da vida humana, esta que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, varia entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade (Brasil, 1990). Naturaliza-se a adolescência como um período essencial para o crescimento do indivíduo e para o desenvolvimento da sociedade na medida em que os jovens constituem focos de mudanças.

Pensar a adolescência como uma fase distinta da existência humana é uma forma brutal de colocá-la como um objeto estranho e paradoxal, um tipo de tratamento que não se aplica senão nesta condição fenomenológica enigmática que se preconizou criar como uma forma de tentar explicar aquilo que não pode ser explicado pela razão simples. Aliás, a simples tentativa de compreender a adolescência é já uma forma de reduzi-la a um estágio objetal simplório, o que, na contramão do desenvolvimento das ciências psicológicas, a cada avanço na tentativa de aprofundar os saberes sobre este período existencial humano, mais se entende que ele é por demais complexo, mostrando-se impossível de ser conhecido através do conhecimento científico que se dispõe.

O adolescente tende a ter uma visão de mundo que reflete a sua interpretação individual do mesmo; atendo-se ao que toma para si como verdade, em que ele próprio é capaz de solucionar todos os problemas que a vida e a existência colocam ao homem como parte de sua jornada. Ele se vê como alguém incompreendido, sua genialidade não é reconhecida pelos adultos e, bastaria que lhe fosse dada uma oportunidade para que deslocasse o mundo, tamanha a sua euforia. Tomado por este espírito, ele procura outros que detêm a mesma crença em seus super poderes e assim nascem as redes de comunicação em massa entre eles. Toda a sua empáfia e megalomania é uma forma de esconder a sua timidez, o seu medo e a sua insegurança, geralmente, expressos em um complexo de inferioridade disfarçado de complexo de superioridade.

Nisto, tem-se que eles se unem em detrimento de suas fraquezas subjetivas, não de suas crenças em seus objetivos de mudança do mundo que os cercam. O problema é que as redes sociais, por serem virtuais e protegidas por um nível de anonimato faz com que todos se tomem de um poder e de um nível de coragem que prejudica a justa realização de elaboração de pensamentos e argumentações que poderiam mostrar-se producentes. Seguindo este caminho, o que se tem são os atos de linchamento virtual que, somente acontecem porque o ator do protesto é acompanhado por uma horda que valida a sua prática de sadismo e até mesmo a exalta, incentivando-o a ir além em suas ações desvairadas e desmedidas. Indivíduos que, em situações normais mostram-se-iam pacíficos e

benfazejos se revelam agressivos, ofensivos e arrogantes. Isto revela o quanto o grupo exerce influência sobre o individual, modificando, por completo, a sua postura e a forma como revela a sua atitude personológica diante do mundo real quando protegido pelo mundo virtual.

O mundo intrapsíquico do adolescente é marcado por uma miríade de conflitos, a maioria dos quais representando batalhas contra moinhos de vento em direção ao seu objeto de amor e ódio. Este é um dos motivos porque conseguem tantos adeptos para causas desprovidas de qualquer nexo causal com a realidade, apesar de parecer muito distinto e heróico as suas investidas em direção ao que defendem como sentido de valor supremo. No entanto, sua condição de audácia é uma camuflagem para o vazio que carregam e a impotência ante o mundo cruel e impiedoso que os envolvem. Sempre foi assim e as sociedades antigas criaram desafios que obrigavam a estes impetuosoventureiros colocarem toda sua coragem à prova e, aqueles que venciam tais barreiras passavam da condição de meninos a homens, sendo treinados em batalhas perigosas que iam moldando seu espírito e caráter. Ao contrário disto, as redes sociais distorcem a realidade para que ela se adapte aos sentimentos que estes incautos apresentam, como se o que expressam fosse o suficiente para determinar suas condições reais de existência.

Assim que, criou-se uma realidade paralela, em que neste mundo distópico a adolescência representa o que há de mais sublime na vida; por isto, todo o esforço em mantê-la *ad infinitum*, com seu entusiasmo e sua arrogância, sendo esta a única característica marcante que ela pode expressar. Esta interpretação da fase adolescente é uma construção ultramoderna, em que satisfaz somente a quem interessa o controle social até mesmo do pensamento e das emoções. Desde sempre, o adolescente foi representado como uma figura arrogante, impetuosa e impulsiva; mas, as sociedades cuidavam para que esta energia fosse direcionada para algo útil e, assim, mantinham certo controle sobre as situações. Os grupos que se formavam eram circunspectos e o inimigo possuía uma característica fenomenológica mais intensa, mais concreta. Como diz Ariès (1986), a especificidade da adolescência foi reconhecida e emergiu com a escolarização, que supõe a separação entre seres adultos e seres em formação, com a família burguesa que separa o espaço familiar do exterior e com a progressiva exclusão da criança do mundo do trabalho. Esse processo que se iniciou nas classes sociais mais abastadas estendeu-se para toda a sociedade e se impôs como um modelo que atingiu toda a organização social.

O que aconteceu não foi o reconhecimento das características específicas da adolescência; muitas delas foram criadas como forma de justificar todo o empreendimento de engenharia social que se pretendia impor à sociedade e, com esta mudança na estrutura social, foi se criando uma forma de existência abstrata, em que os adolescentes foram sendo excluídos das atividades dos adultos, deixando-os sem um direcionamento que pudesse guiá-los para um fim específico e, neste vazio deixado por este novo mecanismo existencial, a solução foi agarrar-se a causas espúrias e desprovidas de qualquer nexo causal com a realidade objetiva e, com o surgimento das redes sociais virtuais tornou-se lugar comum se envolverem em causas abstratas como aquecimento global, proteção a animais exóticos e outras coisas que não integram o ser humano às problemáticas sociológicas.

As redes sociais tornaram estes adolescentes em criaturas tão sensíveis ao bem-estar de criaturas que vivem em alto-mar e completamente insensíveis ao bem-estar daqueles que vivem na mendicância na mesma cidade que habitam. Isto demonstra que todo o sentimento que aparentam sentir e expressar é apenas uma representação de um trivialismo virtual; como afirma Von Franz (2011) este é o tipo de comportamento em que o indivíduo adere a uma causa qualquer, simplesmente, para dizer que faz parte de alguma; para não ficar à margem da existência.

Nisto, as redes sociais favorecem a estes indivíduos, porque podem dizer que fazem parte de um grupo e, os objetivos deste grupo virtual passam a ser os seus também, ainda que filogeneticamente e ontogeneticamente, não se sinta ligado a nada; apenas está vinculado, de forma abstrata, a uma proposta de bem-estar, vociferando contra um inimigo, também imaginário e virtual; mas que esta condição o leva a sentir-se como alguém que está fazendo a sua parte para tornar o mundo um lugar melhor; ainda que não saiba para quem, uma vez que seus ideais são sempre em direção ao bem-estar das gerações futuras; ou seja, outro objeto abstrato. Com isto, o que se percebe é que as redes sociais produzem uma personalidade abstrata, desprovida de qualquer vínculo efetivo com a realidade.

Trata-se de uma fase do desenvolvimento humano em que o indivíduo não possui sua personalidade ainda formada, sendo suscetível a influências externas de todos os tipos, o que pode provocar diversos problemas de ordem psicológica. Segundo Vygotsky (1934 [1994, p. 323]), “o aparecimento de uma personalidade formada com uma visão de

“mundo na adolescência é resultado do desenvolvimento superior do intelecto nesse período da vida.”

Esta apresentação atribuída à adolescência, pelo bielorrusso, é estritamente biológica, em que tão logo o indivíduo atinja a fase de amadurecimento cognitivo vai formando uma condição de análise e interpretação da realidade que passa do pensamento concreto para um tipo especial de pensamento lógico, aproximando-se cada vez mais da capacidade de abstração. Com o vazio deixado pela modernização dos processos educativos, em que esta situação provocou um distanciamento da realidade objetiva, as redes sociais tiveram a oportunidade, ainda que de uma forma bizarra, de preencher este hiato subjetivo, transformando a todos em criaturas marcadas por um tipo de violência simbólica que os escravizou, deturpando suas visões de mundo, criando uma estrutura personológica deturpada em relação à vida e à existência, porque ao se criar um perfil na rede e se começar a ter alguém a admirar aquele *perfil fabricado artificialmente*, ele não consegue distinguir entre realidade e ilusão e, em pouco tempo, a personalidade virtual assume o controle absoluto em detrimento de uma personalidade que precisa confrontar-se com desafios e impactos a fim de tornar-se sólida e resistente ao ponto de encontrar motivos para a manifestação de seu potencial resiliente.

O que se observa é que, com a produção de personalidades voltadas, exclusivamente, para atender a um público específico, em que se vai na contramão das exigências existenciais formais, o que se apresenta é sempre falso e insólito, porque somente se assim for eles são admitidos em meio ao grupo. O problema é que esta estrutura personológica virtual vai sendo tão repetida e sedimentada que, aos poucos, passa a ser reconhecida como autêntica e, quando chega o momento em que o indivíduo precisa enfrentar a realidade objetiva não sabe como retomar a sua personalidade humana e, mesmo quando a busca, ela não se fortaleceu o suficiente, permanecendo caracterizada por uma inteligência e um ego pueril, fazendo surgir adultos com sentimentos e comportamentos, no máximo, podendo ser comparados a pré-adolescentes.

Os grupos tendem a provocar este tipo de aprisionamento intelectual nos seus participantes, podendo mesmo reduzi-los a meros repetidores de ideologias desprovidas de qualquer nexo causal. A primeira coisa que se faz é impedi-los de pensar considerando as variáveis que englobam o objeto e sua psicologia e, em um universo como o das redes sociais virtuais, em que os números de adeptos são caracterizados por um volume muito

expressivo, a impressão que deixam é a de que seu poder sobre outros indivíduos também seja proporcional ao número de inscritos, que eles insistem em classificar como seguidores, deixando a impressão de que são adeptos de suas ideias e ideologias, o que condiciona os membros menos incautos e dados ao fanatismo, à aceitação das regras sem questionar.

Esta condição se trata de um mecanismo de violência psicológica imposta pelas redes sociais contra crianças, e mais especificamente, contra adolescentes, em que, através do quantitativo numérico lhes tolhem o direito subjetivo ao questionamento e à crítica em relação àquilo que defendem como verdade. Um dos maiores direitos instituídos pela civilização foi o da livre expressão de suas ideias, principalmente, aquelas que estão na contramão do que se crê a maioria. A concordância com as opiniões e as crenças de determinado grupo é uma forma cruel e ideológica de escravidão, submetendo o ser humano a uma existência medíocre e miserável, desprovida de sentido e de razão de ser.

Os adolescentes são sempre os escolhidos devido à volatilidade de seus sentimentos, pensamentos e opiniões, aderindo sempre a novas opiniões que lhes pareçam mais interessantes e intrigantes, com recheios de teorias conspiratórias, uma retórica bem elaborada e direcionada contra um indivíduo adulto, respeitado, admirado e com um poder acima de todos, dado pelo reconhecimento social, ou seja, o substituto perfeito do pai, a quem podem direcionar o seu amor travestido de ódio. É nesta condição, *sui generis*, que os líderes de grupos elaboram seus proselitismos em favor de alguma boa ação, recrutando jovens apaixonados, porém, perdidos. Não espanta o quanto dominam de conhecimento sobre o comportamento adolescente e utilizam disto para atingir seus objetivos.

O problema se situa em que a convivência com estes tipo de manipuladores vão provocando distorções psicológicas que jamais se corrigem na fase adulta da existência, porque cria um mecanismo de obediência cega provocada pelo medo, disfarçado de adoração pela sabedoria e carisma dos líderes que, uma vez livre de tais agressões, as mutações epigenéticas provocadas forçam a estes jovens a buscarem sempre outros indivíduos com a mesma característica de dominância sobre si e sempre irão traduzir esta submissão inconsciente como admiração pelas condições aparente superiores que seus cérebros adestrados hão de criar, indefinidamente.

Na fase da adolescência, este tipo de dominação carismática é mais suscetível de ocorrer e mais difícil de se combater, pelo fato de que, segundo Aberastury & Knobel (1985), a adolescência se inicia com a vivência de três lutos fundamentais: 'o luto da perda do corpo infantil; o luto da perda dos pais da infância e o luto pelo papel e identidades infantis. Estes lutos servem de base para o caráter instável da personalidade adolescente.

Nisto, a adolescência é característica não pelo conflito que sofre o adolescente como, também, pelo conflito que causa àqueles que deles tem a obrigação de cuidar, uma vez que encontram-se sem o devido amparo científico (cognitivo e epistemológico) para saberem como conduzir-se durante os momentos de angústia e conflitos de valores e interesses entre as gerações. E, em meio a este conflito geracional surgem os avanços tecnológicos e com eles a possibilidade de se criar canais de comunicação em tempo real, o que se chamou de redes sociais, onde se tem a oportunidade de formar grupos maiores ou menores de amigos e colegas, seguidores de personalidades até então desconhecidas de todos; mas que, graças a tal fenômeno tornam-se a figura da moda. Estas figuras, até então desconhecidas, passam a se autodenominar *influenciadores digitais*, indivíduos que se revelam como autoridades em alguma coisa e dado o seu pavoneio incessante conseguem arrastar um grupo que passa citá-los em suas ações cotidianas e que foram, de alguma forma, influenciados por suas declarações. Mais uma vez, o poder de tais indivíduos é mensurado através de números absolutos, no entanto, virtuais, porque os vídeos que produzem nem sempre são assistidos por todos os inscritos; mas, o volume apresentado é sempre como se fosse indicativo de controle e de domínio, tamanho o poder alucinatório que as redes sociais impõem sobre o pensamento de tais.

O problema se insurge quando começa haver uma imposição de comportamento pro parte dos influenciadores sobre os adolescentes e, por sua vez, entre estes começa a haver uma disputa por quem mais se parece com a figura a quem seguem e, a pressão entre colegas se torna pior e mais nociva que aquela exercida pela construção virtualizada. Nisto, mesmo que as relações de poder aconteçam em nível particular, a sua origem é de um universo que está muito distante e completamente fora de seu controle, em que a única saída encontrada para não ser influenciado e correr o sério risco de até mesmo vir a ser esmagado por ele é não participar de forma alguma.

A propaganda despendida é que a não participação em tais comunidades alija os adolescentes de um universo de inclusão social e, começa-se por este discurso a determinar a forma de vivência e de existência, porque a coisa mais relevante em qualquer

espaço é o direito subjetivo da liberdade; logo, quem não se interessa em fazer parte de tais coletivos não pode ser penalizado, *a priori*, por sua decisão deliberada. Quando tal coisa acontece, o que se tem é a primeira compreensão de deformação efetiva na construção personológica individual, em que um direito natural já foi sequestrado através de um ato sub-reptício tratado como algo convencional.

Os conteúdos das redes sociais são todos inócuos e desprovidos de qualquer possibilidade potencial de *trans-formação*, isto porque tudo que é ali posto não passa por um filtro semântico; apenas é lançado como uma corrente onde, em nome da democracia, não se infere didaticamente e, considerando o volume exponencial de informações, incapazes de processar, a maioria passa a considerar que circula uma miríade de conhecimentos, quando o que se tem é a mais pura repetição da mesma notícia ou assunto que esteja dominando o pensamento naquele instante que pode manter-se por alguns momentos mais como pode, também, ser esquecido em um tempo extremamente curto, o que demonstra a intensa volatilidade do ambiente virtual.

Um adolescente, com sua personalidade instável em formação e seu cérebro em desenvolvimento, tendo que confrontar-se com os desafios filogenéticos e ontogenéticos sobre os quais, além de não ter o mínimo de conhecimento, não possui o mínimo de controle, o que o induz a procurar manifestar o seu anseio de domínio sobre os outros e, as redes sociais procuram oferecer algum tipo de explicação para o seu comportamento desajustado, quando não surge algum gênio tentando justificar esta postura.

Estas conjecturas pseudocientíficas e acessíveis de modo deliberado e franco, presentes nas e através das redes sociais provocam uma série de distúrbios que, naturalmente, até iriam acontecer, porém, de forma isolada e mais fácil de serem diluídas ao longo do processo de desenvolvimento intelectual e psíquico humano. A visibilidade virtual que somente existe no pensamento adolescente, uma crença de que caso não obedeça aos ditames das comunidades em rede porque isto pode provocar sua exclusão do grupo, o faz crer que deve seguir aos princípios que são criados e tratados com normalidade, um mundo em que não existem dúvidas; todos são detentores da mais absoluta verdade sobre tudo.

O adolescente, *par excellence*, já possui este tipo de sentimento como parte de seu ego; ao deparar-se com um universo onde todos são da mesma maneira e em quantidade exorbitante, as chances de que comprehenda o mundo real à sua volta são quase nulas, porque a deformação personológica que esta crença, levada ao seu extremo, causa torna-

se irreversível. Nesta fase desenvolvimental, faz-se necessário o conflito de ideias; porque, é através do embate que se avança na aquisição e na consolidação do conhecimento, validando-o e refutando-o.

Luíza Rodrigues argumenta que,

As redes sociais possibilitaram que novos canais de sociabilidade e transmissão de conteúdo surgissem, principalmente para os jovens. E um fato facilmente observável é o constante compartilhamento do cotidiano nas redes sociais. Entre pré-adolescentes de 11 e 12 anos, o percentual de usuários de redes sociais chega a 71% (Rodrigues, 2017, p. 09).

Esta presença marcante nas comunidades virtuais é um fator que pode predispor a preocupações severas, porque esta fase de desenvolvimento marca um momento em que o adolescente deveria estar formando grupos de interação social físicas, trocando informações mais simples e em contato com um mundo menos selvagem e marcado por regras mais rígidas. Este deslindamento da realidade social tradicional provoca distúrbios na formação de sua personalidade, porque este é um momento em que precisa transferir a sua realidade infantil, concreta, para uma visão mais abstrata da existência e dos fenômenos, demandando um intervalo mais elástico entre as perguntas e as respostas, situação que não ocorre na rede mundial de computadores, onde tudo é marcado pela espontaneidade e pela velocidade, não permitindo que o aspecto de ansiedade natural seja trabalhado sob um viés antropológico, tornando-se objeto de entendimento clínico-patológico.

O que se observa, no presente momento, é um interesse muito intenso, por parte dos estudiosos, em criar um conceito para as redes sociais, com a finalidade de explicar o fenômeno e deixar toda a ocorrência a ele vinculado para ser compreendido a partir de si mesmo, como se tudo o que ele produz fosse fantástico e positivo, não provocando qualquer interferência no processo desenvolvimental humano. O simples fato de algo ser tratado como um objeto neutro, considerando que a possibilidade de benefícios diretos e indiretos está ligado à possibilidade de gerar malefícios, de alguma forma e em algum momento da vida do indivíduo já demonstra que está havendo sonegação de informações, de maneira acinte ou accidentalmente.

Não importando a intencionalidade a que esteja subjugado, o que este comportamento almeja manter oculto? Ao se distorcer a personalidade de um adolescente, fazendo-o crer que as ideologias defendidas pelo grupo são mais poderosas que as descobertas proporcionadas através de estudos fenomenológicos, impondo-lhes a

ideia de igualdade como um objeto a ser conquistado, cria-se um mundo abstrato que não pode ser reproduzido em outro lugar que não no seu pensamento fantasioso.

Mais uma vez se ressalta que, no mundo físico, real, quando um jovem é rechaçado por seu grupo, este representa três, quatro ou cinco indivíduos, no máximo dez; mas, no mundo irreal e ilusório das redes sociais, este volume é multiplicado por centenas, quando não, por milhares, dando a pseudo impressão de que todos, sem exceção, o ignoram, reforçando os sentimentos de solidão, aversão e fobia social, patologias que, até nem pouco tempo na história eram raras e provocadas por situações de agressões físicas e que, eram multiplicadas, de maneira exponencial, pelo próprio cérebro da vítima, de forma inconsciente, como consequência de uma gravidade traumática.

Com o advento das redes sociais, esta condição se apresenta de forma ultra exponencial, porque tudo ali são representações numéricas, expressões de algoritmos; no entanto, a impressão internalizada por um cérebro ainda dominado e inundado por uma forma concreta de pensar e interpretar a realidade traduz tudo ali como uma realidade, se não dada como factual, ao menos possível, quando não, plausível.

Recuero (2009) vai conceituar redes sociais como:

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é impossível isolar os atores sociais e nem suas conexões (Recuero, 2009, p. 43).

Este isolamento a que se refere a autora é um problema a ser enfrentado, porque se ostracizado nas redes sociais, os conflitos e patologias despertadas, por tal ação, podem ser tão ou mais graves que aquelas decorrentes do isolamento do grupo físico e, tal coisa necessita ser analisada com cuidado, sob pena de não se conseguir oferecer o devido suporte emocional, dado que o universo cibernetico é [quase] ilimitado e se não o é, sua dimensão ultrapassa os limites do sensível e, [quase] nunca o adolescente está em condições de suportar tamanha pressão sobre si, correndo o risco de perder sua identidade pessoal neste ínterim.

A identidade não é algo que a natureza transmite por meio do código genético; ela é um processo que vai sendo construído no pensamento da criança, à medida que absorve os elementos fenomenológicos que vão acontecendo ao seu redor, independentemente de sua vontade e, através de sua capacidade de entendimento vai auferindo sentido a todo o

processo. Ausente este ambiente que lhe é, em um primeiro momento, uma condição que lhe provoca medo e espanto e, aos poucos, passa a representar-lhe um espaço de segurança, não há como processar nada e, nem mesmo os pensamentos mais simples, considerando que é no ato de conflitar o que pensa com a realidade que o envolve que começa a formar a sua própria condição personológica, tornando-se um indivíduo, ou seja, aquela criatura que, não pode ser dividido em nenhuma parte sem que isto retire de si a sua caracterização como ser humano.

Esta personalidade, conquistada e construída a partir dos fundamentos da cultura na qual foi inserido pela *Physis*, representa apenas a base do caráter e da identidade que o indivíduo irá adotar para si, em anos à frente, quando já consiga realizar uma leitura mais ampla, profunda e dinâmica da existência, com todos os seus limites e possibilidades. Porém, ao se deparar com um universo em que as leis estão postas de tal forma que não possa contestá-las, sob nenhuma condição, sendo obrigado a tomar como verdade aquilo que o grupo adota como tal, eis que termina se perdendo em meio a um *voértice* que se retroalimenta de sua própria condição paradoxal de ser. Ausente uma cultura poderosa, na qual o adolescente possa espelhar-se, não pode, nem ao menos formar uma consciência sobre si, encontrando qualquer significado para sua existência, porque desprovido da possibilidade de questionar o mundo que o envolve e todas as suas nuances e isto é uma questão muito complexa, porque o questionamento sobre qualquer elemento, físico, psicológico ou fenomenológico presume a existência de um conflito e, ao suprimi-lo, produz-se um estado de tensão psíquica que pode provocar vazão em uma direção desconhecida e que, com o tempo, torna-se o *voértice* que alimenta o pensamento do indivíduo, ou seja, transforma-se em uma verdade que vai se consolidando à medida que se repete indefinidamente. Isto quer dizer que a existência, *per se*, deixa de representar um significante e, sem condições de submeter a própria dúvida a um questionamento, não na tentativa de encontrar uma solução para o conflito, apenas para diluí-lo, possibilitando o fortalecimento do ego e a construção da identidade que o acompanhará como parte de seu ser.

Como afirma M. Castells (2016, p. 23), “a identidade torna-se a principal e, às vezes, a única fonte de significado em um período histórico que é a modernidade, caracterizada pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras”, incluso aí as relações afetivas desenvolvidas na e através das redes sociais, em que tudo é

virtual, determinado por considerações binárias, muito apaixonadas em que a aparente discussão filosófica não passa de um determinismo de opiniões e crenças.

As transformações a que a sociedade foi submetida, após o surgimento da internet é assustador e para o adolescente, aventureiro e inconsequente, incapaz de analisar os riscos a que está exposto, isto tudo é nada mais que uma nova vivência de uma experiência que tem o poder de arrebatá-lo. No entanto, a tradição foi enfraquecida, o que possibilita uma caminhada sem rumo em direção a lugar algum. De repente, todos se tornam figuras anônimas, protegidas por algoritmos que podem controlar informando dados que não existem e até mesmo criando uma personalidade surreal que, não obstante, assume o controle do indivíduo; ou seja, de repente, a identidade produzida como uma *persona*, com a finalidade de proteger o ser em sua realidade, ganha existência própria, exigindo o controle de toda a vida do adolescente.

Esta situação, em particular, produz um resultado psíquico complexo, em que se pode ter o adolescente preso a uma ideia de que ele é poderoso e detém poder de controle e domínio sobre milhares de outros de sua idade, até o dia em que resolve sair de sua caverna mental, criado por ele próprio e alimentada da mesma forma e, descobrir que ninguém sequer o conhece, quem dirá o reconhecer como a autoridade que idealizou. Outro detalhe é o de que, a partir desta mesma ilusão se produza sobre si um tipo clássico de narcisismo, em que sem conseguir construir uma identidade, toma aquela que vê refletida nas telas como uma representação de um eu e, naquele ambiente de troca simbólica surreal se arrasta até o dia em que a própria *Physis* cobra de si que abandone o seu objeto de amor platônico e se entregue a uma existência madura e real. Sem qualquer condição de o fazer, porque não possui consciência de si e nem da própria existência de algo ou alguém além de si, a única saída que encontra é entrar em um estado fusional com seu ego artificial. Por último, pode tornar-se vítima de sua debilidade emocional e personológica e deixar-se guiar por aquilo que o coletivo tenha a ditar-lhe.

Em nenhuma das três situações, tem-se um ego forte o suficiente para determinar um estado de autonomia e, o que se proporciona, no primeiro instante é uma interpretação de um estado psicológico adolescente em que se deixa ser conduzido pelas próprias crenças nas ideias que alimenta em um mundo personológico esquizopático e isto não se trata de um estado psíquico autônomo, nem de liderança; porque do outro lado da tela os seus coetâneos são [e estão] tão ou mais perdidos em seus próprios estados de delírio. Na situação seguinte, o que se tem é uma completa ausência de conhecimento de

si, não tem consciência de quem é ou quem deixa de ser, é uma figura presa a um estado de anomia, ou seja, vive sem qualquer determinante de uma lei ou parâmetros existenciais, entregue à natureza das coisas. Na última situação descrita, não consegue ou não pode viver sem a determinação alheia, sem a proteção do coletivo ao qual faz parte.

Em todas as situações postas, tem-se um adolescente que teve a sua condição personológica desenvolvimental completamente deformada, exatamente porque situações de perdas e de conflitos a que deveria ser submetido e atravessado, a fim de que seus sentimentos se consolidassem na construção de uma identidade sobre e a partir de seu ego, fortalecendo-o, tornando-o sintônico, o conduz a ter uma visão da realidade distorcida, mas que sob sua formação ideológica é a que deve ser e que todos devem responder; porque assim exige o seu ego que está em conformidade intrínseca com o que pensa e defende os seus pares.

Os gregos foram os primeiros e, talvez os únicos, que definiram toda a existência através de elementos linguísticos que fossem capazes de determinar a normativa correspondente ao seu papel sobre o homem, considerando que o homem representa a medida de todas as coisas (Protágoras [481-410 a.n.e.]). Assim, criaram o conceito de *Physis*, uma força poderosa da natureza que a tudo dominava, regendo a existência dos indivíduos em meio à vida selvagem, imerso na natureza; e, em contraponto, criaram o conceito de *Nomós*, determinismos psicológicos [objetivamente, *leis*] que passariam a reger a existência dos indivíduos em meio à sociedade. Para se viver em meio aos outros haveria que seguir aqueles princípios [*leis*] que eram impostos a todos, sem distinção. O grego que, até então, vivia sob o *direito consuetudinário*, passa a ser regido por leis abstratas, escritas e sujeitas ao juízo de outros. Isto abre espaço ao surgimento da individualidade e da subjetividade, porque uma vez sendo leis produzidas pelos homens, poder-se-ia contestá-las e mesmo não sujeitar-se a segui-las, escolhendo viver sob seus próprios desígnios.

Em fins do século XIX, Émile Durkheim (1858-1917) fazendo um reestudo criou determinações a partir do *Nomós*, classificando os indivíduos quanto à autonomia, aqueles que seguiam suas próprias leis, auto motivados; à heteronomia, aqueles que dependem de serem guiados pelos outros, serão sempre liderados e à anomia, aqueles que vivem à margem de qualquer lei, sem consciência de si. Os adolescentes, geralmente, confundem sentimentos e desejos de independência, com autonomia e a sociedade, também, costuma confundir estes comportamentos, de forma deliberada, porque assim

lhe convém, mesmo sabendo o quanto isto pode custar em termos de formação da identidade e da personalidade dos mesmos.

Ao longo da história, sempre foi um dever pertinente à sociedade garantir aos jovens um mecanismo de transposição didática, através dos ritos de passagem, que lhes auferissem poder e segurança e isto era transmitido através das gerações, sendo mantida a tradição como algo que fazia parte da vida e da existência. A partir da segunda metade do século XX, vários movimentos surgiram buscando romper com estas tradições e, como afirma Bauman (2005) “livres dessa tradição e dessa ‘segurança identitária’, buscar quem sou eu e a qual lugar eu pertenço virou um dos principais dilemas da modernidade” (p. 15).

A liberdade que se preconizou aos adolescentes representou, ao final, uma tragédia anunciada, porque sem heróis reais e fictícios, o que lhes restou foi a condição de criá-los à sua imagem e semelhança e, como não conseguem, devido à falta de um modelo, assumem a carga de seguir a um qualquer que se apresente como o transmissor da mensagem de força e expectativa de um futuro; sempre de um futuro, porque igual aos mesmos que o tomam como espelho, este, ao olhar seu reflexo não se reconhece. Uma personalidade destruída e imperfeita, distorcida, apenas serve como modelo de alguma coisa para alguém que desconhece.

Como a internet possui vários grupos, cada qual com um domínio distinto, os adolescentes podem participar de vários grupos, supostamente identificando-se com pedaços destes, o que é extremamente preocupante, porque vai sendo construída uma identidade e uma personalidade fragmentadas, dando a impressão de distúrbio psiquiátrico, em que o indivíduo demonstra a característica de *múltiplas personas*, nenhuma delas definidas ou mesmo capaz de caracterizá-la, impossibilitando a construção de uma estrutura personológica sólida e definida.

O grande problema é que estas variantes de pensamento adolescente, não determinado e, há que esclarecer que não se trata de uma condição de indeterminação, porque situa-se em uma zona de vácuo, ora se posicionando em uma direção, ora em outra e isto vai se tornando um modelo de expressão psicológica virtual, característica de um grupo que defende que pode viver como uma metamorfose ambulante e esta crença insidiosa induz à formação de uma personalidade abstrata, não objetiva e sem objetivos; marcada por um existir que não se manifesta para fora e sim para dentro, ao contrário do que a natureza exige para fomentar o crescimento humano em todos os sentidos.

Este formato de pensamento, que se transforma em estilo de vida, torna-se determinante porque ele retira toda e qualquer responsabilidade social com a existência própria e alheia, fazendo com que o adolescente possa viver uma vida em que nada mais importa, exatamente, porque nada mais existe além de seu ego e de seu mundo. Não percebe que, ao fazer isto, está criando, para si, uma existência *ex nihilo*, em que nega a cultura de sua família, de sua sociedade e de todo o universo que o antecedeu.

Aquilo que parece ser um pensamento espontâneo é produto de uma deterioração da cultura em geral, que vai formando uma forma de pensar que, aos poucos se transforma em um estado de crença coletiva, uma cultura e, em um período, relativamente curto, em uma verdade aceita e difundida como tal e que passa de uma existência *underground* a objeto de valor, com seus determinismos, regras e imposições. Os delírios psicóticos de poetas clássicos e criativos vão se transformando em realidades alternativas que, aos poucos, alternam a realidade objetiva, distorcendo-a até que se torne realidade de fato e, uma vez este ponto de inflexão atingido, os grupos começam a ditar mecanismos de formação de identidades, geralmente, através das redes sociais que organizam como mecanismos de controle mútuo.

Esta situação é perversa e conflitante com a formação da personalidade individual, em que o adolescente precisa sentir-se levemente perdido, para que busque uma alternativa, um caminho que melhor lhe pareça capaz de proporcionar a segurança em suas escolhas objetais particulares e singulares. Estes grupos, sempre presentes nas redes, forçam-no a escolher um caminho, quando a dúvida e a indecisão são-lhes permitido sem que isto prejudique sua razão de ser e de estar no mundo. As redes acabam explorando, de maneira selvagem, o sentimento e o desejo de pertença humano, a necessidade filogenética de fazer parte de um grupo. Este desejo de pertencimento a vários grupos, proporcionado pela oportunidade de tal, graças às redes sociais virtuais, leva a um desagregamento da personalidade individual, fazendo-o ter que assumir várias ou mesmo *múltiplas personas*. E Castells complementa, argumentando que, “o autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros” (Castells, 2003, p. 22).

Esta é uma questão condicional estranha e muito complexa de se compreender e que, o ser humano, em geral, apenas o faz muito tarde em sua existência, porque o conhecimento de si advém, em primeira instância da identidade que é-lhe auferida, ao

nascer, pela família, que lhe dão através de um nome, pelo qual atenderá, de modo quase inconsciente, por toda a vida. Em seguida, é-lhe conferido uma cultura e uma série de conhecimentos abstratos e que, embora agregue a eles, toda uma gama de experiências pessoais, são estes saberes herdados de terceiros que lhe permitem interpretar e dar sentido ao que experimenta e ao mundo que o envolve. Chegado à idade da adolescência, em que já consegue elaborar uma visão autônoma da realidade, sua primeira descoberta e a mais estafante é a de que nada do que está defendendo e apresentando como argumentos é, originalmente, seu.

Neste sentido, o grupo é uma forma de vincular-se a um mundo alheio ao que encontra-se sob domínio dos adultos; mas, na mesma medida pode estar apenas trocando de senhor e de determinantes sobre seu pensamento, em especial, aqueles que são formados através da rede mundial de computadores, em que boa parte de seus membros fabricam experiências e as postam aos seus coetâneos como realidades. O estranho anonimato que as redes oferecem aos participantes provoca um tipo de reconhecimento exatamente sobre aquilo que não se é e expurgam o mesmo indivíduo pelo que se é, ou seja, todos os membros do coletivo devem [*e são*] reconhecidos por condições imaginárias, abstratas e distantes da realidade objetiva. Isto leva à construção de uma identidade tão abstrata que, em pouco tempo, até mesmo como desvincular-se dela se torna uma tarefa incapacitante e impossível, porque ocorre um fenômeno que é o de não ser mais capaz de diferenciar o real do virtual, ou seja, sua visão de mundo se distorce de tal modo que não sabe mais em qual deles está inserido e, à medida que aprofunda-se neste espaço, a sua noção de tempo também vai sendo obliterada, sem que exista qualquer outra coisa que possa substituí-la.

O que tudo isto tem a ver com a construção da identidade é uma questão que sempre deve ser posta em questionamento, porque o espaço e o tempo são fatores determinantes para a consolidação da mesma, exatamente, porque a cultura é determinada por estes dois fatores, assim como a tradição, os costumes, as crenças e o desenvolvimento técnico-científico, o que uma vez reunidos são responsáveis pelo arcabouço personológico humano. O adolescente não dá conta de processar toda esta gama de informações porque ainda não a experimentou empiricamente; suas experiências são reproduções de experiências alheias as quais teve acesso através da cultura e que reproduz mecanicamente, uma vez que as histórias relatadas enaltecem uma vida e uma existência também sonhada; mas que não fora experienciada de forma íntegra.

Assim que, a rede social apresenta um formato de experiência imaginada, porém, em nível exponencial e que pode ser comprovada através de manipulações de dados, memórias mecânicas e não mais de memórias afetivas construídas pelo próprio cérebro do indivíduo e sujeitas a traições através de atos falhos. Nisto, a identificação do adolescente com este universo fantástico o trai quando os números de visualizações começam a decair, passando-lhe a impressão de que não é mais amado por seu grupo ou que não acreditam mais em suas histórias maravilhosas. Ele passa a ter uma personificação através do que seus coetâneos de rede acreditam e levam-no a ser reconhecido, o que denota que sua identidade é uma ausência completa de consciência acerca de si mesmo.

A identidade de cada indivíduo e sua garantia está vinculada à existência e à manutenção de um espelho social que, invariavelmente, será o outro! Porque este representará a janela através da qual pode-se contemplar os valores da sociedade e suas formas de juízo, tendo em conta que a noção de identidade tratada sob este viés enfatiza a importância do grupo de pertencimento, através de suas condições históricas e socioculturais (Spina, Gnoato e Antonia, 2012).

Este espelho que as redes sociais representam e que é ofertado aos adolescentes é de caráter mágico e, portanto, perfeito para estes, porque lhes fornecem a imagem que melhor lhes convém, considerando que pode ser manipulado ao sabor de suas crenças mais ingênuas e/ou insanas. Ao criar *slogans* do tipo *meu mundo minhas regras*, isto denota um estado caótico esquizopártico sendo permitido a sua completa existência fora do pensamento intrínseco que representa a marca do desejo absoluto de cada indivíduo; mas que, em conflito com a realidade objetiva se dilui e assim possibilita a formação do caráter, em que se descobre que nem tudo aquilo que se anela pode ser satisfeito, princípio este sobre o qual se fundamenta a própria liberdade existencial.

O conflito se intensifica a partir do instante em que as redes sociais se tornam escravas dos adolescentes que se negam a crescer e isto é uma coisa muito interessante, porque ao se olhar na direção do objeto-alvo que é o participante da rede tem-se a impressão de que foi ela quem o capturou e, com toda a sua força bruta o lobotomizou, deixando-o sem vontades deliberadas e entregue a uma condição escravizante; mas, o que se pode notar é todo o esforço que os grupos que se mantêm através destas redes têm feito para manter os membros alienados e fieis a um movimento que, naturalmente, tende a entrar em declínio como resultado de uma transformação que era temporária.

Nisto se revela a condição de que toda a tempestade que faz o período da adolescência ser um espetáculo humano misto de aventura e horror, carregado com as mais profundas incertezas em relação ao ter e o ser, representa um breve momento na ontogenia da espécie humana e o papel desconcertante que as redes sociais impingem pode deixar marcas indeléveis na estrutura personológica do indivíduo; porém, estas devem ser superadas através do apoio familiar e social. Quando a convivência nas redes faz com que se substitua a existência fora delas é que se tem um elemento complicador e determinante de uma situação degradante da vida como se conhece.

Observa-se que os grupos formados nas redes virtuais defendem um tipo extremo de liberdade que conflita com as exigências do mundo real e, por mais que se pareça que aquela condição posta como definitiva e original para uma existência feliz, pautada em um hedonismo desmedido que tem como fim último o enfrentamento da autoridade virtual desejada e não sentida dos pais. A falta de princípios e de regras determinadas pela família sobre os filhos induzem-nos a uma direção em que necessitam criar um universo paralelo fora de seus pensamentos de onde esperam que venha esta força castradora necessária para seu amadurecimento intelectual, cognitivo e personológico. Não o encontrando neste meio terminam com outra frustração e, a saída para os controladores dos grupos virtuais é deslocar este sentimento para um objeto-alvo que suporte as críticas, considerando que as desconheçam.

O discurso oferecido passa a ser uma negação do próprio sentimento que consome os membros do grupo e, estranhamente, todos eles sabem disto; no entanto, necessitam manter todas as aparências de poder que não possuem e esperam ser auferidas pelos adultos, após provarem seu valor através de superação de desafios que os ultrapassam em dimensão e valor. O fato é que, com as mudanças nas formas de interpretação da vida humana, estes desafios, antes voltados para a demonstração da criatividade aliada à força física, ficou restrito a situações patéticas, que não se definem como capazes de fomentar o interesse em enfrentar a *Physis* e suas condições fenomenológicas reais e impiedosas.

Nesta análise, não se pode desconsiderar que, as redes sociais são coletivos que, na maior das vezes, são caracterizadas por figuras sem rosto, em que uma marca de seguidores ou de amigos não é nada mais que uma virtualização de um desejo de ser reconhecido. Isto gera uma personalidade egodistônica, fundamentada em algo que se crê ser real. Assim que, a personalidade é uma característica marcante de poder manter nas sombras o que, verdadeiramente, se é. Por este motivo Gramsci (1982) dizer que ela

transforma os coetâneos e ao próprio indivíduo, considerando o termo semântico de onde deriva; e, ao colocar uma máscara é-se possuído pelos sentimentos e valores que ela encerra, porém, sem o julgamento de valor dos companheiros, toda ação perde-se no vazio do tempo e do espaço, sem o menor poder de representação. A construção da personalidade e da postura de vida de cada indivíduo é uma exigência para o ser humano que supera a simples motivação espiritual como uma tendência para o bem, mas para tanto, necessita estar em conjunto, em convivência com seus coetâneos, a fim de que possa construir um ego fortalecido.

Infelizmente, tem-se visto as diretrizes impulsionando os adolescentes para um outro rumo, contrário a este, através de um discurso de liberdade e de criação de regras que situam-se em estado paralelo àquelas que existem marcadas pelas tradições, os costumes e as deliberações humanas. Passou-se a acreditar que o fortalecimento do ego, ou empoderamento, como se preconizou dizer, através da moda linguística corrente, se dá quando se enfrenta e desafia o sistema de modo selvagem e abrupto. Bem que pode até ser, quando a situação o exige; não quando a parte que deve respeito e obediência, como princípios, assim o decide, por si só.

As redes sociais criaram este tipo de comportamento que tem levado a uma gama cada vez maior de indivíduos, em fase de desenvolvimento psíquico-emocional a se acharem senhores absolutos de suas vidas, não dependendo de orientações de seus pais e/ou tutores, porque isto representa opressão e, com o avanço tecnológico o cérebro das crianças e dos jovens mudou, sofreu uma *evolução* radical, como se a popularização da rede mundial de computadores tivesse provocado esta metamorfose, tornando-os capazes de analisar, interpretar e compreender a realidade que os envolve através de um processo simbiótico em rede. Todos, sem exceção, foram transformados em gênios da sabedoria e detentores de conhecimentos mágicos sobre tudo, imunes a todo o mal que a sociedade possa provocar-lhes; aliás, ao banir a autoridade natural dos pais, estão se livrando de um terrível mal que seus antepassados tiveram que suportar.

Este é um discurso que enaltece a adolescência contemporânea, amplamente divulgado nas redes e adotado como símbolo de resistência ao domínio opressor das famílias tradicionais. E, a imagem reproduzida como fonte de inspiração é a do adolescente que saiu de casa [*eufemismo para abandono do domínio refratário dos pais opressores*] e que vive sua vida explorando mundos sem que seja impedido por qualquer direcionamento além de sua vontade deliberada. Ao fim de toda a exposição, há que

perguntar: com quem este indivíduo se identifica? Compreendendo que a identidade é produto direto do reconhecimento e, somente através dele pode existir e se consolidar; este símbolo é nada mais que um eterno adolescente, vivendo sob um estado de rebeldia sem causa; porque reconhecido como símbolo apenas por outros tão ou mais perdidos que ele mesmo, uma vez que sua causa não significa nada para ninguém, porque se identifica com uma causa sem nexo.

Este reconhecimento vazio e que existe somente através da contagem algorítmica termina sendo a causa de estados depressivos profundos, em que, a certa altura, o eterno adolescente descobre que precisa sair de seu casulo e isto somente se dará à *fórceps* e, o resultado é alguém preso a sentimentos pueris, marcado por uma intensa sensibilidade emocional. A personalidade destes indivíduos é marcada pela sublimidade criada para um mundo utópico, virtual, supostamente controlável pela violência do medo de banimento; não para o mundo real e potente em que a própria existência determina quem fica e quem o deixa. O erro foi crer que as redes sociais poderiam suprir convivências reais e, ao se descobrir que não podem, a saída foi criar regras que permitam-lhe a aparência de um *status quo* dominante e poderoso, capaz de auferir identidade à personalidade adolescente, momento em que o ser humano não possui nem uma nem outra, estando, *a priori*, em busca da primeira a fim de, *a posteriori*, formar e consolidar a segunda.

Para Erasmo Ruiz, “construir a personalidade significa agregar a nossa ação à de outros indivíduos; aprendemos com os outros homens a transformar a realidade, ao mesmo tempo em que transformamos também os outros homens e [também] somos transformados por eles” (RUIZ, 1998, pp. 25-26), num complexo processo dialético.

Nisto, tem-se que a personalidade é moldada na dimensão da conquista do outro, na condição de vitória sobre o adversário, na estrutura de poder tal que não se considera a possibilidade de o outro continuar a ser mais forte. Este outro precisa ser enfraquecido para que possa fazer parte do grupo.

Tudo isto, caracteriza-se como experiências que necessitam ser experimentadas e vividas pelos adolescentes, para que possam ser atravessadas pelas mesmas, na construção de sua personalidade. As redes sociais negam muitas destas experiências, como por exemplo, a troca simbólica do luto da perda da infância, o conflito entre gerações, a transposição do objeto de amor e ódio de um objeto concreto para um objeto abstrato.

A negação da vivência de certas atitudes na adolescência leva, objetivamente, a um descontentamento com a vida, produzindo no futuro, pessoas amargas e, possivelmente, pais deficientes, ou seja, entre os danos visíveis estão aqueles que escondem-se sob as camadas sinuosas da sua personalidade e que manifestarão em momentos imprevisíveis, sempre causando danos à saúde psicofísica dos indivíduos porque é-lhes, de uma maneira sutil, privado também um possível futuro melhor e mesmo a oportunidade de escolher livremente e que o daria prazer em desenvolvê-lo.

Um dos elementos que foram incorporados ao sistema psíquico humano a partir do processo de civilização é o desejo de reconhecimento por seus pares mais próximos, aqueles que formam um círculo em torno de si e que pode ser chamado de coletivo, tomando este conceito a partir da interpretação de Anton Makarenko (1957), que o classificava como um grupo pequeno, circunspecto e neste entendimento, este grupo poderia proporcionar ao indivíduo adolescente algum sentimento de potência libidinal por meio do qual ele poderia tornar-se melhor, vindo a reconhecer-se em sua totalidade como ser humano. O elemento de ligação, representando o eixo centralizador que caracteriza a manutenção de tais grupos é o vínculo afetivo que se cria entre seus membros (Souza, 2018), unidos através do sentimento comum de impotência diante do desconhecimento sobre si mesmos.

As redes sociais promovem, através de uma virtualização da vida e da existência, um tipo estranho e bizarro de reconhecimento social, onde somente as agressões cometidas contra terceiros é tratada como algo que deva ser celebrado; jamais alguém é reconhecido nas redes por seu valor em direção aos méritos que a sociedade considera como princípios de valor. Isto é uma questão preocupante, porque o desejo insano de ser visto, admirado e amado por todos induz ao pensamento distorcido de que os fins justificam os meios e que vale qualquer coisa para se atingir os objetivos. E, quando se questiona se o que estão a fazer é certo, esclarecem que *todos* fazem; logo, não pode ser errado. Com isto, tem-se que os conceitos sobre o que é *certo* e o que é *errado* são transmutados para *quem está certo* e *quem está errado*, criando uma espiral de justificativas desprovidas de nexo causal; mas, que alimenta e retroalimenta todo um sistema que, pouco a pouco, vai se alimentando de seus usuários.

## CONCLUSÃO

O surgimento da rede mundial de computadores (a internet) e sua categorização como um bem de acesso público, aberto e todas as nuances de desenvolvimento que dela advieram não pode ser negado e nem desconsiderado, cabendo que, a cada processo de avanço, este seja devidamente analisado e interpretado acerca de como o seu fim se aplica ao bem-estar social, no sentido de promover mais desenvolvimento, em todos os sentidos. Este é um procedimento padrão e que cabe aos pesquisadores de vários segmentos, trabalhando em consonância até que se identifiquem pontos de convergência e divergência e, muito mais, que se proporcionem soluções viáveis e plausíveis quando se encontre algum conflito com a natureza humana e social advinda da aplicação de tais instrumentos.

Quando se preconizou a ideia de criação de redes sociais virtuais, criou-se um universo paralelo, mágico e perfeito, em que seria como se a natureza humana, tala qual se conhece, fosse transmutada por completo e, séculos de evolução, transformação e adaptação fossem substituídos por este amálgama que se despontava no horizonte, criando uma nova forma de pensar, de analisar a vida e a existência, de interpretá-las e de sintetizá-las; moldando assim, todas as formas de convivência individual e coletiva.

As redes sociais prejudicam o desenvolvimento da personalidade adolescente, exatamente pelo fato de que nesta etapa desenvolvimental humana, o indivíduo precisa de um determinado tipo de liberdade para experimentar certa condição de desafio; porém, orientado por um adulto experiente que possa auferir-lhe segurança, a começar que o universo virtual é marcado por uma velocidade nas ocorrências situacionais que, tanto encantam quanto espantam e esta rapidez com que tudo muda neste ambiente provoca a impressão de que o tempo está se acelerando, que as coisas estão acontecendo com maior impacto sobre o mundo e a população.

Aos poucos, aquela mesma condição de aceleração nas respostas alcançadas através do algoritmo vai se cristalizando no pensamento do indivíduo adolescente que começa a interpretar toda a existência a partir do mundo fantástico proporcionado pelas redes, determinando sua influência pela quantidade de visualizações de suas postagens, sejam elas escritas ou em formato de vídeos. Protegido por uma pedagogia cretina, em que não se pode contestar as expressões esdrúxulas de crenças e interpretações a que chegam, *sabe-se-lá* como, este ser acaba super protegido de qualquer inferência que

desagrade ao grupo, levando-o a crer que suas ideias são perfeitas e imaculadas e quem discorda delas é porque não tem capacidade cognitiva para compreendê-las em sua profundidade.

Esta condição leva a uma deformidade no caráter e, consequentemente, na formação da personalidade, porque de um momento a outro, esta crença determinada pelo senso comum de que suas ideias estão acima da que qualquer outro, termina por impedi-lo de verificar outras vertentes que, de alguma forma, contrarie as suas opiniões e crenças. A pressão do grupo não se dá somente sobre o ego no sentido de torná-lo enfraquecido moralmente; pode ser que, ao torná-lo exasperado isto cause mais danos, porque pode permitir que se crie uma condição de complexo de inferioridade disfarçada por um complexo de superioridade.

Uma situação que se agrava é a ligada ao hedonismo, em que se passa a crer que a busca pelo prazer se torna o objetivo principal da existência, não se importando com as consequências de tais ações. Esta experiência deliberada termina por deixar cicatrizes indeléveis que, mais tarde serão responsáveis por determinar a estrutura personológica destes indivíduos na condição de pais, em que podem ser muito severos ou muito liberais, jamais encontrando um meio termo determinante, porque permanecem em conflito, sofrendo com um egodistônico.

## **REFERÊNCIAS**

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. *et all.* **Adolescência Normal.** 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BAUMAN, Z. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BITTAR, C. A. **Os Direitos da Personalidade.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet:** reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.
- FARIA, A. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget.** São Paulo, Ática, 2001.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MAKARENKO, A. **Poema pedagógico**. México: Fondo de Cultura Popular, 1957.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NEDEFF, C. C. Contribuições da sexologia sobre a sexualidade do adolescente: uma revisão bibliográfica. *Psicol. Teor. Prát.*; 3(2): 83-91, jul.-dez. 2001. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-353488>. Acesso em 17/10/2024.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

RODRIGUES, L. R. de A. **Redes Sociais e Visibilidade Social Juvenil**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Sociologia). Brasília: UnB, 2017.

RUIZ, E. M. **Freud no “divã” do cárcere: Gramsci analisa a Psicanálise**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

SOUZA, S. R. **La delincuencia juvenil como herramienta de reconocimiento individual y colectivo**. Tesis (Pós-Doctorado en Psicología). Buenos Aires: Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy - UK, 2018.

SPINA, A. C.; GNOATO, G.; ANTONIA, M. I. **Psicologia das organizações** [1. Ed., rev.]. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

VYGOTSKY, L. S. O pensamento na esquizofrenia. In: VALSINER, J. & VAN DER VEER, R. (eds.) **The Vygotsky reader**. Oxford, UK; Cambridge USA: Basil Blackwell, 1994. p. 313-326.

## **Capítulo 5**

### **O BRINCAR E O JOGAR COMO MECANISMOS PROMOTORES DA APRENDIZAGEM**

***Sérgio Rodrigues de Souza***

*Pesquisador. Consultor Científico. Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Asunción (PY). E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com*

***Ana Paula Silva dos Santos Ramalho***

*Pedagoga da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo – SEDU. Estudante de Pós-Graduação strictu sensu (Mestrado), pelo Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus (ES). E-mail: anapaularamalhosdj@gmail.com*

#### **RESUMO**

Este artigo aborda a temática sobre a atividade didático-pedagógica do brincar e do jogar como mecanismos capazes de impulsionar as possibilidades e potencialidades de aprendizagem. A sua relevância científica encontra-se no aspecto de que se discute, em profundidade e amplitude, a influência de tais ações sobre os domínios cognitivos. A sua relevância social encontra-se na possibilidade de responder aos familiares sobre o impacto de tais práticas na formação da inteligência e da criatividade infantil, refletindo sobre a formação da personalidade adulta. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na práxis pedagógica dos autores e no pensamento de autores que produziram trabalhos científicos relevantes neste campo. A brincadeira deve representar, para a criança, uma ação livre para que consiga proporcionar à criança uma viagem pelo mundo do faz-de-conta e, assim, nesse jogo simbólico, ela ter a liberdade para criar

símbolos lúdicos que podem funcionar como uma linguagem interior, permitindo-lhe reviver e repensar acontecimentos interessantes ou impressionantes. Para que a criança tenha oportunidade de realizar experiências que lhe permitam desenvolver, integralmente, o corpo, o pensamento e a afetividade, devem ser proporcionados contextos nos quais ela possa correr, pular, movimentar-se com os objetos, saltar obstáculos, subir, organizar-se em grupos, fantasiar. A diversão, o lazer, o brincar são direitos garantidos a todo o ser humano, e quando vê-se uma criança apática, isolada em um canto, sem participar de qualquer brincadeira, surge elementos de preocupação, porque a criança que não brinca, está tendo negado seu direito de infância, quer seja pela família ou pela escola. Sendo assim, precisa-se ainda assegurar-lhe este direito fundamental, pois através do brincar, do jogar, do brinquedo e da brincadeira, a criança se descobre, se realiza, e consegue desenvolver-se de modo integral.

**Palavras-chave:** Brincadeiras. Jogos. Ludicidade. Currículo educacional infantil. Desenvolvimento integral.

## **ABSTRACT**

This article addresses the theme of the didactic-pedagogical activity of playing and games as mechanisms capable of boosting learning possibilities and potentialities. Its scientific relevance lies in the aspect that it discusses, in depth and breadth, the influence of such actions on the cognitive domains. Its social relevance lies in the possibility of responding to family members about the impact of such practices on the formation of children's intelligence and creativity, reflecting on the formation of the adult personality. This is a bibliographical research, based on the pedagogical praxis of the authors and on the thinking of authors who produced relevant scientific works in this field. For the child, play should represent a free action so that it can provide the child with a journey through the world of make-believe and, thus, in this symbolic game, the child has the freedom to create playful symbols that can function as an inner language, allowing him/her to relive and rethink interesting or impressive events. In order for children to have the opportunity to experience experiences that allow them to fully develop their body, mind and emotions, they must be provided with contexts in which they can run, jump, move with objects, jump over obstacles, climb, organize themselves in groups and fantasize. Fun, leisure and playing are rights guaranteed to all human beings, and when we see an apathetic child, isolated in a corner, without participating in any game, it raises concerns, because the child who does not play is being denied his or her right to childhood, whether by the family or the school. Therefore, it is still necessary to ensure this fundamental right, because through playing, games, toys and games, children discover themselves, fulfill themselves and are able to develop themselves fully.

**Keywords:** Games. Playfulness. Early childhood educational curriculum. Comprehensive development.

## **INTRODUÇÃO**

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia nos seres humanos, porque enquanto se brinca, ocorre um deslindamento com o mundo real que envolve o indivíduo e ele pode entregar-se aos seus pensamentos

mais intrínsecos, criando e recriando a realidade à sua maneira. O fato da criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e, mais tarde representar determinado papel, através de brincadeiras, faz com que ela desenvolva sua imaginação e, consequentemente, sua criatividade.

Através destas situações, marcadas pela espontaneidade, a criança pode desenvolver e aprimorar capacidades cognitivas e intelectuais importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória e a imaginação. Amadurece também o processo de socialização, por meio da interação, da utilização e da experimentação de regras e papéis sociais.

A brincadeira deve ser uma ação livre para que consiga proporcionar à criança uma viagem pelo mundo do faz-de-conta e, assim, nesse jogo simbólico, ela ter a liberdade para criar símbolos lúdicos que podem funcionar como uma linguagem interior, permitindo-lhe reviver e repensar acontecimentos interessantes ou impressionantes. Ao brincar de faz-de-conta, ela busca imitar, imaginar, representar e comunicar de uma forma específica que uma coisa pode ser outra, que uma pessoa pode ser uma personagem, que uma criança pode ser um objeto ou um animal, que um lugar *faz-de-conta* é outro. Brincar é, assim, um espaço no qual se pode observar a coordenação das experiências prévias da criança e aquilo que os objetos manipulados sugerem ou provocam no momento presente.

Pela repetição daquilo que já conhece, utilizando a ativação da sua capacidade mnemônica, utiliza seus conhecimentos prévios, ampliando-os e transformando-os por meio da criação de uma situação imaginária nova. Brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade interna da criança, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Com isto, torna-se, também, autora de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em prática suas fantasias e conhecimentos, bem como a sua interpretação singular e particular do mundo na qual está inserida. Sem a intervenção do adulto, pode pensar e solucionar problemas de forma livre das pressões situacionais da realidade imediata.

Em outros momentos, o ato de brincar deve ser coordenado através de atividades que permitem sua interação com o grupo e que vise ao seu pleno desenvolvimento físico-motor. Para atender, pedagogicamente, esses dois momentos, fazem-se necessário observar que tipos de brinquedos e/ou brincadeiras podem ser indicados e utilizados, respeitados as condições físicas e a idade de cada criança.

Na mesma medida que as brincadeiras, os jogos devem ser pensados, elaborados e aplicados nas escolas considerando parâmetros pedagógicos e didáticos, a fim de que se atinjam os objetivos de desenvolvimento cognitivo e intelectual dos estudantes. Há sempre que esclarecer que, os jogos e as brincadeiras não substituem as experiências de aprendizagem formais; ambos são complementos em que se espera que *insights* ocorram em decorrência de situações previamente vivenciadas em sala de aula.

## MECANISMOS PARA DESENVOLVIMENTO DE JOGOS E BRINCADEIRAS

Na escola, alguns equipamentos e espaços, considerados lúdicos, com isto entendendo que neste conceito englobam-se todos estes elementos físicos e espaciais voltados, de alguma forma, para a promoção da aprendizagem são recursos indispensáveis ao desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, destacando-se, dentre outros:

- a) *Equipamentos*: aqueles tradicionalmente presentes em pátios e praças: balanço, escorregador, barras, gira-gira, etc.;
- b) *Areia*: incluindo também terra, pedrinhas, pauzinhos, etc.;
- c) *Cantinhos*: são aqueles espaços restritos onde as crianças buscam estar sós ou com seus companheiros preferidos. Por exemplo: abrigo na vegetação, buracos oriundos de construções, etc.;
- d) *Elevações*: envolvem as rampas, escadas, bancos, muros e todos aqueles objetos que permitem que as crianças os utilizem para subir ou escalar (excetuando-se o escorregador). *Corpo*: envolve a utilização do próprio corpo para brincar: correr, pular, cantar, conversar, lutar, etc.

Outros recursos que, às vezes, são ignorados, são os tipos de brincadeiras que podem ser propostos ou permitidos à criança, tais como:

- *Atividade física*: envolve brincadeiras como correr, subir, andar de balanço, jogar bola, pega-pega, etc.;
- *Construtiva*: brincadeiras que envolvem a construção de algo, utilizando-se, por exemplo, de areia, pneus ou objetos em geral;
- *Simbólica*: envolve o faz-de-conta;
- *Outras*: cantar, gritar, etc.

Entendendo que, em algumas escolas de Educação Infantil, tanto o espaço quanto o orçamento são, muitas vezes, limitados, os professores devem pensar em equipamentos que podem ser usados em uma grande variedade de situações e maneiras. Na área de jogo dramático, o equipamento que tiver menos detalhes pode ser usado mais flexivelmente, pois a imaginação das crianças pode fazer de uma simples caixa um foguete ou um vagão de trem.

Para que a criança tenha oportunidade de realizar experiências que lhe permitam desenvolver, integralmente, o corpo, o pensamento e a afetividade, devem ser proporcionados contextos nos quais ela possa correr, pular, movimentar-se com os objetos, saltar obstáculos, subir, organizar-se em grupos, fantasiar, etc. Assim, os professores (as) de crianças em idades pré-escolares deverão ter um cuidado especial com os espaços externos de sua escola infantil, equipando-os com materiais que permitam às crianças a realização de experiências-chave dentro desse domínio.

Os profissionais da Educação Infantil devem observar também, nesse período específico do desenvolvimento da criança, a importância pela apropriação da imagem corporal. A aquisição da consciência dos limites do próprio corpo é um aspecto importante no desenvolvimento do processo de diferenciação do *eu* e do *outro* e da construção da identidade.

Por meio das explorações que faz, do contato físico com outras pessoas, da observação daqueles com quem convive, a criança aprende sobre o mundo, sobre si mesma e comunica-se pela linguagem corporal. Dessa forma, tornam-se parte integrante dos recursos possibilitados pela escola, um espelho que permita à criança ver-se na totalidade e, um baú de roupas e acessórios com os quais ela possa visualizar-se de várias formas. Esse jogo, segundo Piaget, representa “uma linguagem de gestos, movimentos e mímicas, tanto quanto uma linguagem de palavras” (Piaget, s.d. *apud* Lopes, s.d, p. 48).

Brincadeiras e jogos fazem parte da vida de toda criança, em qualquer época e lugar. São representações de instrumentos eficazes para o desenvolvimento do ser humano, considerando que, através deles, desenvolve-se a imaginação, a criatividade, a socialização, a expressão, a discussão, a reciprocidade, a capacidade de solucionar problemas e de desenvolver comportamentos de cooperação.

Uma escola de Educação Infantil, que se proponha a trabalhar com a criança, através de um processo de construção concreta do conhecimento, deve-se levar em consideração que brincadeiras e jogos fazem parte do seu cotidiano, como espaços

prazerosos de aprendizagem e que devem estar presentes na sua rotina. Por vezes, jogos e brincadeiras estão relacionados à matemática, à linguagem, às ciências e às artes, considerando que é através das brincadeiras que as crianças se relacionam com os fatos e procuram conhecê-los, por meio da internalização inconsciente e pré-consciente.

Uma vez que este mecanismo é posto em evidência pela própria criança, ela começa a criar propostas e condições de arranjos psicológicos que, aos poucos, vão sendo externalizados, através da linguagem que domina, fazendo uso do vocabulário que tem à sua disposição, como forma de explicar as suas ações e transformações. É neste ponto que a brincadeira se torna capaz de proporcionar significativos aspectos de desenvolvimento cognitivo e intelectual, especialmente se um adulto intervier e auxiliá-la nas suas criações e interpretações da realidade.

À medida que a criança se inteira do jogo e passa a interpretar toda a realidade reduzindo-a a uma brincadeira, isto não pode ser compreendido como uma redução pejorativa da vida e da existência e dos fenômenos que as compõem, antes como a forma que ela encontrou de deixar as coisas dentro de seu campo fenomenológico de apreensão e capacidade de processamento, o que pode ser explicado como uma forma que a *Physis* encontrou para compensar o ser humano pelo processo evolutivo a ele imposto que o privou de condições de entender a natureza e as suas nuances. Assim que, impossibilitado, por sua imaturidade cognitiva, de ascender até o nível de depreendimento da natureza, a sua ação é a de trazê-la ao seu nível, transformando-a em um elemento que consegue decifrar, fazendo uso do conhecimento que dispõe até aquele momento.

Sob nenhuma hipótese, a criança distorce a realidade, ao fazer isto; ela a adéqua ao seu escopo epistêmico e assim, faz as suas inferências, explicando os fatos e fenômenos, tudo isto sob um véu muito rigoroso de cientificidade e, o aspecto de brincadeira que se apresenta aos adultos é visto somente por estes, o que revela que o mundo infantil é tratado de forma esdrúxula, interpretado ao sabor do ocaso e da ignorância sobre o funcionamento do mesmo. A partir desta aproximação a uma interpretação do pensamento infantil, o que caracteriza o jogo e as brincadeiras em seu mundo, esclarecendo que não se trata de entendê-los; mas, como ela os categoriza, qual a dimensão epistemológica que lhes são auferidas e como isto vai ser representado na idade adolescente e adulta, pelo mesmo indivíduo, agora em outra fase de sua existência?

Nietzsche (1844-1900) vai afirmar que este sentimento mantém-se *ad aeternum* no ser humano e que todo adulto esconde dentro de si uma criança que deseja brincar. Ao

se tomar esta afirmação do filósofo, o que se pode concluir é que o advento costumeiro humano de reduzir toda a realidade que lhe abarca [*ou parte dela*] ao universo da comprehensibilidade é uma herança ontogenética, produto da prática das brincadeiras pueris. O quanto tudo isto é assimilado pelo pensamento humano e processado como um fato determinante de sua personalidade é o que desafia o conhecimento e, talvez pudesse esclarecer, de alguma forma, o porquê, crianças que gozaram da liberdade de expandir seus mundos através de supostas brincadeiras se tornam adultos mais capazes de analisar, interpretar e sintetizar os fenômenos sociais e da natureza com maior perspicácia, transparência e autonomia.

Uma possível explicação para tal fenômeno é que quando se deixa levar pela leveza das brincadeiras e dos jogos, ausentes as regras ridículas impostas por adultos que acreditam serem pedagogos e que se dizem preocupados com a formação do caráter da criança, em que o próprio grupo de participantes tomam as decisões sobre os mecanismos de ajustes e equilibração das situações postas, eles não entendem que as regras que não compreendem e que odeiam no mundo dos adultos é parte, também, em seus espaços infantis e que podem ser até expulsos, podem apanhar, caso não respeitem as normas determinadas para aquela situação, aparentemente, pueril e, quiçá, inocente.

O comportamento das crianças é, fortemente, determinado pelas características das situações concretas em que elas se encontram. A criança adquire a linguagem e passa, portanto, a ser capaz de utilizar a representação simbólica. Portanto, terão condições de liberar seu funcionamento psicológico dos elementos, concretamente, presentes no momento atual. Cabe ressaltar a importância das situações reais e a fusão que a criança pequena faz entre os elementos percebidos e o seu significado. Ela não é capaz de operar com um significado contraditório a informação perceptual presente, pelo fato de que numa situação como a da brincadeira a criança é levada a agir em um mundo imaginário, no qual a situação é definida pelo significado estabelecido pela brincadeira e não pelos elementos reais presentes à sua volta.

As brincadeiras e jogos vão muito além daquilo que se espera no espectro educativo e, o grande interesse está em descobrir como utilizá-los para fins pedagógicos sem que assim sejam reduzidos a isto. A criança tende a resistir àquilo que lhe é imposto como um objetivo formal e que impede, em parte ou no todo, a sua liberdade de expressão natural. Neste sentido, a intervenção do adulto, professor ou não, deve ser planejada com muita antecedência, de modo a que não seja rechaçada pela criança, que pode entender

tal ação como uma violação de seu mundo particular, no qual não existe espaço para mais ninguém além de si mesmo.

Esta crença de que, através das brincadeiras e dos jogos a criança aprende a socializar é apenas isto, uma crença; o que ela cria são regras próprias e severas, sem direito a quem recorrer e impõe sobre todos, não permitindo que sejam desrespeitadas sob pena de exclusão do transgressor. Com o tempo, ao analisar as atividades infantis, consideradas inocentes, percebe-se que as doutrinas, por eles elaboradas, são muito mais severas e frias que aquelas que existem no mundo adulto, onde se tem a possibilidade de recorrer a tentativas de explicações e justificativas, a fim de fugir ao castigo.

Ambas as situações lúdicas apenas procuram reduzir o mundo adulto, incomprensível à criança ao seu nível de compreensibilidade cognitiva; mas, não traz junto as regras deste. Parece uma situação complexa e de difícil entendimento; mas, literalmente elas *criam* um espaço de ação e reação em que tudo o que planejam é executado à risca, sem que isto atrapalhe sua vivência de aprendizagem e, após esta argumentação, o que se tem como aproximação é que, não se trata de aprender o que se vai e se executa no mundo adulto, que não lhe interessa; mas, de reforçar o que já tem como valor intrínseco, produto da influência de sua formação sócio-cultural.

Se a criança dá um *significado* ao mundo que a envolve através das brincadeiras e dos jogos, qual significante toma como objeto simbólico? De onde ela toma as determinações que impõe sobre os outros com tamanho rigor e até mesmo com caracteres de violência? Estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento das brincadeiras e dos jogos e seus respectivos significados proporcionam uma maior aproximação em torno do conhecimento sobre como a criança descobre o mundo através destas atividades e o interpreta. Há sempre que esclarecer que, antes de descobrir o sentido das ações, consideradas lúdicas, pelas crianças, há que tentar compreender o que elas lhes simbolizam, no contexto geral e em particular; porque,

No início da idade pré-escolar quando surgem os desejos que não podem ser imediatamente satisfeitos ou esquecidos, e permanece ainda a característica do estágio precedente de uma tendência para a satisfação imediata desses desejos, o comportamento da criança muda. Para resolver essa tensão, a criança em idade pré-escolar envolve-se num mundo ilusório e imaginário onde os desejos não realizáveis podem ser realizados, e esse mundo é o que chamamos brinquedo (Vygotsky, 2000 *apud* Lopes, s.d, p. 48).

Esta explanação de Vygotsky, se tomada de maneira apressada, deixa a impressão de que a criança está utilizando os jogos e as brincadeiras como compensação por sua fraqueza demonstrada em idade anterior; porém, não é a idade, *per se*, que determina a potência de um ser humano e sim uma fase, esta que compreende uma faixa etária específica e, em cada uma delas, existem sentimentos e desejos muito singulares que cada qual vai exigir uma redundância contextual de mundo até que se torne objeto de domínio próprio. Usando sua imaginação, a criança transpõe barreiras. Dependendo do papel que ela representa, nota-se a influência de seus sentimentos: manifestação de medo, amor, ansiedade, agressividade, etc. E, muitas vezes, é através das brincadeiras que ela consegue trabalhar, internamente, essas emoções.

Ocorre que, imaginação é um sentimento muito abstrato para um cérebro ainda imaturo; logo, o que a criança faz é submeter um mundo incontrolável ao seu desígnio através da sua redução ao modelo que pode controlar. Dotada de uma capacidade de inteligência concreta, tudo o que cria ou que destrói em seu pensamento é resultado de um ajuste impiedoso ao seu nível cognitivo e intelectual, nada além disto; nada aquém disto.

Sendo assim, como interpretar os jogos e as brincadeiras infantis e como reproduzi-los dentro de um escopo pedagógico tal que se mostre o mais fiel possível ao mundo psíquico das crianças? A primeira contribuição é a de que, não se sabe de que forma estas atividades motivam e influenciam o pensamento, transformando-o no sentido de melhorá-lo, aperfeiçoá-lo estrategicamente para uma maior compreensão e síntese da realidade. Uma coisa que se observa é que, quanto mais liberdade seja concedida a elas na execução de suas atividades lúdicas, brincadeiras e jogos, mais se mostram capazes de solucionarem problemas de alta complexidade e de abstrair; no entanto, afirmar, categoricamente, o que aprenderam e porque o fizeram, é exagerar na dose de incoerência didática e candidatar-se ao ridículo, porque mesmo que se faça estudos de longa duração, em que se consiga comprovar a aprendizagem de determinados conteúdos curriculares através do uso didático de jogos e brincadeiras com fins lúdicos, cada ser humano é único e, no máximo, isto poderia ser prova de que funcionou com determinado grupo de estudantes, em determinado momento; jamais podendo ser utilizado como um fim dado e definido, tornando-se uma pesquisa de *representação social*.

A principal estratégia de entendimento e compreensão das brincadeiras e dos jogos para a formação da capacidade cognitiva e intelectual das crianças é através da

observação e dos resultados no desenvolvimento do pensamento, das habilidades motoras e de desempenho global. Se, por um lado, é necessário compreender o mundo contemporâneo e sua grande influência universalizante, por outro lado, a cultura infantil constitui um elemento de indispensável valor para a sobrevivência da própria cultura adulta.

A criança não pode ser representada como um ser desprovido de criatividade, como, às vezes, tem-se aventado considerar. Não há dúvidas de que os heróis de televisão serão transformados quando passarem a habitar a imaginação infantil. Os brinquedos industriais serão pesquisados pelas crianças e, se fornecerem algum material para a fantasia sobreviverão; caso contrário, serão abandonados no fundo da caixa de brinquedos.

As atividades lúdicas são, extremamente, importantes para a expressão da personalidade e à evolução cognitiva da criança. A criança, por meio do jogo, vai se apropriando pouco a pouco da autoconfiança, do conhecimento de suas possibilidades, de autonomia e de sua relação com o mundo. Além de ser uma situação imaginária, o brinquedo é também uma atividade regida por regras. São, justamente, as regras da brincadeira que fazem com que a criança se comporte de forma mais avançada do que aquela habitual para sua idade. O que na vida real é natural e passa despercebido, na brincadeira, torna-se regra e contribui para que a criança entenda o universo particular dos diversos papéis que desempenha.

Tanto pela criação da situação imaginária, como pela definição das regras específicas, o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento próxima da criança. No brinquedo, a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real e também aprende a separar objeto e significado. Embora num exame superficial possa parecer que o brinquedo tem pouca semelhança com atividades psicológicas mais complexas do ser humano, uma análise mais aprofundada revela que as ações no brinquedo são subordinadas aos significados dos objetos, contribuindo, claramente, para o desenvolvimento do intelecto da criança; uma vez que,

Nas brincadeiras de grupo, as relações sociais são reproduzidas nas relações das crianças entre si. Reguladas por regras implícitas de comportamento, essas relações são uma pré-condição importante para que, aos poucos, as crianças tornem-se consciente da existência de regras na brincadeira. É sobre essa base que surgem os jogos com regras (como amarelinha, esportes, cartas) (Fontana; Cruz, 1997, p. 135).

Na concepção de Piaget (1896-1980), esses jogos são caracterizados pela pré-determinação das regras sociais que, a partir do momento em que compreendem a existência em meio a um mundo onde a presença do outro marca um espaço decisivo, fazem com que se respeitem as regras e que também se crie as próprias, como forma de se impor como ser humano. Se, em uma fase anterior, a criança brincava sozinha, manipulando livremente os objetos, representando papéis; enfim, brincando com jogos de *faz-de-conta*, essa nova fase inaugura a dependência da participação do outro, a submissão às regras que, estabelecidas *a priori*, vão permear a brincadeira e exigir controle do comportamento. Para pular amarelinha cada participante deverá esperar a sua vez, respeitar os limites desenhados, intercalar o salto de um pé com os dois pés, sendo que o participante que não respeitar essas regras será eliminado. Assim, tem-se que o prazer da brincadeira deixa de concentrar-se no fazer e volta-se para a realização consciente do propósito que justifica as ações. No caso de uma corrida, as crianças deverão sair juntas; mas, com a proposta de alcançar o objetivo, que é chegar primeiro.

Optar por intervir no desenvolvimento de crianças, no sentido de ajudá-las a se tornarem criativas, cooperativas e mais humanas é um desafio que garantirá não só o direito de brincar, recriando o mundo que a envolve; mas, uma futura relação harmoniosa entre os indivíduos. A criança se expressa pelos seus movimentos, pela sua postura, seus gestos, seu olhar, sua face, seu andar. Portanto, o corpo da criança é fala, é expressão. Tais elementos definem a importância do envolvimento do corpo nas brincadeiras e jogos da instituição de Educação Infantil, não no sentido das técnicas dos exercícios motores mecânicos; mas, de experiências corporais como instância reveladora do ser e do existir, em que o movimento seja uma forma de linguagem capaz de sintetizar emoções e sentimentos.

É primordial reconhecer que, uma vez entendido o papel relevante dos jogos e das brincadeiras no desenvolvimento infantil, o professor deverá encontrar ou preparar o espaço onde ocorra a estruturação dos mecanismos propostos, percebendo a criança como um ser ativo, com possibilidades de tornar-se construtor de seu desenvolvimento. Partindo do princípio de que a brincadeira representa, para a criança, a redução do universo macro ao seu micro universo, com a finalidade não de compreendê-lo, mas de dominá-lo, tem-se que, ao fazer isto, se descobre capaz de torná-lo menos obscuro; mais amplo e apropriado ao que pensa sobre o mesmo e, uma vez que isto se torna possível, começa a elaborar suas teorias em resposta às suas dúvidas e questionamentos. Huguet

(s.d.) argumenta que, o desenvolvimento integral da criança, durante a etapa da Educação Infantil, está concentrado em três grandes áreas do conhecimento, a destacar:

- *Área motora* – inclui tudo aquilo que se relaciona com a capacidade de movimento do corpo humano, tanto de sua globalidade como dos segmentos corporais;
- *Área cognitiva* – aborda as capacidades que permitem compreender o mundo, nas diferentes idades, e de atuar nele, através do uso da linguagem ou mediante resoluções das situações problemáticas que se apresentam. Mesmo assim, é necessário fazer referência às capacidades que a criança dessa idade tem para criar ou comunicar-se através do uso de todas as linguagens (verbal, artística, etc.);
- *Área afetiva* – engloba os aspectos relacionados com as possibilidades de sentir-se bem consigo mesmo (equilíbrio pessoal), o que permite confrontar-se com situações e pessoas novas (relação interpessoal) e ir estabelecendo relações cada vez mais alheias, distanciadas, bem como atuar no mundo que o rodeia (atuação e inserção social) (Huguet, s.d. *apud* Lopes, s.d, p. 31).

Nas brincadeiras as crianças aprendem muito, em seus jogos elas denotam regras e conhecimento, dinamizam conceitos e aprimoram experiências. Os jogos e as brincadeiras permitem que o aprendizado seja realizado sem traumas ou mecanização, pois através das brincadeiras e dos jogos a criança interage diretamente com o conhecimento e o constrói de acordo com suas possibilidades e realidade. Segundo Vygotsky (1998), a criança, ao brincar, cria uma situação imaginária onde existem sempre, regras, pelo simples fato de que a partir do momento em que existe uma situação imaginária esta tem regras de comportamento que são representadas na brincadeira.

Assim que, a essência da brincadeira é a possibilidade que a criança tem de evidenciar de maneira simbólica, as motivações, os planos, as intenções, criando uma nova relação entre situações reais, preenchendo suas próprias necessidades. Trata-se de uma atividade específica da infância, em que a criança recria a realidade usando sistemas simbólicos. É uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na Educação Infantil encontram-se atividades que estão dentro do espectro da ludicidade, estas que são reconhecidas como um recurso importante para o processo de

aprendizagem, na medida em que, o brincar em um cenário escolar possui a função de transmitir às crianças conhecimentos como à leitura, escrita, habilidades na resolução de problemas matemáticos, e também informações nas áreas de História, Geografia e Ciências. Lamentavelmente, as brincadeiras e os jogos, na maioria das vezes, não são utilizados como instrumentos voltados para ampliar a capacidade de aprendizagem dos estudantes. O brincar é considerado como sinônimo de dispersão e, assim, não é utilizado como um procedimento valioso para este fim.

As brincadeiras e os jogos devem fazer parte do currículo educacional em sala de aula, pois tem-se que entender que o brincar contribui para o desenvolvimento de vários aspectos cognitivos que induz a processos de aprendizagens. Portanto, a recreação pode ser uma grande colaboradora no desenvolvimento e no aprofundamento dos conteúdos na sala de aula que são comumente trabalhados com crianças que frequentam a creche e pré-escola.

Sabe-se que a diversão, o lazer, o brincar são direitos garantidos a todo o ser humano, e quando vê-se uma criança apática, isolada em um canto, sem participar de qualquer brincadeira, surge elementos de preocupação, porque a criança que não brinca, está tendo negado seu direito de infância, quer seja pela família ou pela escola. Sendo assim, precisa-se ainda assegurar-lhe este direito fundamental, pois através do brincar, do jogar, do brinquedo e da brincadeira, a criança se descobre, se realiza, e consegue desenvolver-se de modo integral.

Os documentos legais deixam bem claro que o educar e o cuidar devem caminhar juntos, o que implica em uma prática pedagógica respaldada em uma visão integrada acerca do desenvolvimento infantil, respeitando as singularidades de cada criança e oportunizando situações de aprendizagem significativas e prazerosas. Ao se proceder a tal entendimento, sob os aspectos legais, pedagógicos e didáticos, tem-se a devida noção da importância do brincar na vida escolar de uma criança; logo, deve-se propiciar situações de cuidados e brincadeiras organizadas em função das características infantis, de forma a favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem através de experiências que as conduzam ao conhecimento e a uma posterior capacidade de interpretação dos fenômenos.

Em relação ao espaço do brincar, pode-se afirmar que isso ficou complicado, pois na rua as crianças não têm mais a liberdade de antes, por causa dos riscos e perigos. No entanto, algumas crianças ainda têm alguns privilégios como ir a parque e clubes. Mas,

pensando também naquelas que não gozam do mesmo privilégio o que pode-se fazer para proporcionar um meio agradável para essas crianças, para que possam travar contato com um espaço intrapsíquico onde podem divertir-se com suas descobertas?

Assim, não se pode esquecer que o brincar na rua é um momento de interagir com outras crianças, visto que muitas vezes em casa o espaço é limitado. Para tanto, deve-se introduzir este brincar prazeroso no conteúdo escolar, pois na escola a dimensão de interpretação lúdica da brincadeira e do jogo tem maiores chances de acontecer. Por outro lado, as moradias nos dias atuais estão cada vez mais apertadas e os adultos envolvidos em seus afazeres, as crianças de classe média não têm lugar para brincar e não devem atrapalhar o andamento do lar com seus brinquedos.

Outro ponto relevante a ser destacado é o fato de que a televisão ocupa um espaço significativo para a maioria das crianças. No momento em que a criança começa a se despertar para o mundo ela está justamente em frente de uma televisão. Dessa forma, ela vai conhecendo outras formas de prazeres, o que faz com que as brincadeiras e jogos que exigem movimentos amplos e investigações profundas vão ficando de lado. Dessa forma, a criança começa a perder o interesse pelo lúdico, pelo científico e passa a se despertar para questões novas no seu cotidiano que exigem pouca ou nenhuma atividade intelectual, uma vez que tudo já é dado em seu formato colorido e determinado dentro de um estado de perfeição, aparentemente, harmônica.

Como não poderia ser diferente, o tempo dedicado ao brincar na escola também continua quase impossível, e por sinal, escasso. E são várias as justificativas para tal “falta de tempo”. Parece que a mais conhecida delas é a de que: “*Precisamos trabalhar muitos conteúdos*” e, “*Por isso não sobre ou, não temos tempo a perder*”.

Entende-se assim que, quando a criança estiver na escola, devem lhe ser propostas as mais variadas e diversificadas situações que oportunizem experiências individuais sistemáticas ou ocasionais, necessárias ao seu desenvolvimento integral, no intuito de resgatar o gosto e o interesse pelo lúdico. Pode ser criado, assim, em sala de aula um espaço lúdico-pedagógico de consolidação de aprendizagens, onde se aprende brincando e se brinca aprendendo. A ênfase está em transformar o *saber em fazer*, e, assim, proporcionar tempo-espacô para o ato de brincar na educação escolar.

Partindo deste estudo, precisa-se ainda ressaltar que as brincadeiras são fontes de estímulo, que possibilitam às crianças: o desenvolvimento cognitivo, sócio-interativo, afetivo e linguístico. Neste sentido, é importante estimular a criança a brincar. Os

professores devem oferecer brinquedos, tempo e espaço adequados e suficientes para a prática do brincar pelas crianças, considerando a sala de aula como o espaço por excelência em que três perspectivas – cuidar, educar e brincar – se encontram e esse encontro precisa ser de tal forma que o resultado seja uma criança feliz, dotada de pensamento criativo e autônoma.

Sugere-se às escolas uma reflexão sobre a percepção do espaço físico como instrumento socializador e proporcionador de aprendizagens significativas para a criança. Contemplando os diversos interesses da sociedade, da família e, principalmente, da criança e reconhecendo o impacto que o espaço físico exerce sobre as ações individuais, o professor pode organizar este ambiente em função de atendê-las, em suas reais necessidades. Contudo, é importante perceber qual o espaço que se tem e de qual se necessita. Reconhecer as limitações existentes é uma boa forma de repensar as atividades propostas e quais brincadeiras e jogos se pode realizar, de modo individual, em grupo ou ainda com vistas ao atendimento pedagógico. Há que se pensar, também, na precariedade de equipamentos, mobílias, recursos materiais ou quando os têm se são usados de forma adequada pelos profissionais. O espaço deve ainda promover sensação de segurança e confiança. Ser provocador nas diversas formas de expressão: gráfica, motora, musical, etc. e permitir uma interação criança-criança, criança-adulto e criança-objeto. Dessa forma, atenderá ao bem-estar das crianças, dando-lhe oportunidades para o contato social, privacidade para o crescimento físico, cognitivo, afetivo e construção autônoma de sua identidade.

Para que essas garantias sejam afetivas, não é necessário excluir ou quebrar as estruturas das escolas de Educação Infantil já existente. Basta uma compreensão de como utilizar os espaços, a partir das necessidades básicas da criança. Enfim, os espaços organizados devem ter como objetivo a vivência plena da infância, partindo dos princípios da Educação Infantil, pautados em uma proposta curricular idônea.

## **REFERÊNCIAS**

FONTANA, Roseli; CRUZ, Nazaré. **Recreação infantil**. In: FONTANA, Roseli; AMARAL, Flora Neiva. **Psicologia trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

LOPES, H. S. S. **As brincadeiras e os jogos na pré-escola**: proposta pedagógica da pré-escola. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, s.d.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

## **Capítulo 6**

### **UMA INTERPRETAÇÃO FENOMENOLÓGICA DO COMPLEXO DE FEDRA**

***Sérgio Rodrigues de Souza***

*Pós-Doutor em Psicologia Social. Psicanalista. Consultor Científico. Licenciado em Pedagogia. E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.*

***Marli Rodrigues de Oliveira***

*Acadêmica de Psicologia pela Faculdade Doctum Serra - ES. E-mail: marli.olv@hotmail.com.*

#### **RESUMO**

Este artigo aborda a temática 'O Complexo de Fedra'. Sua relevância científica situa-se no fato de contribuir para o enriquecimento dos anais científicos acerca dos fenômenos que acometem os seres humanos em seus laços de afetividade e desenvolvimento da psicossexualidade, tanto infantil quanto adulta. Sua relevância social situa-se no âmbito de esclarecer ao público leigo que desejos os mais variados fazem parte da vida humana e podem manifestar-se em diversas direções sem que haja perda do senso de caráter e virtude, uma vez que muitas destas manifestações encontram-se fora da esfera de controle individual consciente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e explanativa. O objetivo a que se pretende é aprofundar os estudos acerca do tema e ampliar o conhecimento em torno do funcionamento da *psique* humana. O complexo de Fedra é um tema pouco estudado pelo meio psicanalítico, tratando-se como uma manifestação de desejo de cunho, geralmente, obsessivo e neuropático da madrasta pelo enteado. A paixão de Fedra pelo jovem Hipólito é algo que ultrapassa os limites do desejo erótico, é uma expressão catártica do ego dominado pelo Complexo de Édipo, em que

inexistente a barreira de proibição filogenética imposta pelo incesto, tem-se o caminho livre para avançar sobre um terreno que se mostra frutífero, porque entre ambos precede uma relação de afeto e carinho. Este sentimento é produto da ação mnemônica latente e que faz o trabalho de inversão do desejo libidinoso latente com relação ao objeto não alcançado e quando as linhas cruzam-se num determinado momento do tempo eclode com enorme violência não permitindo uma análise conjuntural dos fatos o que termina em manifestação neurótica por parte dos envolvidos uma vez que pesará sobre seus ombros a opinião pública e as sanções sociais. Observa-se que houve uma inversão fenomenal de valores e expectativas: Teseu viu em Fedra a imagem de sua paixão adolescente, Ariadne; mas, a jovem viu um velho, não mais o jovem e encantador guerreiro por quem apaixonara-se; porém, ao ver Hipólito, imaginou estar vendo o Amor de sua lembrança.

**Palavras-chave:** Complexo de Fedra. Teseu. Hipólito. Neurose obsessiva compulsiva. Sexualidade feminina.

## **ABSTRACT**

This article addresses the theme 'The Phaedra Complex'. Its scientific relevance lies in the fact that it contributes to the enrichment of scientific annals about the phenomena that affect human beings in their bonds of affection and development of psychosexuality, both in childhood and adulthood. Its social relevance lies in the scope of clarifying to the lay public that the most varied desires are part of human life and can manifest themselves in different directions without there being a loss of the sense of character and virtue, since many of these manifestations are outside the sphere of individual conscious control. This is a bibliographical, descriptive and explanatory research. The objective is to deepen studies on the subject and expand knowledge about the functioning of the human psyche. The Phaedra complex is a subject little studied by the psychoanalytic community, treated as a manifestation of desire of a generally obsessive and neuropathic nature of the stepmother for her stepson. Phaedra's passion for the young Hippolytus is something that goes beyond the limits of erotic desire; it is a cathartic expression of the ego dominated by the Oedipus Complex, in which the barrier of phylogenetic prohibition imposed by incest does not exist, and the path is free to advance on a terrain that proves to be fruitful, because between them a relationship of affection and care precedes. This feeling is the product of the latent mnemonic action that does the work of inverting the latent libidinal desire in relation to the unattained object and when the lines cross at a certain moment in time it erupts with enormous violence, not allowing a conjunctural analysis of the facts, which ends in a neurotic manifestation on the part of those involved, since public opinion and social sanctions will weigh on their shoulders. It is observed that there was a phenomenal inversion of values and expectations: Theseus saw in Phaedra the image of his adolescent passion, Ariadne; but the young woman saw an old man, no longer the young and charming warrior with whom she had fallen in love; However, when she saw Hippolytus, she imagined she was seeing the Love of her memory.

**Keywords:** Phaedra complex. Theseus. Hippolytus. Obsessive-compulsive neurosis. Female sexuality.

## INTRODUÇÃO

Toda a vida dos seres humanos é marcada por sentimentos os mais diversos, indo dos mais simples e compreensíveis até os mais complexos, que demandam uma dimensão mais profunda de estudos, sendo mais difícil a sua compreensão, por vezes, por causa dos valores sociais a ele agregados. Tal ocorre desde que se nasce até o momento em que se morre. Alguns sentimentos são aceitos pela sociedade, enquanto outros não, o que não os impede de ocorrer, uma vez que o ser humano não detém poder suficiente para controlar as forças psíquicas que desconhece; cabendo a cada parte envolvida no processo, a manutenção dos mesmos sob sigilo ou revelando-os a outrem, mesmo sabendo a que riscos se incorre, ao fazê-lo.

A literatura clássica grega forneceu a Sigmund elementos que permitiram-lhe identificar o *Complexo de Édipo*, um momento na vida infantil em que a criança é tomada de amores pela mãe ou pelo pai, conforme o sexo desta, sem dar-se conta disto, porque possui, nesta fase, um cérebro ainda imaturo e não desenvolvido o suficiente para determinar e direcionar os seus pensamentos. De igual forma, a literatura trágica grega ofereceu elementos para determinar o *Complexo de Fedra*, um processo fenomenológico de caráter amoroso que ocorre em *maior grau* por parte da madrasta em direção ao seu enteado, ressaltado a expressão em destaque porque pode ocorrer, também, a partir da mãe em direção ao filho, sendo menos explícito, porque protegido pela construção social do amor materno incondicional.

A sua complexidade reside no fato de que esta paixão acontece quando o enteado já está no período final da puberdade/início da juventude, ou seja, já é um homem, com domínio razoável de suas emoções. Tal complexo é produto de uma paixão reprimida e que não pode ser consolidada, ficando, portanto, latente e em condições de um desejo não satisfeito e, uma vez não realizado, basta que encontre seu objeto direcional para que exploda de maneira incontrolável, exatamente, porque sobre ele pese a questão afetivo-moral, não uma restrição legal, como acontece com a relação mãe-filho.

O primeiro relato conhecido e que deu nome ao complexo ocorre entre Fedra e seu enteado Hipólito, um conto clássico que foi transformado em peça trágica por Eurípides (485/84 a.C.-406 a.C), sendo representada no teatro de Atenas ano de 428 a.C. O autor trágico descreveu processos psíquicos como a obsessão, a paranóia, o *voyeurismo*, a epilepsia, a demência com tanta clareza que chega a encantar e a impressionar [*e mesmo*

*em alguns casos, a antecipar] as [supostas] descobertas da Psiquiatria contemporânea.* Mostrava como os homens eram governados por uma força imperiosa e invisível, que era capaz mesmo de os levar a extremos, ultrapassando os valores estéticos e morais de uma época. Expõe o mundo intrínseco dos personagens *[de forma tão clara]* como se fosse possível desnudá-lo por completo e o espírito e o sentimentos mais profundos, incontroláveis destes pudessem ser desvelados ao público. O personagem era desrido de sua máscara. Assim, afirmar que ele é o primeiro psicólogo é uma digna abordagem, uma vez que mostrou no teatro *[diante de leigos]* o que Charcot veio a mostrar mais de dois mil anos depois na Salpetriére *[para um público de incrédulos eruditos]* e que Freud veio, magistralmente, a corroborar com a criação da Psicanálise, provando que o último dos grandes poetas trágicos de Atenas estava certo sobre a psique humana e seu comportamento.

Fedra foi uma das principais heroínas de Eurípides, sendo representada mais tarde, em peças teatrais por Sêneca (3 a.C.-65 d.C), no ano de 54 d.C. e por Racine (1639-1699), em 1776. O Complexo de Fedra é um sentimento de imensa violência, porque ocorre de um adulto com relação a um outro adulto, o que sobreleva as possibilidades de concretização do desejo, até então, latente e mais, é uma manifestação de um Complexo de Édipo não resolvido e que guarda em sua composição a inteira digressão com relação à culpa filogenética do incesto, havendo, com alguma possibilidade, um sentimento de culpa em relação aos laços afetivos que ligam os envolvidos no triângulo amoroso.

Trata-se de uma manifestação empírica, em que toda uma construção ontogenética se mostra presente, quando se analisa o caso, com a devida acuidade técnica, revelando traços de paixão mnemônica que não foi compensada psicologicamente; entendendo por esta expressão que, o elemento caracterizante do impedimento ao direcionamento amoroso não existia, ou seja, a manifestação edípica se deu em direção a um indivíduo sem vínculos sanguíneos com ela, ou seja, a madrasta apaixonada pelo enteado está a amar uma versão mais jovem do pai, aquela mesma que se viu impedida de amar, quando criança e que agora, se vê na possibilidade de o fazer.

Na mesma proporção interpretativa a que se atribui ao Complexo de Édipo, o Complexo de Fedra é um componente antropológico, ou seja, é algo inerente à existência fenomenológica humana, com a diferença de que o primeiro se manifesta na primeira infância, ocorrendo uma revivescência no início da adolescência e, o segundo, acontece somente na idade adulta, quando se presume que os sentimentos oriundos de impulsos

deveriam representar objeto de controle por parte do indivíduo. Com isto, se esclarece que a sociedade sabe que ele existe; porém, não o reconhece como algo plausível de aceitação.

## O COMPLEXO DE FEDRA

O Complexo de Fedra refere-se a uma atração clássica patológica entre madrasta e enteado; uma contrapartida da relação edipiana, observada mais frequentemente em consequência das taxas cada vez maiores de divórcio e novos casamentos. Porém, este sentimento amoroso não se caracteriza de forma genérica e espontânea, motivado simplesmente pela ausência de laços de sangue a unir as partes; porque o que surge entre os envolvidos [*ou de uma única parte*] é um verdadeiro *pathos*, um sentimento amplo, profundo e um desejo incontrolável de posse do objeto amado. Surge dos contos e histórias clássicas dos gregos e que ganhou espaço no teatro o que permitiu que chegasse com mais força nos tempos modernos. No teatro trágico ganhou duas versões sendo uma repudiada pelo público porque Fedra, a madrasta apaixonada, revela a seu enteado o seu amor e seu plano de conspiração contra o rei, seu marido e pai do seu objeto de desejo. A segunda versão, a que chegou até os tempos modernos é uma ama em que leva a notícia até Hipólito e este rechaça a ideia, sendo transmitida à jovem. Após o repúdio do rapaz, Fedra entra em desespero e, consequentemente, em uma terrível depressão paranóica vindo a entrar em estado de inanição, até que, sem quaisquer condições de lutar contra aquele amor não correspondido, aliados aos seus delírios psicóticos, por causa da debilidade orgânica, suicida.

A paixão de Fedra pelo jovem Hipólito é algo que ultrapassa os limites do desejo erótico, é uma expressão catártica do ego dominado pelo Complexo de Édipo, em que inexistente a barreira de proibição filogenética imposta pelo incesto, tem-se o caminho livre para avançar sobre um terreno que se mostra frutífero, porque entre ambos precede uma relação de afeto e carinho.

Explanado a questão de se tratar de uma manifestação edípica, não sublimada, o que se tem é que este desejo objetal permaneceu latente e tão distinto que soube analisar o momento exato de o realizar, com o ponto de esclarecimento que, na fase da ocorrência do sentimento de posse do pai ou do objeto de amor que o pudesse ter substituído, houve uma construção afetiva que possibilitou o seu surgimento e, o drama se incorreu na hora

da dissolução do sentimento proibido, em que este concentrou-se ainda mais, provocado, talvez, por alguma situação que se encontrasse fora do controle da criança. Nisto, chega-se a um entendimento mais amplo do Complexo de Fedra que, pode ser interpretado como uma tentativa de compensar o sentimento de insegurança que a separação a fórceps provocou em seu ego; ou seja, a mulher possui um ego infantilizado, não amadurecido em direção ao seu objeto de amor, de forma que o confunde com um objeto de posse.

Isto é o que acontece a Fedra, em que não vê o seu enteado como alguém que ama; mas, como alguém que lhe pertence, por direito e, por este motivo, necessita que ele a aceite como sua e não somente ao seu amor, objeto que lhe oferece como um disfarce. Quando vê seu amor ser rejeitado pelo enteado, entra em desespero, porque encontra-se diante de uma situação de perigo iminente, desprotegida diante do monstro que pode devorá-la, da mesma forma que aconteceu quando era apenas uma criança indefesa e que, paradoxalmente, nunca o deixou de ser.

Aplicando este mesmo princípio interpretativo às madrastas apaixonadas por seus enteados, o que se tem é uma condição de revivescência de um *pathos* pueril que, por algum motivo desconhecido não pode ser sublimado, mantendo-se tão intenso que mesmo após muitos anos apresenta-se sob o mesmo anel de violência obsessiva, controlando a dinâmica da situação que se parece um mero ocaso existencial. O problema está em que até mesmo esta felicidade que a amante ressalta sentir é *pathológica*; não pelo fato de manter uma paixão que, nos moldes sociais, pode parecer proibida e até assim considerada; mas, é exatamente pelo fato de quem a sente é alguém que não detém o menor controle sobre seus sentimentos, sendo capaz de chegar ao extremo para satisfazer o seu intensivo desejo determinado pelo seu egodistônico.

Isto demonstra que a sua ocorrência tem suas raízes psíquicas se fundamentando em um estágio pueril do desenvolvimento humano em que a mulher em questão, ainda criança, foi submetida a fortes tensões emocionais e encontrou na figura adulta representada um substituto fálico do pai a quem dirigiu o seu sentimento de pulsão edípica, desejando alcançar um estado fusional com este, não movida por um desejo erótico, mas como uma forma de proteger-se de um mal intenso e devorador.

O Complexo de Fedra aplica-se, principalmente, às madrastas com relação a seus enteados; mas, pode também ser aplicado às mães, com o diferencial de que uma mãe [*biológica*] não deixaria a sua paixão pelo filho ir a extremos por causa das sanções sociais que abominam o incesto; mas, no inconsciente paterno ele faz um estrago monstruoso,

com verdadeiros sentimentos de ciúmes e ódios irracionais contra o filho. Para que o mesmo ocorra é preciso que a mulher tenha a imagem do seu amado por ocasião do seu ímero em estado latente em sua memória inconsciente. Esta imagem do homem forte, vigoroso e jovem é a do marido no 'dia' de seu casamento que, sobrevivendo em estado de latência, é despertada pelo filho quando este chega à idade de seu pai recalcada no inconsciente materno, que é realçada na forma de pulsão, controlável apenas pelo superego (regras sociais extremamente rígidas).

A questão da ocorrência observável do complexo de Fedra sendo levado às ultimas consequências entre madrasta e enteado e não entre mãe e filho é que a primeira está sob uma condição de egodistônico, onde uma pulsão ídica determina que assim se proceda, sob o risco de que continue assombrada por um medo que a assombra desde a sua ocorrência. Diferente disto é a mãe, que guarda, em relação ao marido, uma memória estética, menos violenta e mais fácil de executar o controle do *patos* que se cria entre ambos em que, geralmente, nesta relação há a presença do superego, representado na figura do pai, que afasta, um pouco, a mãe do filho e mesmo da manifestação de seu amor edípico.

No caso da madrasta, ocorreu uma situação em que a sua satisfação egóica foi impedida; porém, não direcionada a um objeto que pudesse auxiliar na dissolução do complexo de Édipo, o que a deixou fixada naquela fase e com uma fixação mnemônica em seu objeto-alvo de amor libidinoso. Mesmo que em mulheres que não sofrem desta neurose, esta condição também seja observável, o fato é que buscam uma figura semelhante, diferente do que acontece nos casos aqui em estudo, em que a busca é por uma figura idêntica. E, nesta busca vale tudo para satisfazer um egodistônico, até mesmo porque quem detém este tipo de construção não compreendida sobre a própria personalidade acaba se tornando obsessiva, dado a fragilidade emocional que o consome em seus pensamentos sobre as coisas e sobre tudo o que o cerca. É uma situação muito delicada e que deve ser analisada com extremo rigor e cuidado, até mesmo porque o tratamento não se reduz a intervenções superficiais ou a ameaças de sanções que extrapolam os limites consideráveis.

O personagem que deu origem ao estudo do problema, Fedra, marcante na obra de Eurípides e também na mitologia, deseja a posse do enteado como a um objeto que lhe pertence por direito divino e, quando analisado, detalhadamente, quanto ao comportamento evolutivo da paixão que conduz ao sentimento patológico em si, tem-se

que, primeiro, a madrasta toma de um anelo em relação ao objeto de amor que se alimenta pelo vouyerismo, em que se perde a observar, à distância, o seu amado, sem que ele a veja ou mesmo perceba que está sendo objeto de admiração platônica.

Mas, como se trata de alguém que possui um egodistônico, esta condição não lhe satisfaz o suficiente e seu ego distorcido emocionalmente anseia por muito mais e passa a desejar a posse do amado, como se assim pudesse fundir-se a ele, tornando-o parte intrínseca de si. Isto pode parecer, ao primeiro olhar um desejo erótico sexual; mas, está muito além disto e se trata de um modo desconhecido de encontrar um estado de equilíbrio para o medo irracional que a consome desde pequena e, ao agir desta forma, é como se pudesse impedir que o seu protetor *fosse embora*, compreendendo que, no pensamento infantil, a expressão *ir embora* significa morrer; ou seja, ela busca, de uma forma que não consegue compreender, levar o seu objeto de paixão a viver eternamente em si.

Na última etapa de manifestação do complexo de Fedra, tem-se a culpa consumindo a vítima, porque é isto que se torna de seu próprio egodistônico, em que a paranóia passa a consumi-la, tomada pelo medo de que seja castigada por alguém que detém poder para tal, no caso, o pai, em contraste ao Complexo de Édipo, em que a menina teme ser violentada pelo ódio da mãe, o que revela que está-se aqui, com uma situação de ocorrência ontogenética, ou seja, uma revivescência de uma situação psicológica ocorrida e que era para ser natural para a criança e que não foi, devido a algum fator externo, o que provocou um trauma, fazendo surgir um ego que manteve-se fragilizado e, encontrando a situação apropriada se manifesta, em direção contrária ao que a natureza desenvolveu como aspecto de normalidade personológica.

No caso de Fedra, a história nos daria um vazio, um desafio insolúvel ao analista e ao historiador caso ela não tivesse conhecido Teseu em sua juventude. Tal embaraço é o mesmo que se dá com D. Quixote quando alguns teóricos afirmam que Alonso Quijano nunca viu ou conheceu Dulcinéia Del Toboso. Não a tendo conhecido, não haveria como criar-lhe até o pseudônimo e conservar em sua memória a imagem de tamanha beleza. Até mesmo o mais ferrenho delírio tem que obedecer a certos padrões de desenvolvimento... De certa forma temos que nos curvar a Aristóteles de Estagira quando este afirma que toda a inteligência passa pelos sentidos... Parafraseando este autor pode-se afirmar que 'até mesmo a mais desvairada loucura passa *[obrigatoriamente]* pelos sentidos.'

Tanto o indivíduo louco quanto aquele que se encontra em perfeito estado de funcionamento de seus pensamentos experimentarão as mesmas experiências cognitivas; a forma com que cada um irá decodificar as ações internalizadas por meio dos órgãos dos sentidos é que determina se é um doente dos nervos ou um ser normal. Este é um dos principais preceitos defendidos por Carl Gustav Jung (1875-1961) e que se pauta em observações clínicas durante décadas.

É sempre muito difícil determinar como as experiências afetam os sentimentos e os pensamentos de cada indivíduo, até pelo fato de que não se sabe quais delas ocorrem no mundo intrapsíquico de cada um. Tudo leva a crer que a cidade de Creta, sob o governo do Rei Minos, embora fosse muito avançada em termos culturais, representava um lugar de terror e o horror já havia assumido o controle sobre todos os habitantes daquela Pólis. E mais, era um tipo de assombro psicológico, em que ninguém ousava levantar-se contra a crueldade do sacerdote dominado pela loucura mais intensa.

Quando Teseu aparece, disposto a exterminar o monstro e colocar fim àquela insanidade, encontra um caminho já trilhado neste sentido, não havendo quem ousasse empreendê-lo e, o fato de que a própria filha de Minos tome parte ativa no empreendimento, já dá mostras de que havia outros, além dela que ansiava por um fim; porque, apesar de não haver registros neste sentido, tudo leva a crer que jovens cretenses também eram condenados ao labirinto e, a julgar pelo apego de Fedra, ainda criança ao jovem herói, tomando-o como a uma tábua de salvação neurótica, o fosso era uma ameaça recorrente para as crianças em qualquer situação que fosse desaprovada pelos adultos.

Com relação à personagem e seu transtorno psicológico, Fedra era uma criança quando sai de Creta e retorna a ela, para casar-se com o irmão, já adulta; mas, a idade adulta para os gregos em que a mulher era considerada apta ao matrimonio era sete anos de idade. Com isto, tem-se que ela retorna ainda antes de entrar na fase de latência, em que acontece uma sublimação dos sentimentos de ódio, medo e outras situações que atravessam a fase infantil por ocasião da manifestação do Complexo de Édipo. Eis que, esta situação bem poderia auxiliar na explicação dos sentimentos confusos que atormentavam o pensamento da Heroína de Eurípides. A proposta que ela faz a Hipólito bem lembra uma reprodução de cena já realizada em momentos anteriores, porque a sua irmã, Ariadne passa a sofrer de convulsões, obrigando Teseu a abandoná-la em favor de Dioniso, situação estranha de se entender, vindo do Herói, que não estava habituado a obedecer aos desígnios de nenhum deus.

Ao seguir esta linha de pensamento sobre Fedra, o que se tem é que esperava contar com o apoio de seu enteado na empreitada, o que não acontece e, desolada toma o caminho mais curto para a vingança e para uma vida honrosa. A julgar pela idade em que é tomada em matrimônio por Teseu, está-se a falar de uma mulher ainda muito jovem, tomada por sentimentos confusos quanto à própria existência e tudo o que a cercava e que, ainda não tivera filhos e, o que isto pode interferir na análise é que encontrava-se livre para levar adiante qualquer plano ousado, uma vez que seus descendentes não seriam punidos.

O retorno de Fedra à Creta deve ter-lhe representado um novo trauma, revivendo todas as situações de enfrentamento do medo e da insegurança em relação ao labirinto, mesmo que o monstro houvesse sido decapitado pelo Herói Salvador. Havia algo muito profundo nos sentimentos da Heroína que a fazia não mais sentir-se segura ao lado de seu antigo amor; aliás, provou-se não ser assim, era apenas uma fixação mnemônica que, uma vez revivenciada, provocou a ruína até mesmo de um deus, que puniu a um inocente, sem qualquer caráter de piedade.

Mesmo que Eurípides tenha apresentado apenas a mulher apaixonada em conflito no palco, a mitologia permitiu compreender os passos de Fedra antes de se tornar a esposa de Teseu, até porque as peças eram construídas a partir dos contos que traziam personagens importantes para a história da nação. O grande mérito dos atores trágicos foi proporcionar argumentações profundas e análises contundentes sobre a vida destes heróis que permaneceram presentes nos contos, nas lendas e nas interpretações existenciais. Ela chega ao teatro já tarde, quando a própria Atenas e todo o pensamento já começavam a sofrer interferências de questionamentos dos pensadores, fazendo nascer a condição de subjetividade.

Quando Teseu chega à Creta e mata o Monstro que assombrava os trezenos ele traz consigo Ariadne e Fedra vem junto. Pode-se presumir que esta deveria ter por volta de quatro ou cinco anos [*a idade de desenvolvimento do Complexo edipal*]. Porém, Ariadne é abandonada em uma ilha para ser desposada por Dioniso e a jovem Fedra passa a ter a Teseu só para si. Seu desejo inconsciente se realiza. Porém, isto a angustia, porque amava a irmã mais velha. O complexo, desenvolvido de forma um tanto diferente, se dá com a menina: ela ama o pai e odeia a mãe ou desenvolve uma atitude ambivalente em relação a ela. Toda esta situação, com seus amores e ciúmes violentos, com seus conflitos e

repressões inevitáveis, determina uma quantidade enorme de esforço e tensão psíquicos que pode dar origem a desordens emocionais intermináveis.

Não se pode afirmar que Fedra fosse louca; tal argumentação seria exigir demais de uma personagem tão forte e que foi atravessada por uma série de fatores de excepcional complexidade; mas, que ela sofria de um conjunto sitomatológico neurótico, isto é fato, a julgar por seu comportamento e pelas experiências a que fora submetida desde tenra infância. O ambiente ao qual ela estava submetida era propício ao aparecimento de desordens psíquicas profundas, em que a mãe se apaixona pelo touro de propriedade real, o que já esclarece que o deus protetor de Creta era Posídon, conhecido por ser um deus iracundo, violento e destruidor.

Esta descrição situacional esclarece que ela nasceu e viveu, boa parte de sua vida, em uma ambiente enlouquecido, marcado pela violência e pelo medo exasperado de tudo. Não surpreender que tenha se tornado uma figura estranha e de difícil compreensão quanto ao seu comportamento, indo do extremo da beleza ao extremo da maldade quando não satisfeita em seus anseios mais poderosos. O desejo de posse de um Teseu imagético a conduz a um sentimento incontrolável em direção a Hipólito, criando um triângulo amoroso em que uma das partes é desconsiderada e desconectada, por completo da situação.

Fedra veio morar com a irmã e o cunhado, pois não queria continuar a viver com seu tirano pai. Isto esclarece que ela conheceu Teseu, o herói salvador, ainda jovem, esbelto, forte e cheio de vida e, consequentemente, desenvolveu uma paixão avassaladora por ele, esta que se transformou em um Complexo de Édipo e, quando anos mais tarde ele a pede em casamento, ela aceita sob a ilusão de ser o seu Teseu edípico. Assim, ela cria a ilusão perfeita de estar amando o homem de suas memórias infantis edipianas. Mas, o seu sonho acaba no dia em que presencia seu enteado, que nada mais é que a representação imagética do Teseu que conheceu na sua infância e aí a sua pulsão ídica volta com uma força incontrolável; e, como ela não possui uma sanção social que a impeça de realizar seu intento, fica à mercê de seu desejo pueril, incendiado por um egodistônico. Essa sanção seria a causa incestuosa que era, duramente, reprimida pela religião e pela lei nestes tempos. A religião proibia o incesto entre pais e filhos; mas, não citava nada com relação aos laços não-sanguíneos.

Esta é a grande questão com relação ao Complexo de Fedra, em que parece haver um trio, como o que ocorre no Complexo de Édipo; mas, na condição do segundo, trata-se

de uma criança, alguém que ainda é dependente do objeto-alvo ao qual dirige toda a sua aversão, por causa do controle e do poder que exerce sobre o objeto-alvo de amor. Na condição do primeiro efeito psicológico, já se está falando de um adulto incidindo sobre um jovem imaturo, sob todos os aspectos afetivos e eróticos. Natural que, dadas as circunstâncias, não se interesse eroticamente por sua madrasta, em estado de vigília, uma vez que respeita o pai e o ama, não se mostrando capaz de traí-lo de modo tão abjeto, unindo-se a alguém que trama sob seu teto contra aquele a quem deve respeito.

O conto grego foi tão metódico em sua abordagem que deixou muito transparente o comportamento de ambos os personagens envolvidos na trama, respeitados em seus respectivos aspectos psicológicos de desenvolvimento. A descrição do mal é tão minuciosa que relata cada etapa da vida de Fedra e as condições a que foi submetida até que cai sob o peso da sua neurose, entregando-se à morte como fim último na tentativa de ter o seu objeto de amor. Não podendo amá-lo em vida, o amaria no além-túmulo.

Fedra sabia muito bem como seu marido agiria, mesmo em relação ao filho. Ao deixar um bilhete preso entre seus dedos, já estava a despertar a curiosidade e o tempo exato para que, ao ver seu corpo pendurado e tomado pelo desespero rogaria alguma maldição sem pensar nas consequências que disto adviria. Ela era muito inteligente e astuta, situação comum em indivíduos que atravessam situações conflituosas na infância e que dependem de amadurecer precocemente, a fim de sobreviver em um mundo hostil; lamentavelmente, as crianças submetidas a este tipo de enfrentamento perdem, por completo, a condição de separar os sentimentos, porque desenvolvem um estado de egodistônico; não conseguem conviver com o conflito que as atravessam, mantendo-o em silêncio, não sob controle.

O Complexo de Fedra não é um fato tão simples de ser analisado porque a mulher que o sente passa por três estágios: o voyeurismo, a obsessão e a paranóia, sentimentos típicos de quem sofre de *transtorno obsessivo compulsivo*, descritos por Sigmund em sua obra *Escritos Pré-psicanalíticos*, como *neurose obsessiva compulsiva*. Fedra, primeiro perde-se na questão do voyeurismo por seu enteado, a ponto de mandar construir um templo em homenagem à deusa Afrodite, em Trezena, em um ponto estratégico de onde poderia observar seu enteado a praticar exercícios físicos, sem que ele pudesse vê-la ou perceber que estava sendo admirado à distância. Este sentimento é pelo fato de que quem sofre deste mal se satisfaz sozinho, não porque seja egoísta, é algo muito mais profundo e

complexo, uma vez que se está a falar de uma representação psicológica de uma criança que, apenas está em um corpo adulto.

Passada esta fase, Fedra é tomada por um desejo neurótico obsessivo por Hipólito a ponto de propor-lhe que matariam o rei, seu pai, para juntos poderem viver o seu amor. Este estágio representa o mesmo momento em que a criança, dominada pelo desejo de posse do objeto edípico, deseja a morte do rival na posse do objeto litigioso, sentimento este que o consciente sublima, dado que o intento real é o de eliminar o adversário na disputa erótica. Recusada quanto à sua proposta, entra em uma paranóia de perseguição marcada pelo medo de que Teseu descubra seus planos e atente contra sua vida. No caso da criança, este mesmo sentimento de medo a domina, tanto que a natureza criou logo após a fase edípica, um estágio desenvolvimental que Sigmund veio a denominar de *fase de latência*, um período que se manifesta como se nada do que se passou durante o furacão emocional ocorrido na fase anterior tivesse qualquer relevância ou mesmo se, nem ao menos, tivesse existido. Porém, o adulto já não está mais protegido por esta condição psíquica amnésica que, de igual forma, os sentimentos e desejos de morte contra um dos genitores ficaram o campo do foro íntimo e particular, ao contrário do que ocorre com a Heroína de Eurípides. E é esta situação, em particular, que a leva a definhar chegando a morrer.

A obsessão é um transtorno psicológico complexo tanto para quem dele sofre como para quem convive com tais pessoas. Não existe uma resposta exata para o que pode gerá-la. Traumas profundos que atingem de maneira muito violenta o sistema imuno-psicológico dos indivíduos costumam ser o gatilho de uma série de sintomas emocionais e comportamentais. Observa-se que não é a culpa que a faz entrar em um estado obsessivo-paranoico; mas, o temor da repressão que adviria do seu marido. Não houvesse revelado a sua intenção a Hipólito, seu objeto de amor, poderia viver com a culpa da traição emocional sem que isto a levasse ao extremo de enforcar-se, lançando sobre o rapaz toda a sua ira, como se ele fosse o culpado por sua paixão doentia. A atitude de Fedra revela ódio por ter sido repudiada, o que a faz buscar uma vingança cega e brutal.

Para Freud,

Não é exato dizer que os neuróticos obsessivos, curvados sob o peso de uma moralidade excessiva, estão-se defendendo apenas da realidade *psíquica* e se punindo através de impulsos que foram simplesmente sentidos. A realidade histórica também tem a sua parte na questão. Na infância, eles tiveram esses impulsos malignos de modo puro e simples e

transformaram-nos em atos até onde a impotência da infância permitia. Cada um desses indivíduos excessivamente virtuosos passou por um período de maldade na infância - uma fase de perversão que foi precursora e pré-condição do período posterior de moralidade excessiva. A analogia entre os homens primitivos e os neuróticos será estabelecida assim de modo muito mais completo, se supusermos que também no primeiro caso a realidade psíquica — a respeito da qual não temos dúvida quanto à forma que tomou — coincidiu no princípio com a realidade concreta, ou seja, que os homens primitivos realmente *fizeram* aquilo que todas as provas mostram que pretendiam fazer (FREUD, 2006, p. 102).

Tomando as palavras de Freud por base, pode-se inferir que Fedra, quando esta ainda era criança, ficava a admirar Teseu em seus longos exercícios físicos e pode-se presumir que guardou um desejo latente de possuí-lo, uma paixão reprimida que se manifesta no exato momento em que se lhe apresenta todas as condições factíveis. Este amor suprimido que, mais tarde, reacende com relação a Hipólito é tão somente o retorno de um sentimento primitivo causado por uma situação comum.

Como tudo na mitologia grega segue um padrão de ocasionalidade, apesar de haver a mão das Moiras em meio a tudo, esta condição revela que, a possibilidade de ocorrência do Complexo de Fedra, na sociedade é muito remota; porque não se trata da vulnerabilidade moral quanto ao relacionamento entre madrasta e enteado; há que existir uma conjuntura de fatores sociológicos e fenomenológicos que, a probabilidade de isto acontecer é muito limitada. A sucessão de ocasos em relação a esta mulher e à sua vida, em particular, teria que ser tão grande que isto conotaria uma situação para a qual não existe explicação plausível.

O complexo de Fedra forma-se tal qual o Complexo de Édipo em torno de um triângulo amoroso, com o diferencial de que não é o filho que deseja a posse da mãe e a morte do pai, mas a madrasta que deseja possuir o filho e eliminar o pai da jogada. De forma que é sempre o pai o elemento representante do superego, logo ele é quem deve ser superado, uma vez que é quem impede a realização/satisfação do desejo latente. Há uma característica marcante deste complexo que é, mesmo havendo o triângulo amoroso, a figura paterna é posta de lado, como se fosse irrelevante, descartável até, porque o foco está na posse absoluta do objeto de amor. Quando Fedra propõe ao enteado, por quem estava caído de amores, dominada por sentimentos confusos e dissonantes, que se atentasse contra o pai e, há que esclarecer aqui, uma diferença existente entre a questão de marido e pai, o primeiro entendido como alguém a quem se faz um compromisso social e o segundo aquele que detém a autoridade suprema e que, na sua presença, todos são

submetidos ao seu poder e às suas regras. Em seu pensamento e desejo de controle, era contra o segundo que estava a atentar, o que foi considerado por Hipólito como o que interpretou e que rejeita, pois ainda que não seguisse os deuses de seu pai, o admirava e não saberia como viver sem seu poder a subjugá-lo.

Eis aqui outro problema de interpretação executado por Fedra em relação ao seu objeto de amor, em que ao ver Hipólito não apenas julgou estar vendo um Teseu mais jovem, no aspecto físico, como também deixou-se seduzir pelo amálgama de que o rapaz possuísse a força, a coragem e a ganância pelo poder que sempre representou a vida e a existência de seu pai que, em um primeiro instante provou que o Rei, seu pai, era fraco e impotente e, ao derrotar o mal, trama para tomar o trono a partir de uma promessa inocente. De alguma forma estranha, Fedra, que estava a bordo do navio que trazia de volta para casa o agora Herói e os jovens condenados, sabia como foi planejado a derrota do Rei que, com a sua morte, automaticamente, Teseu, considerado como um guerreiro ousado e destemido, seria elevado ao cargo sem nenhum problema.

Fedra, dominado por seu ego, faria qualquer coisa para alcançar o seu objetivo que estava muito além do desejo de posse do trono, coisa que já possuía; isto, talvez tenha feito com Hipólito caísse em dúvida sobre as verdadeiras intenções de sua madrasta. Imaginar-se como objeto de posse de uma mulher representava um assombro para o jovem e, a ideia de reinar sobre outros também estava fora de seus planos, o que permite deduzir que a idade entre ambos já estava fora de conexão, com a Heroína com um pouco bem mais de idade em relação a ele. Para ela, isto era o tipo de coisa que não lhe importava, porque o seu desejo era motivado por uma condição peculiar e que não podia ser explicada de modo atropelado, demorando muito tempo para que a sociedade ateniense a compreendesse após seu drama ser exposto no teatro.

Como já relatado até aqui, a dificuldade em analisar e interpretar o personagem histórico Fedra e seu comportamento, até se aproximar da compreensão do transtorno neurótico chamado de *Complexo de Fedra* se dá pelo fato de que sem uma anamnese completa e profunda do paciente, trazendo à tona toda sua história de vida, não é possível saber se se está tratando de um sintoma motivado por uma paixão estética ou se está diante de um caso clínico complexo em que a solução do mesmo é atravessada pela tentativa de resolução de um conflito emocional provocado por um trauma tão profundo que fez com que o paciente ficasse fixado na infância, mantendo todos os seus sentimentos violentos e desejos tão insanos quanto incontroláveis.

## O COMPLEXO DE FEDRA E SUA CORRELAÇÃO COM A CRISE DOS QUARENTA ANOS

Como já ressaltado em outra parte deste ensaio, o *Complexo de Fedra* é uma ocorrência fenomenológica muito complexa e que depende de uma série de fatores para que se manifeste em toda sua pulsão libidinal e se consuma como um fato entre madrastas e enteados. Isto não quer dizer que a sua manifestação também não se dê entre mães e filhos. No casamento quando o homem começa a envelhecer; a mulher tende a afastar-se, ereticamente, do marido, dividir a cama, separar os quartos, a pedir ajuda aos filhos e é neste período que muitas das vezes começa a neurose masculina, que pode ser chamada de *crise dos quarenta anos*. Inconscientemente, o marido começa a pensar que a mulher não o ama mais, que quer abandoná-lo, que tem um amante mais jovem e coisas do gênero. É muito natural que este complexo apresente-se na casa dos quarenta anos para o homem, e não há nada de paranormal nisto, ou seja, uma regra pré-definida. O caso se dá da seguinte maneira: um casal se casa tendo o homem por volta dos vinte anos de idade, a mulher com os seus dezoito.

Segundo Hellen Fischer (2006, p. 38) “a maioria dos homens e mulheres de todo o mundo se casa na faixa dos 20 (vinte) anos.” O primeiro filho nasce daí a 2 (dois) anos, aproximadamente, quando o marido já conta 22 (vinte e dois) anos de idade, mas ele era a grande paixão da esposa por ocasião do casamento, ou seja, quando tinha os seus 20 (vinte) anos de idade. O tempo passa, o filho cresce muito semelhante ao pai e este ao entrar na casa dos seus louros vinte aninhos será idêntico ao homem por quem sua mãe se apaixonou e fez questão de guardar esta imagem mnemônica em seu inconsciente. Este filho a quem tanto ela ama é a reencarnação do seu Cupido que, hoje só é detido pela força do superego. Se este mesmo complexo sentimento recalcado ocorre no homem ele é menos perceptível..., talvez pelo fato de o amor no homem ser mais violento e também de duração mais curta, mais efêmero.

A figura paterna sempre foi muito ligada ao poder e lhe emprestaram uma aura mística que a tornou, ao mesmo tempo, necessária de um controle emocional mais bruto, diferente da mulher, a quem foi dado o direito de ser mais sensível neste campo.

Assim que, esta crise foi o que aconteceu com Fedra com relação a Hipólito, seu enteado. Teseu permaneceu sozinho por muito tempo depois da morte de sua primeira esposa Hipólita, a guerreira Amazona a quem sequestra durante uma jornada aventureira e, nesse lapso de tempo marcado pela solidão e a dor, ouvia muito falar dos encantos de

Fedra, também filha de Minos e irmã de Ariadne, aquela que lhe deu o novelo de linha e a espada para que pudesse matar o Minotauro e encontrar a saída do labirinto. Ela foi também, a paixão da sua juventude. Teseu esperava que Fedra pudesse comparar-se à irmã. E, movido por este ímpeto emocional, casaram-se. Efetivamente ela era tão parecida com Ariadne que Teseu sentiu-se outra vez na flor da juventude (Spalding, 1974).

Fedra, porém, não era tão boa e tão fiel quanto demonstrava o fascínio de sua bela. O jovem filho do rei, Hipólito, que tinha a mesma idade que ela, agradava-lhe bem mais do que seu marido. Quando ela o viu pela primeira vez imaginou estar contemplando seu próprio marido rejuvenescido e, a beleza e a inocência do jovem inflamaram-lhe o coração de tal modo que não pode conter o ímpeto de apaixonar-se por ele. No entanto, ela ocultou sua paixão no fundo do peito. Quando Teseu fez uma viagem a Trezena, para visitar seus parentes e seu filho, ela o acompanhou. Ali também ela tentou conter sua paixão, isolando-se dos outros e chorando seu triste destino à sombra de um pé de mirto. Informado sobre a paixão de sua madrasta, Hipólito ouviu-a com desprezo e sua indignação cresceu quando sua madrasta, esquecendo-se de suas obrigações, sugeriu-lhe derrubar do trono seu próprio pai e dividir com ela o cetro real. Em sua indignação, o jovem Hipólito amaldiçoou a todas as mulheres e imaginou que o simples fato de ter ouvido tão vergonhosa sugestão fosse já um crime.

Fedra não queria mais viver depois que sua proposta fora recusada. Em seu íntimo, lutavam a consciência de culpa e a paixão ardente; mas, a maldade prevaleceu. Tomada de ódio irracional, suicida. Quando Teseu voltou, encontrou na mão enrijecida e fechada de sua esposa uma carta que ela escrevera antes de morrer: *"Hipólito atentou contra a minha honra e só me restou uma saída. Prefiro morrer a ser infiel ao meu marido."*

Teseu, impulsivo como sempre o fora, sem interrogar o moço, sem conceder-lhe a ocasião de justificar-se expulsa-o de seu país, não sem antes lançar-lhe uma maldição mortal, entregando-o à justiça de Posídon, seu pai. Impetuoso como era, o deus do mar faz cumprir o desejo de seu filho, mesmo sabendo da inocência de seu neto. Somente após a morte do filho é que fica sabendo que este era inocente quanto à culpa atribuída a ele por sua madrasta.

A história narra que Teseu ao sair de Creta trouxe consigo Ariadne e Fedra, que na época deveria ter quatro ou cinco anos, veio morar com a irmã e o cunhado, pois não queria continuar a viver com seu tirano pai. Isto quer dizer que ela conheceu o herói ainda jovem, esbelto, forte e cheio de vida e, consequentemente, desenvolveu um Complexo de

Édipo por ele e, quando anos mais tarde ele a pede em casamento, ela aceita sob a ilusão de ser o Teseu edípico. Mas, o seu sonho acaba no dia em que presencia seu enteado, que nada mais é que o Teseu que conheceu na sua infância e aí a sua pulsão ídica volta com uma força incontrolável; e, ela não possui uma sanção social que a impeça de realizar seu intento. Essa sanção seria a causa incestuosa que era duramente reprimida pela religião nestes tempos. A religião proibia o incesto entre pais e filhos.

Com o peso da idade o sexo fica mais maduro; porém, mais escasso. Os endocrinologistas dirão que é devido a não produção ou diminuição de certos hormônios sexuais; já, desde o ponto de vista darwinista e freudiano, afirma-se que todo ser vivo busca no sexo a perpetuação da espécie, logo, tão cedo acabe a vida reprodutiva da mulher, que começa a encerrar a partir da menopausa e a ausência de menstruação, a libido feminina tende a cair e o desejo sexual, consequentemente. Desta forma, a mulher assume uma nova fase de latência, se dedicando aos netos, aos estudos e ocorre um sutil retorno à religião, que significa um retorno ao pai, algo como se a mulher adulta voltasse a ter sentimentos infantis inconscientes, marcados por algum tipo de insegurança psicológica.

Este esclarecimento não é o que se aplica ao complexo de Fedra, em que tais sentimentos irão acontecer obedecendo a uma característica fenomenológica muito específica e precisa, traçada em parâmetros os quais uma ocorrência traumática leva a uma internalização de um *pato* estranho e inexplicável de modo imediato. Quando se estabeleceu uma correlação de nexo causal entre a neurose aqui estudada e a *crise dos quarenta anos* é nada mais que um mecanismo de estudos em que o sentimento pode ser categorizado como algo próximo, uma possível explicação para uma ocorrência que já se tornou filogenética para a maioria dos casais.

O que se pretende esclarecer aqui é que, o transtorno psicológico aqui abordado não pode ser confundido, de modo integral, com uma situação humana tão recorrente que já se tornou normal e que pode ser resolvida através do entendimento das partes. O Complexo de Fedra é uma expressão fenomenológica de elevada complexidade, respondendo a uma situação nascida e desenvolvida em meio a uma crise traumática, onde a criança é dominada pelo medo e o assombro constante, persistente e crescente, fazendo com que busque uma solução neuropática para o seu enfrentamento psíquico.

## CONCLUSÃO

O Complexo de Fedra é um sentimento de paixão, derivado do Complexo de Édipo, manifestando-se entre madrastas e enteados. É algo que pode ocorrer, também, entre mães e filhos e, de fato, geralmente, ocorre, porém, sem a denotação de desejo sexual explícito como acontece com a primeira em relação ao segundo. Pode até que possua tal teor e chegue as vias de fato quando acontece de serem casais separados e/ou o pai esteja morto o que exige, de igual forma que a mãe tenha uma condição neurótica muito forte ao ponto de não reconhecer a linha que divide os mundos de ambos.

Este sentimento é produto da ação mnemônica latente e que faz o trabalho de inversão do desejo libidinoso latente com relação ao objeto não alcançado e quando as linhas cruzam-se num determinado momento do tempo eclode com enorme violência não permitindo uma análise conjuntural dos fatos o que termina em manifestação neurótica por parte dos envolvidos uma vez que pesará sobre seus ombros a opinião pública e as sanções sociais. Observa-se que houve uma inversão fenomenal de valores e expectativas: Teseu viu em Fedra a imagem de sua paixão adolescente, Ariadne; mas, a jovem viu um velho, não mais o jovem e encantador guerreiro por quem apaixonara-se; porém, ao ver Hipólito, imaginou estar vendo o Amor de sua lembrança.

Esta situação conflituosa que marca o Complexo de Fedra deve ter representando um momento tão estranho para a cidade de Atenas e seus espectadores quando a peça foi posta em evidência que, nada mais natural que não tivesse ganhado o primeiro lugar, de imediato; demoraria muito tempo para entender um sentimento que, embora existisse, jamais havia sido explorado e posto em evidência até aquele momento. Não se trata de não haverem reconhecido a genialidade de Eurípides, em seu tempo; foi a profundidade do que apresentou que assustou a todos, como uma novidade que mudaria a percepção social sobre o comportamento humano e que criaria uma nova forma de analisar, interpretar e sintetizar a existência humana e suas manifestações fenomenológicas conscientes e inconscientes.

A repressão sociocultural limita, não o aparecimento deste tipo de sentimento, mas, a sua manifestação explícita; porém, é impossível aos humanos poder lutar contra as forças naturais simplesmente dizendo que não existem ou que não são reais, meros produtos de pensamentos distorcidos em conflito com as leis, as regras e os costumes sociais. Desejos, uma vez reprimidos, sempre buscam uma saída e, caso não a encontrem

de maneira adequada e harmônica, forçam e esmurraram até conseguirem manifestar-se, seja por bem, seja por mal. Antes de morrer, a Madrasta busca vingança contra quem a rechaçou e alcançá-la. Seu objeto de desejo é morto pela fúria de Posídon que atende a um pedido de seu filho, Teseu. Aboliu-se o desejo, junto com o desejante e, também, o objeto do desejo. Não o fato de a situação ser uma representação fenomenológica do ocaso aplicado sobre a existência humana.

Como toda história antiga serviu de base para a formação do homem grego, esta contribuiu, de igual forma, para possibilitar uma compreensão mais profunda e dinâmica de alguns sintomas psicológicos que assolam a humanidade e que para os quais falta a devida compreensão por parte da sociedade. Quando o Complexo de Fedra ocorre entre mãe e filho é muito natural que este sentimento recaia sobre o mais velho, pois este nasceu em um período em que o casal estava perdidamente apaixonado. Sob um aspecto filogenético, ele é aquele que traz em si toda a paixão pulsante e delirante que consumia o casal e, ao olhar para ele, é como ver acender todo este ardor juvenil, sentir-se vivo novamente, o que revela ser esta questão de caráter fenomenológico, necessário ao ser humano enquanto espécie.

Fedra sofre duas vezes; uma vez sob o peso do imaginário, ao acreditar que vê em Hipólito a figura de seu objeto mnemônico de amor pulsional. Havia ali somente o corpo deste; não o vigor, a moral e a valentia, e ela sabia disto; porém, dominada por um sentimento sobre o qual não detinha qualquer poder, por estar sob ação de um egodistônico, entrega-se à sua loucura e se perde em meio a ela. Outra vez sofria sob o peso da realidade, pois sabia que aquele não era o homem por quem alimentou tantas e tantas ilusões e, se acaso Teseu, seu marido, viesse a saber, de suas intenções com relação a seu enteado, a execraria.

A compreensão sobre o Complexo de Fedra é algo que necessita que se compreenda o Complexo de Édipo e suas manifestações mais intrínsecas sobre o pensamento infantil, condições que estão muito bem esboçadas e esclarecidas ao longo da obra do Mestre de Viena e, se por acaso, esta condição em particular não ocupou o pensamento de Sigmund ao ponto de expressar suas considerações técnicas, ele leu a peça e a estudou, bem como aos sentimentos e comportamento apresentados pelos personagens na trama, de tal forma que em estudos sobre as neuroses obsessivas apresenta detalhes que os corroboram.

## **REFERÊNCIAS**

- FISCHER, Hellen. *Por que amamos: a natureza e a química do amor romântico*. São Paulo: Record, 2006.
- FREUD, Sigmund. [1913-1914]. Totem e Tabu e Outros Trabalhos. In: *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- LESKY, Albin. *Historia de La Literatura Griega*. Madrid: Editorial Gredos, 1985.
- SPALDING, Tarsilo Orpheu. *Deuses e Heróis da Antiguidade Clássica*. Rio de Janeiro: Cátedra/MEC, 1974.

## **Capítulo 7**

# **ESCLARECIMENTOS SOBRE O *FINGER BOLL* E SUA APLICAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

***Rodrigo Teixeira Silva***

*Licenciado em Educação Física. Especialista em Educação Física Escolar e Psicomotricidade. Professor de Educação Básica. E-mail: rodrigostx\_87@hotmail.com*

***Sérgio Rodrigues de Souza***

*Licenciado em pedagogia. Psicopedagogo. Doutor em Ciências Pedagógicas. Pós-Doutor em Psicologia. E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com*

### **RESUMO**

Este ensaio aborda a temática do Finger Boll, visando a esclarecer a sua aplicação nas práticas da Educação Física Escolar, explorando a vertente pedagógica e didática da ação em si. Trata-se de um assunto de extrema relevância científica, teórica e empírica, porque abre espaços para propostas de ensino, observação a partir de diversas áreas do conhecimento e de [auto]aprendizagem. A sua relevância epistêmica se apresenta no fato de proporcionar condições de se explorar espaços comportamentais e, através da intervenção lúdica compreender os processos intrínsecos e elaborar mecanismos de intervenção que melhorem os aspectos relacionados aos campos cognitivos. Trata-se de um ensaio teórico, produzido a partir de experiências aplicadas e que, a posteriori, foram analisadas em que se chegou a deduções e conclusões sobre o impacto da atividade sobre os processos de desenvolvimento motor dos estudantes que participaram da mesma. O *Finger Ball* é um jogo de habilidade e coordenação motora que simula uma partida de

futebol em miniatura. É desenvolvido para todas as idades, proporcionando diversão, sentimento competitivo e estímulo psicomotor coordenado, representando uma proposta pedagógica inovadora acessível que amplia as possibilidades de vivência esportiva no ambiente escolar, com fins de desenvolvimento cognitivo e intelectual.

**Palavras-chave:** Finger Boll. Ludicidade. Educação Física Escolar. Desenvolvimento psicomotor.

## ABSTRACT

This essay addresses the topic of Finger Ball, aiming to clarify its application in the practices of Physical Education in schools, exploring the pedagogical and didactic aspects of the action itself. It is a subject of extreme scientific, theoretical, and empirical relevance because it opens up spaces for teaching proposals, observation from diverse areas of knowledge, and self-learning. Its epistemic relevance lies in the fact that it provides conditions to explore behavioral spaces and, through playful intervention, understand intrinsic processes and develop intervention mechanisms that improve aspects related to cognitive fields. This is a theoretical essay, produced from applied experiences that were subsequently analyzed, leading to deductions and conclusions about the impact of the activity on the motor development processes of the students who participated. Finger Ball is a game of skill and motor coordination that simulates a miniature football match. Designed for all ages, it provides fun, a sense of competition, and coordinated psychomotor stimulation, representing an innovative and accessible pedagogical approach that expands the possibilities of experiencing sports in the school environment, with the aim of cognitive and intellectual development.

**Keywords:** Finger Ball. Playfulness. School Physical Education. Psychomotor development.

## INTRODUÇÃO

Há uma necessidade premente de se criar metodologias e estratégias didáticas e educativas com vistas a ampliar a capacidade do desenvolvimento psicomotor dos estudantes para além dos habituais exercícios de colorir, uso de massinhas, dobraduras e recortes em sala de aula. Todas estas são atividades já consagradas e que comprovaram sua eficiência e eficácia no quesito da aprendizagem; mas, o que se pretende para além disto é a interação do estudante com o processo desenvolvimental de sua capacidade cognitiva realizada de maneira dinâmica e através de um modo interativo.

Neste espaço de ideias e estratégias didáticas tem-se o *Finger Ball*, conhecido também como *futebol de dedo ou dedobol*, trata-se de um jogo de habilidade e coordenação motora que simula uma partida de futebol em miniatura. Ele é desenvolvido para todas as idades, proporcionando diversão, sentimento competitivo e estímulo psicomotor coordenado. O conjunto é composto por um campo de futebol impresso em caixa de

papelão resistente, que funciona como tabuleiro e área de jogo. O design é prático, leve e portátil, permitindo que o jogo seja utilizado em salas de aula, ambientes domésticos, recreação escolar e momentos de lazer.

Os componentes necessários para a confecção do brinquedo são caixa de papelão reforçada, impressa com marcações oficiais de mini campo de futebol, traves fixas ou encaixáveis feitas de palito de picolé e uma bola plástica de tênis de mesa adequada ao tamanho do campo. O ideal é que as dimensões do campo e das traves sejam réplicas métricas objetivas em relação a um campo de futebol oficial, porque assim já estaria ensinando aos estudantes regras de proporcionalidade, escalas, medidas oficiais e paralelas. Para além do jogo, pura e simplesmente, tem-se toda uma preocupação didático-pedagógica em fornecer condições de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo multidisciplinar.

A Educação Física escolar, enquanto componente curricular pedagógico comprometido com a formação integral dos estudantes tem como um de seus princípios fundamentais a promoção da ampliação da capacidade de desenvolvimento cognitivo através de ações e interações didáticas, através da potencialização do uso de práticas corporais na expressão e aquisição do conhecimento.

Nesse contexto, torna-se imprescindível o desenvolvimento de propostas pedagógicas que considerem a diversidade do pensamento e da corporeidade, superando modelos de ensino e de aprendizagem baseados, exclusivamente, no desempenho físico e na padronização dos gestos motores. As atividades devem fortalecer a condição de raciocínio lógico, técnicas, estratégias dos participantes em superar os desafios e ampliar a intenção de participação.

Quanto aos objetivos do impacto da aplicação do Finger Boll (futebol de dedo) nas aulas de Educação Física escolar tem-se interesses no desenvolvimento da coordenação motora grossa e fina dos estudantes. No processo de estudo desta condição, busca-se investigar os efeitos da prática do jogo no desenvolvimento da coordenação motora fina, com ênfase no controle dos movimentos dos dedos, na precisão, na lateralidade e na integração óculo-manual dos estudantes.

Acrescenta-se a intenção de verificar as contribuições do Finger Boll para a melhoria da coordenação motora grossa, considerando aspectos como postura, equilíbrio, organização espacial e controle do tronco durante a prática do jogo. Adota-se, ainda, como objetivo específico analisar como as adaptações pedagógicas do Finger Boll favorecem a

participação de estudantes com diferentes níveis de habilidades motoras, no contexto da Educação Física escolar, identificando possíveis mudanças no engajamento, na autonomia e na autoestima dos estudantes a partir da experiência pedagógica integrativa promovida através do jogo.

O *Finger Boll* é uma atividade didático-pedagógica que se apresenta como uma ferramenta promotora de desenvolvimento cognitivo que pode ser aplicada a estudantes de qualquer idade-série, com interesses distintos quanto ao desempenho psicomotor após análise criteriosa das condições individuais. Sempre é necessário esclarecer que a Educação Física Escolar é uma ciência que se fundamenta em dados empíricos para desenvolver as suas ações e, neste processo chega a conclusões sobre que mecanismos aplicar às situações diagnosticadas como possíveis de intervenção pelos profissionais de Educação Física em parceria com profissionais dos campos da Psicomotricidade, Psicopedagogia, Pedagogia, Medicina, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

## **ESCLARECIMENTOS ACERCA DA APLICAÇÃO EMPÍRICA DO FINGER BOLL**

Como o finger boll é uma atividade didático-pedagógica, estritamente empírica e, de sua aplicação prática deriva os estudos analíticos, aproximações e conclusões, podendo teorizar e assim esclarecer as suas dimensões epistêmicas. Neste sentido é que se busca explanar as condições que devem ser seguidas à risca quanto à aplicação do jogo, a depender do interesse do professor.

O jogador utiliza os dedos indicadores das mãos e os polegares para representar o jogador, impulsionando a bola pelo campo com um toque (um peteleco) seguido na bolinha. O objetivo é marcar gols contra o adversário, realizando toques rápidos, passes e chutes, utilizando apenas os dedos. Com a finalidade de se provocar um grau maior de dificuldade, cada jogador tem apenas o goleiro que pode ser movimentado depois do primeiro toque do adversário, diminuindo o ângulo da área.

O finger boll representa uma proposta pedagógica inovadora acessível que amplia as possibilidades de vivência esportiva no ambiente escolar, com fins de desenvolvimento cognitivo e intelectual. Por se tratar de uma adaptação do futebol tradicional, ele permite que os estudantes compreendam os princípios básicos do esporte clássico, como regras, estratégias, cooperação, respeito e tomada de decisão. Pode, ainda, ser adaptado a uma dimensão lúdica, em que se tenha condições de organizar um grupo de especialistas de

diferentes áreas ligadas à psicomotricidade e elaborarem um conjunto de detalhes a serem observados durante a prática e discutidos *a posteriori*, com finalidades de estudos teóricos.

A prática do Finger Boll tem como objetivo o favorecimento do desenvolvimento da coordenação motora fina, lateralidade, estratégia de ação, concentração, raciocínio lógico e planejamento de ações, além de estimular habilidades socioemocionais, como o trabalho em equipe, o autocontrole e a resolução de conflitos. Por não exigir grande espaço físico nem esforço corporal intenso, torna-se uma alternativa viável para os mais diversos contextos escolares, inclusive em salas de aula, ambientes reduzidos e situações climáticas adversas.

Muitas escolas não possuem espaços físicos adequados às práticas de educação física e, em dias de calor intenso ou de chuva, todo o processo fica comprometido, tendo que recorrer a adaptações, muitas delas estapafúrdias e realizadas no calor do improviso. Com o finger boll, estas situações não programadas podem ser aplicadas, uma vez que, por se tratar de uma atividade pedagógica com uma metodologia de ensino clara e dinâmica, pode ser dinamizada em qualquer ambiente, sem exigências muito complexas.

## **A APLICAÇÃO DO FINGER BOLL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

O Finger Boll (futebol de dedo) apresenta-se como uma adaptação pedagógica do futebol que possibilita a vivência do esporte sob uma perspectiva educacional cognitiva, ao deslocar o foco da força, da velocidade e da resistência corporal para aspectos como tomada de decisão, planejamento estratégico, coordenação motora fina e interação social. Tal característica amplia o acesso à prática esportiva, favorecendo a participação de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, dificuldades motoras, bem como daqueles que apresentam resistência ou insegurança frente às modalidades esportivas tradicionais.

A aplicação do Finger Boll no contexto da Educação Física escolar tem como objetivo contribuir para a construção de um ambiente pedagógico equânime, no qual as regras, os materiais e a organização do jogo podem ser, facilmente, adaptados às necessidades dos estudantes. Essas possibilidades de adaptação permitem que os pressupostos didáticos da educação não sejam vistos e interpretados como limitação, mas como elemento constitutivo elementar do processo educativo formal.

Além de apresentar aspectos de inclusão, o Finger Boll favorece aprendizagens relacionadas às dimensões conceitual, procedural e atitudinal do esporte, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A prática estimula a compreensão das regras, das estratégias e da lógica interna do jogo, ao mesmo tempo em que promove valores como autonomia e resolução de conflitos, aspectos fundamentais para a convivência saudável no ambiente escolar.

Do ponto de vista metodológico, o Finger Boll configura-se como uma proposta viável e acessível, podendo ser desenvolvido com materiais de baixo custo e em espaços reduzidos, o que amplia sua aplicabilidade em diferentes realidades escolares, especialmente na rede pública.

Sua aplicação estratégica no âmbito da educação básica justifica-se pela possibilidade de aprofundar estudos sistemáticos sobre práticas pedagógicas através do ensino dos esportes, em especial o futebol, contribuindo para a produção ampla de conhecimento científico que subsidie ações docentes mais sensíveis à aprendizagem, comprometidas com o direito subjetivo de todos os estudantes à participação e ao desenvolvimento cognitivo na e através da Educação Física Escolar.

## **IMPACTO DO FINGER BOLL SOBRE A COORDENAÇÃO MOTORA GROSSA E FINA**

O desenvolvimento neuropsicomotor humano é uma etapa crucial da existência e que apresenta uma janela muito estreita optimizada e que deve ser explorada, ao máximo, através de estratégias que se revelem de caráter pedagógico; porque não basta que o indivíduo aprenda a coisa em si, interessa que compreenda todo o processo, ainda que, naquele momento não lhe faça sentido; mas, aqueles que acompanham ou coordenam as ações possam toma-las como objetos de estudos sistemáticos em situações futuras.

A aquisição da coordenação motora constitui um dos elementos centrais do desenvolvimento motor infantil e desempenha papel fundamental na aprendizagem e na participação dos estudantes em todas as práticas corporais escolares, desde a escrita até movimentos mais amplos. No contexto da Educação Física inclusiva, *v.g.*, torna-se relevante a proposição de atividades que estimulem tanto a coordenação motora grossa, relacionada aos grandes grupos musculares e aos movimentos amplos, quanto à coordenação motora fina, associada ao controle preciso de movimentos realizados principalmente com mãos e dedos.

O Finger Boll (futebol de dedo), ao exigir ações como posicionamento corporal, estabilidade postural, controle de força, direção e precisão dos movimentos dos dedos, contribui, de maneira precisa e direta, para o aprimoramento da coordenação motora fina. Essas demandas favorecem o desenvolvimento do controle neuromotor, da dissociação dos movimentos, da lateralidade e da integração óculo-manual, aspectos essenciais para atividades educacionais e funcionais, como a escrita, o manuseio de objetos e a realização de tarefas do cotidiano escolar.

Embora caracterizado por movimentos predominantemente finos, o Finger Boll também impacta a coordenação motora grossa ao mobilizar ajustes posturais, controle do tronco, organização espacial e orientação no espaço de jogo. A manutenção da postura adequada, a regulação tônica e a interação com o ambiente e com os pares exigem a participação de grandes grupos musculares, promovendo a integração entre os sistemas motor, perceptivo e cognitivo.

Sob a perspectiva inclusiva, o Finger Boll possibilita adaptações pedagógicas que respeitam os diferentes ritmos e capacidades motoras dos estudantes, permitindo progressões graduais de complexidade motora. Estudantes com dificuldades na coordenação motora grossa ou fina podem participar, ativamente, do jogo, vivenciando situações que favorecem e fortalecem sua autonomia e autoestima.

A aplicação do Finger Boll na Educação Física Escolar apresenta potencial significativo para o desenvolvimento integrado da coordenação motora grossa e fina, configurando-se como uma estratégia pedagógica relevante para a promoção da aprendizagem ampla, com foco no desenvolvimento neuropsicomotor e no engajamento dos estudantes. A investigação desses impactos, no âmbito de um projeto didático-pedagógico e sua posterior discussão sistemática, contribui para o aprofundamento das discussões sobre metodologias alternativas aplicadas ao ensino dos esportes e sobre práticas corporais que favoreçam o desenvolvimento motor amplo em contextos educacionais diversos.

## **MOTIVAÇÕES À PRODUÇÃO DO ENSAIO**

Este ensaio foi concebido a partir da necessidade de se pensar estratégias que possibilitem suporte didático aos professores de Educação Física escolar, buscando ampliar a sua práxis como um espaço de produção de conhecimentos, práticas

pedagógicas e processos educativos comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes. Tal pensamento reconhece a escola como um ambiente marcado pela oportunidade de produção de saberes, inovações e experiências corporais, exigindo propostas metodológicas que rompam com modelos curriculares tecnicistas acerca do ensino de esportes.

A motivação para a produção do mesmo emerge da necessidade, cada vez mais premente de se aprofundar investigações sobre práticas pedagógicas no ensino do esporte, especialmente aquelas que possibilitam a participação efetiva de estudantes com diferentes níveis de habilidades motoras. Observa-se que, no cotidiano escolar, o ensino esportivo tradicional ainda privilegia a *performance* e a execução técnica, o que pode limitar o acesso de parte dos estudantes às experiências corporais significativas.

Neste cenário *sui generis*, o Finger Boll (futebol de dedo) é proposto como uma estratégia pedagógica alinhada aos pressupostos do desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o ato de ensinar e de aprender a partir da experiência, proporcionando pesquisa científica de alto valor técnico ao ressignificar o esporte a partir de uma abordagem acessível e adaptável. Ademais, a escolha do Finger Boll como objeto de exploração para este ensaio está relacionada ao interesse em compreender os impactos de práticas esportivas adaptadas sobre o desenvolvimento da coordenação motora grossa e fina, temática relevante no campo da Educação Física escolar e ainda pouco explorada sob a perspectiva do ponto de vista empírico. Neste sentido, procura articular desenvolvimento motor, práticas pedagógicas e processos analíticos, contribuindo diretamente para debates e produções científicas.

O Finger Boll (futebol de dedo) é uma adaptação pedagógica do futebol tradicional, desenvolvido com interesses em ampliar as possibilidades de vivência esportiva na Educação Física Escolar de forma acessível. O processo de criação e adaptação do mesmo fundamentou-se na ressignificação da lógica do jogo, mantendo seus princípios fundamentais, como regras, estratégias e tomada de decisão, transferindo a execução motora para movimentos controlados dos dedos.

A criatividade e a inovação do Finger Boll residem em seu caráter de tecnologia educacional de baixo custo, construída com materiais simples, que podem ser encontrados em qualquer lugar, o que possibilita sua ampla e irrestrita replicabilidade em diferentes contextos escolares. Trata-se de uma inovação pedagógica e social, ao

reorganizar o esporte para favorecer a participação de estudantes com diferentes níveis de habilidades motoras.

Do ponto de vista metodológico, o caráter de sua proposta é aplicado de forma progressiva, iniciando-se com a exploração do material, explanação e compreensão das regras, seguida de desafios técnicos e estratégicos adaptáveis. A didática fundamenta-se em metodologias ativas, com o professor atuando como coordenador de todo o processo, promovendo o desenvolvimento das dimensões conceitual, procedural e atitudinal.

No que se refere ao caráter lúdico do Finger Boll, nunca é somenos esclarecer que ludicidade representa uma metodologia de pesquisa profunda e que, para a realização da mesma faz-se necessário a elaboração de um projeto científico amplo, doutrinado e criterioso com objetivos estritamente definidos quanto ao que se pretende observar, acompanhado por uma equipe multidisciplinar de experts cada qual dotado de um guia de observação que, ao final de todo o processo servirá como base para se detectar possíveis problemas, de diversas naturezas, quanto servirá para a elaboração de procedimentos de intervenção nos campos neuropsicomotor e cognitivo.

No que se refere ao seu caráter competitivo, induz aos participantes a elaborarem estratégias de avanço e de superação dos desafios que aparecem ao longo do jogo, tendo que superar o seu adversário em técnicas através de jogadas inteligentes e esteticamente elaboradas, com vistas a ganhar a partida. Para tanto, os jogadores têm que se provar criativos, potencializando o engajamento e o entretenimento, em que estas ações funcionem como elemento motivador do processo de ensino e de autoaprendizagem.

O Finger Boll apresenta, ainda, especial relevância no atendimento a estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outros transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC). A estrutura do jogo, baseada em desafios de curta duração, regras claras, estímulo à atenção focada e controle dos movimentos, favorece a autorregulação, a concentração e a tomada de decisão, aspectos frequentemente comprometidos em indivíduos que apresentam tais condições. Além disso, a possibilidade de adaptação do ritmo, das regras e da participação ativa do docente contribui para a participação ativa e significativa desses alunos nas aulas de Educação Física.

Do ponto de vista pedagógico, o Finger Boll configura-se como um produto educacional viável, de baixo custo, de fácil elaboração e replicabilidade, especialmente no

contexto da escola pública ou mesmo fora dela, que seja nas comunidades ou em casa. Sua aplicação permite a construção de ambientes de aprendizagem equânimes, nos quais as diferenças relacionadas ao desenvolvimento motor, cognitivo e atencional são compreendidas como parte constitutiva do processo educativo e não como impedimentos à participação.

Este estudo contribui para o campo da Educação Física escolar, à Psicomotricidade, à Pedagogia e à Psicopedagogia e à Puericultura, ao ampliar as discussões sobre metodologias que ampliam o espectro da inclusão e da produção de novos conhecimentos sobre o ensino dos esportes, oferecendo subsídios teórico-metodológicos com base empírica para a atuação docente junto a estudantes de diversas naturezas físicas e neurológicas. Enquanto produto educacional, o Finger Boll apresenta potencial para inspirar novas práticas pedagógicas e futuras investigações científicas de caráter empírico, teórico [*analítico, interpretativo, dedutivo*], ampliando e fortalecendo o compromisso da Educação Física com a inovação, a experiência e a qualidade inerente ao processo educativo formal.

## **RESULTADOS ESPERADOS COM A APLICAÇÃO PRÁTICA DO FINGER BOLL**

Como todo produto de natureza empírica, a aplicação sistematizada do Finger Boll (futebol de dedo) nas aulas de Educação Física escolar refere-se a uma indução direta sobre o objeto-alvo de estudo e, espera-se que esta ação contribua, de maneira significativa, para o desenvolvimento de aspectos neuromotores, como a coordenação motora grossa e motora fina dos estudantes, evidenciando avanços no controle dos movimentos dos dedos, na precisão dos gestos, na integração óculo-manual e na lateralidade. Já se reconhece como fato que, tais melhorias tendem a refletir, de forma muito positiva, em relação a outras atividades escolares que exigem habilidades motoras de precisão, como a escrita, o desenho, a prática de colorir desenhos, recortar e o manuseio de materiais didáticos de diversas naturezas pedagógicas, como colagens, tessituras.

No que se refere, especificamente, à coordenação motora grossa, a aplicação da prática do Finger Boll ajuda a desenvolver e a identificar progressos relacionados ao controle postural, ao equilíbrio, à organização espacial e à regulação do tônus muscular, decorrentes das demandas corporais presentes durante a prática do jogo. Embora

durante a ação se priorize movimentos finos, a manutenção da postura e a interação com o espaço e com os pares indicam um impacto integrado sobre o desenvolvimento motor global.

Do ponto de vista da inclusão educacional geral, tem-se como expectativa que o Finger Boll favoreça maior participação dos estudantes com diferentes níveis de habilidades motoras, reduzindo barreiras à prática esportiva e promovendo um ambiente pedagógico integrado, pautado sob uma visão equânime da educação. A possibilidade de adaptação de regras, materiais e tempo de jogo tende a ampliar o engajamento, a autonomia e a sensação de pertencimento dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam dificuldades motoras ou necessidades educacionais específicas.

A proposta permite contribuir para o fortalecimento de atitudes relacionadas à cooperação, ao respeito mútuo e à resolução de conflitos, aspectos fundamentais da dimensão atitudinal do esporte, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse sentido, o Finger Boll pode se consolidar como uma estratégia pedagógica que ressignifica o ensino do esporte na Educação Física Escolar, deslocando o foco da *performance* em direção, também, à aprendizagem.

Os resultados obtidos a partir da aplicação empírica da prática do Finger Boll amplia o aspecto da pesquisa, resultando em uma produção de conhecimento ampla e profunda na área da Educação Física Escolar, oferecendo subsídios teórico-metodológicos para professores e técnicos que buscam práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras, além de contribuir para futuras investigações sobre adaptações esportivas e desenvolvimento psicomotor no contexto educacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A aplicação do Finger Boll (futebol de dedo) como estratégia didático-pedagógica na Educação Física Escolar, com ênfase no desenvolvimento da coordenação motora grossa e motora fina se revela como uma oportunidade para a ampliação e aprofundamento dos estudos, resultando na promoção de práticas inclusivas através dos esportes.

Os fundamentos teóricos e metodológicos apresentados indicam que a adaptação do futebol tradicional para um formato amplo e acessível, no campo da ludicidade e, pedagogicamente, orientado possibilita a ressignificação do ensino do esporte,

deslocando o foco da performance física para a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A proposta encontra-se diretamente relacionada com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao contemplar as dimensões conceitual, procedural e atitudinal do esporte, promovendo aprendizagens relacionadas à cooperação, respeito às regras, à autonomia e à resolução de conflitos. Os impactos esperados sobre a coordenação motora grossa e fina reforçam o potencial do Finger Boll como recurso metodológico para o desenvolvimento motor integrado, inclusive em contextos de educação inclusiva.

Todo o exposto se evidencia a partir de experiências promovidas com estudantes de escola regular de tempo integral, em que os dados foram coletados pelo professor em função em que, posteriormente, foram analisados, discutidos e retratados na forma de síntese científica, resultando neste ensaio. Muito ainda há que explorar, em especial, no sentido em que se revela com maior potencial, o aspecto lúdico e, para tanto, há que desenvolver outros parâmetros didáticos e conceituais.



ISBN 978-656170002-3

A standard 1D barcode representing the ISBN number 978-656170002-3.

9 786561 700023

**uniatual**  
EDITORIA